



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

JÉFERSON FERREIRA BELO

**UM ESTUDO SOBRE O CARÁTER TRANSLINGUÍSTICO
DAS FÓRMULAS DISCURSIVAS**

CAMPINAS,
2017

JÉFERSON FERREIRA BELO

**UM ESTUDO SOBRE O CARÁTER TRANSLINGUÍSTICO
DAS FÓRMULAS DISCURSIVAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sirio Possenti

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Jéferson Ferreira Belo e orientada pelo Prof. Dr. Sirio Possenti

CAMPINAS,
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2015/05456-8; CAPES, 2015/05456-8

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

B418e Belo, Jéferson Ferreira, 1991-
Um estudo sobre o caráter translinguístico das fórmulas discursivas /
Jéferson Ferreira Belo. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Sirio Possenti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Análise do discurso. 2. Língua inglesa - Análise do
discurso. 3. Sociolinguística. 4. Politicamente correto. I. Possenti, Sirio, 1947-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A study of the translinguistic aspect of discursive formulas

Palavras-chave em inglês:

Portuguese language - Discourse analysis

English language - Discourse analysis

Sociolinguistics

Political correctness

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora:

Sirio Possenti [Orientador]

Lauro José Siqueira Baldini

Luciana Salazar Salgado

Data de defesa: 10-07-2017

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Sirio Possenti

Lauro José Siqueira Baldini

Luciana Salazar Salgado

IEL/UNICAMP
2017

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Sírio Possenti não só pela confiança no projeto desta pesquisa e pela liberdade que tive para escrevê-la, mas também pelo desafio de atender às expectativas de um leitor experiente e atento.

À professora Jauranice Cavalcanti por ter sido, durante e após a minha graduação, a inspiração e o exemplo a ser seguido.

Ao professor Lauro Baldini e à professora Jauranice pelas observações e sugestões que me ajudaram a tomar decisões em relação à pesquisa após o exame de qualificação.

À professora Luciana Salgado e ao professor Lauro pelas sugestões de ajustes na versão final da dissertação.

À FAPESP (Processo 2015/05456-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP))¹ e à CAPES pelo apoio financeiro.

Aos professores da pós-graduação do IEL pelo aprendizado.

Aos colegas da pós-graduação Aline Jéssica, Paulo Henrique e Hélio pela companhia e pela ajuda.

Ao meu reduto familiar mineiro em Sumaré pela acolhida.

À minha mãe e à minha irmã pelo encorajamento nos momentos dramáticos.

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

RESUMO

Esta dissertação se situa no campo teórico-metodológico da Análise do Discurso e possui dois objetivos principais. O primeiro objetivo é investigar, por meio dos sintagmas “politically correct” e “politicamente correto” (e suas variantes morfossintáticas), a existência de um caráter translinguístico das fórmulas discursivas. O segundo objetivo é testar a hipótese de que tanto a memória discursiva quanto as condições de produção contribuem para que um sentido venha a se instalar em uma sequência linguística em outra língua em condições de produções análogas às de sua gênese/circulação, produzindo uma fórmula “correspondente”. O *corpus* de mais de dois mil textos foi reunido utilizando o procedimento metodológico denominado percurso, que levou em conta a ocorrência dos sintagmas supracitados em diferentes gêneros de discurso de variados campos discursivos em língua inglesa e portuguesa, de 1793 a 2016, nos Estados Unidos e no Brasil. Na análise do *corpus*, depreenderam-se quatro sentidos que os sintagmas estudados produzem nas duas línguas. Observou-se que um sentido se tornou dominante e se cristalizou nas formas significantes dos sintagmas, sendo finalmente dicionarizado. Constatou-se que ambos os sintagmas fazem remissão principalmente aos “mesmos” referentes: “os negros”, “as mulheres” e “os homossexuais” e verificou-se que, de modo geral, enquanto os discursos conservadores usam os dois sintagmas para fazer referência negativamente a grupos sociais “minoritários”, os discursos progressistas rejeitam “politically correct”/“politicamente correto” investido do sentido dominante ou atribuem outro sentido a eles. Sendo assim, concluiu-se que os sintagmas em questão por terem os caracteres discursivo, cristalizado, de referente social e polêmico são fórmulas discursivas e, pelo fato de dizerem respeito a “estados de coisas semelhantes”, fazerem referência aos “mesmos” grupos sociais e estarem relacionadas direta ou indiretamente aos mesmos acontecimentos históricos e/ou discursivos, elas têm um caráter translinguístico. Pode-se dizer, portanto, que as duas fórmulas são simulacros que os discursos conservadores buscam impor para deslegitimar, nos Estados Unidos e no Brasil, as conquistas de direitos recentes de grupos sociais que há menos de um século não tinham direito efetivo ao sufrágio. Além disso, em relação ao funcionamento enunciativo das fórmulas, sugeriram-se as hipóteses de que a ocorrência de uma fórmula em enunciados destacados pode ser considerada um critério de destacamento e a de que a negação ou a reformulação de uma fórmula está relacionada com a manutenção de ethe específicos para discursos antagônicos. Mesmo que essas hipóteses também confirmem a tese da existência de um caráter translinguístico das fórmulas discursivas, elas devem ser testadas em outros *corpora* para terem sua validade atestada.

Palavras-chave: memória discursiva; condições de produção; fórmula discursiva; politicamente correto.

ABSTRACT

This dissertation is situated in the theoretical-methodological field of Discourse Analysis and has two main objectives. The first objective is to investigate through the phrases “politically correct” and “politicamente correto” (and their morphosyntactic variants) the existence of a translinguistic character of discursive formulas. The second objective is to test the hypothesis that both discursive memory and conditions of production contribute to a meaning established itself in a linguistic sequence in another language in analogous conditions of productions to those of its genesis/ circulation, producing a “corresponding” formula. The *corpus* of more than two thousand texts was gathered using the methodological procedure called route, which took into account the occurrence of the abovementioned phrases in different discourse genres of various discursive fields in English and Portuguese from 1793 to 2016 in the United States and in Brazil. In the analysis of the *corpus*, one inferred four meanings that the phrases studied can have in both languages. It has been observed that a meaning has become dominant and has lexicalized into the significant forms of the phrases, finally entering dictionaries. It was found that both phrases refer mainly to “blacks”, “women”, and “homosexuals”, and it has been found that, in general, while conservative discourses use the two phrases to make reference to “minority” social groups, progressive discourses reject “politically correct”/“politicamente correto” invested with the dominant sense or give them another meaning. Thus, it was concluded that, as the phrases in question have the discursive, lexicalized, social referent and polemical characters, they are discursive formulas, and because they refer to “states of similar things”, they refer to the “same” social groups and are directly or indirectly related to the same historical and/or discursive events, they have a translinguistic character. Therefore, it can be said that the two formulas are simulacra that conservative discourses seek to impose to delegitimize, in the United States and in Brazil, the recent demanded rights of social groups that less than a century ago did not have the right to vote effectively. In addition, concerning enonciative aspects of formulas, two hypotheses were suggested: 1) the occurrence of a formula in detached statements can be considered a criterion of detachment; and 2) the negation or reformulation of a formula is related to the maintenance of specific ethe for antagonistic discourses. Although these hypotheses also confirm the thesis of the existence of a translinguistic character of discursive formulas, they must be tested in other *corpora* to have their validity attested.

Keywords: discursive memory; conditions of production; discursive formula; political correctness.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	09
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E <i>CORPUS</i>	12
1.1. História, condições de produção, discurso, enunciação e memória.....	12
1.2. Consequências teórico-metodológicas do conceito de língua em AD.....	19
1.3. Fórmula e percurso.....	31
1.4. O <i>corpus</i>	37
2 ANÁLISE DA FÓRMULA “POLITICALLY CORRECT”/ “POLITICAMENTE CORRETO”	39
2.1. Descrição das condições de produção.....	39
2.2. Caráter discursivo.....	43
2.2.1. A Constituição e a definição da política: o sentido primeiro.....	43
2.2.2. Democracia <i>versus</i> Ditadura: a emergência de um sentido “negativo”.....	53
2.2.3. Identidade e política: a constituição de um sentido dominante.....	60
2.2.4. Entre o real e o comum: um sentido emergente.....	64
2.3. Caráter cristalizado.....	68
2.3.1. A sigla PC.....	77
2.4. Caráter de referente social.....	81
2.5. Caráter polêmico.....	107
2.6. Fórmulas, destacamento e <i>ethos</i>	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

A ideia de verificar se os sintagmas “politically correct” e “politicamente correto” são fórmulas discursivas, especialmente se eles possuem um caráter translinguístico, surgiu ainda na graduação em Letras (Português/Inglês) na Universidade Federal do Triângulo Mineiro no segundo semestre de 2013. Durante esse período, a professora Dr^a Jauranice Rodrigues Cavalcanti, que ministrou a disciplina de Linguística V (Análise do Discurso), pediu que fizéssemos uma resenha do quarto capítulo do livro *A noção de “fórmula” em análise do discurso*, de Alice Krieg-Planque, no qual a autora apresenta os quatro caracteres concomitantes que uma sequência linguística deve possuir para ser considerada uma fórmula discursiva.

Além de mais uma resenha e uma avaliação, devíamos produzir uma análise discursiva, mobilizando os conceitos que aprendemos por meio dos textos lidos e das análises feitas em sala de aula. Dentre os temas propostos pela professora, escolhi analisar como os limites do humor eram negociados (ou não) em uma relação polêmica instaurada no documentário *O riso dos outros* (2012), de Pedro Arantes. Na análise, pudemos depreender pelo menos duas formações discursivas antagônicas que disputavam os sentidos dos objetos de discurso “humor”, “caricatura”, “piada”, “politicamente correto” e “liberdade de expressão”.

Com a produção da resenha acontecendo quase ao mesmo tempo em que análise discursiva do filme, durante a revisão da versão final do trabalho, o enunciado “valeria a pena se debruçar um pouco sobre essa frase pra ver o que as pessoas querem dizer quando dizem “tal coisa é só uma piada”” do professor de literatura Idelber Avelar no documentário suscitou uma dúvida não em relação à frase, mas ao sintagma “politicamente correto”. Após algumas buscas, descobri que um dos sentidos em nossa análise era “correspondente” ao sentido de “politically correct” que surgiu em língua inglesa, nos Estados Unidos. Além disso, como o objeto de discurso “politicamente correto” era disputado pelas duas formações discursivas surgiu a hipótese de que, por seu caráter polêmico, os sintagmas tanto em português como em inglês poderiam ser fórmulas discursivas ligadas, talvez, pela memória discursiva.

Depois de algumas pesquisas e leituras, a hipótese tomou corpo de um projeto de dissertação e foi submetido ao curso de mestrado em Linguística da Universidade Estadual de Campinas em agosto de 2014. Após sua aprovação, ele sofreu algumas modificações e foi submetido à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo onde também foi aprovado e recebemos apoio financeiro para colocá-lo em prática.

Esta pesquisa se situa, pois, no campo teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) e possui dois objetivos principais. O primeiro objetivo é investigar, por meio das expressões “politically correct” e “politicamente correto” (e suas variantes morfosintáticas), a existência de um caráter translinguístico das fórmulas discursivas, ou seja, a capacidade de circular em diferentes idiomas. O segundo objetivo, que sustenta o primeiro, é testar a hipótese de que tanto a memória discursiva quanto as condições de produção contribuem para que um sentido venha a se instalar em uma sequência linguística em outra língua em condições de produções análogas às de sua gênese/circulação, produzindo uma fórmula “correspondente”.

Dito isso, é necessário esclarecer alguns equívocos que podem decorrer dos objetivos assim apresentados. Primeiramente, o intuito não é investigar se os dois sintagmas podem ser simplesmente traduzidos, pois, além de suas formas já denunciarem que eles são derivados dos mesmos étimos, uma simples consulta a dicionários já mostra que eles têm sentidos semelhantes. A questão é saber se os dois sintagmas em língua inglesa e em língua portuguesa dizem respeito a “estados de coisas semelhantes”, isto é, se as fórmulas produzem o(s) mesmo(s) sentido(s) (ou sentidos semelhantes) nos “mesmos” discursos nas duas línguas, se as fórmulas são negadas ou aceitas por formações discursivas “correspondentes” em suas respectivas condições de produção e se as fórmulas circulam nos mesmos campos discursivos. Ou seja, o objeto de pesquisa são os sentidos atribuídos aos sintagmas e não suas formas significantes. Ao mesmo tempo, ao acompanhar o percurso dos sintagmas pelos diversos campos discursivos, será possível observar se “o politicamente correto”/“political correctness” enquanto funcionamento discursivo difere de outros funcionamentos discursivos em geral e, em caso positivo, quais seriam suas especificidades. Apesar de ser interessante, o nosso objetivo não é apresentar a historiografia desse fenômeno pelo simples fato de ele ser denso e complexo e de o tempo ser pouco para fazer sua análise detalhada. É por esse motivo que, na análise do *corpus* (exceto em um primeiro momento), não nos preocuparemos em seguir a ordem cronológica dos acontecimentos.

Além disso, esta pesquisa, de início, já se depara com a questão da constituição do(s) sentido(s) na confluência de discursos em diferentes línguas, cuja solução, para Krieg-Planque, está ligada à assunção de que as línguas não podem produzir os mesmos sentidos ou sentidos semelhantes, ou seja, uma língua não equivaleria a nenhuma outra. Obviamente, não é nosso objetivo propor outra solução para esse problema teórico, mas, como se verá, a análise do *corpus* contraria esse postulado. Sendo assim, esta pesquisa também pode

contribuir para a discussão do conceito de língua e a constituição de sentido entre línguas diferentes, um tema clássico quando se discute a relação entre língua, cultura e tradução em outras disciplinas, mas que parece não ter sido suficientemente explorado em AD.

A seguir, apresentamos a discussão dos pressupostos teóricos desta pesquisa e a análise dos quatro caracteres da fórmula discursiva “politically correct” e “politicamente correto”. Seu caráter translinguístico será analisado concomitantemente com os outros caracteres, demonstrando, como já foi dito, que os dois sintagmas dizem respeito a “estados de coisas semelhantes”.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E *CORPUS*

A seguir, explicitamos o modo como consideramos os conceitos de história, condições de produção, discurso, enunciação, memória, língua, fórmula e percurso. Além disso, descrevemos como o *corpus* foi constituído.

1.1. História, condições de produção, discurso, enunciação e memória

Antes de passar à consideração dos conceitos com os quais trabalhamos mais diretamente, parece ser necessário explicitar qual conceito de história pressupomos na análise, pois, como já foi dito, a definição dos objetivos e da metodologia desta pesquisa de certa forma tornou alguns postulados problemáticos.

Possenti (2015, p. 49-50) afirma que os analistas do discurso nem sempre são claros em relação à definição do tipo de periodização histórica em que se baseiam e que a maior parte dos trabalhos denuncia uma concepção de História que é urgente discutir. Segundo o autor, às vezes são apresentadas teses sobre a contradição, mas que raramente menciona-se o interdiscurso ou a “interhistória”, ou seja, os “outros discursos que convivem com o *corpus* analisado e dos fenômenos históricos coexistentes” (POSSENTI, 2015, p. 49). Tomando por base alguns escritos de Foucault, o analista do discurso chama a atenção para o fato de que há acontecimentos históricos e discursivos superpostos com durações diferentes (uns longos e outros curtos) e sugere a hipótese de que os discursos de longa duração estejam mais ligados à vida privada do que à vida pública.

Segundo Foucault (2005[1972], p. 286-287), até o século XX, a análise histórica parece ter tido como finalidade reconstruir o passado dos Estados nacionais², mostrando, do interior da ideologia burguesa, como eles se formaram e, por meio de diversas revoluções, se afirmaram e mantiveram sua unidade. Sendo assim, a história era uma disciplina por meio da qual a burguesia justificava sua dominação demonstrando que, por sua influência vir de tempos imemoriais, não era possível ameaçá-la com uma nova revolução. Para o filósofo francês, essa finalidade da disciplina história deve ser revista se se quiser separar a História do sistema ideológico em que ela nasceu e se desenvolveu.

Baseando-se em sua interpretação de alguns estudos estruturalistas, Foucault (2005, p. 287) defende que a história “deve ser preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes”. Decorre disso que o objeto

² “Conjuntos nacionais”, no texto traduzido e no texto em francês.

da história não é dado por categorias prévias como períodos, épocas, nações, continentes ou formas de culturas (p. 290) (ou seja, os acontecimentos não são tomados como evidentes). O filósofo propõe (2005, p. 290-291), então, o que se chama história serial, cujo objeto é definido a partir de um conjunto de documentos dos quais o historiador depreende certo número de relações internas e externas. Esse método, segundo Foucault, permite fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos que se multiplicam. Desse modo, um acontecimento é apreendido por meio da análise de séries e a história aparece, então, “como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas”, “uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (p. 293), revelando as diferentes durações das séries de acontecimentos.

Para a nossa análise, esse conceito de história significará que, apesar de estarmos considerando principalmente a história dos Estados Unidos e do Brasil, não nos deteremos somente às séries de acontecimentos que envolvem os dois países e que (como se verá), em virtude do *corpus*, nos reportaremos a séries de outros países. Além disso e o mais importante, demonstraremos, na descrição das condições de produção, que os discursos envolvidos na polêmica do “politicamente correto” têm durações diferentes, o que afeta o estatuto que esses discursos possuem no interdiscurso.

O segundo conceito que a análise do *corpus* pressupõe são as condições de produção (CP). Problemático quando proposto por Pêcheux, tiraremos proveito da retificação que Courtine (2009[1981]) fez desse conceito, conciliando as noções de formação discursiva (FD) de Foucault e Pêcheux. De acordo com Courtine (2009, p. 83), o conceito de FD correlaciona dois níveis distintos que constituem dois modos de existência³ do discurso enquanto objeto: 1º) *nível do enunciado*: refere-se ao sistema de formação dos enunciados de Foucault e “ao que pode e deve ser dito” de Pêcheux; e 2º) *nível de formulação*: diz respeito à sequência discursiva concreta de Foucault e ao intradiscurso de Pêcheux. Relacionados aos dois níveis da FD, o conceito de CP de Courtine (2009, p. 107-110) corresponde às *condições de formação* de um processo discursivo de uma FD e às *condições de produção* de uma sequência discursiva (formulação). Sendo assim, para cada um dos quatro sentidos depreendidos (Cf. *Caráter discursivo*) na análise, estaremos considerando o nível do enunciado correlacionando-o com as condições de formação (as séries de acontecimentos históricos) e, em um segundo momento (Cf. *Caráter de referente social*), conceberemos o

³ Courtine parece retomar indiretamente a distinção *typetoken* (plato.stanford.edu/entries/types-tokens/). No entanto, para a nossa análise, o *type* não deve ser uma categoria *a priori*, ela deve ser construída, inferida dos *tokens*.

nível de formulação (os sintagmas “politically correct”/“politicamente correto” e seu/s sentido/s) correlacionando-o com as condições de produção (os deslocamentos dos sintagmas e do sentido dominante para outros campos discursivos).

Para identificar e individuar os discursos, além do conceito de FD (especialmente o de Pêcheux e Fuchs (1975) com a retificação de Courtine (1981) acima), a análise do *corpus* também pressupõe o primado do interdiscurso que, segundo Maingueneau (2008a[1984], p. 20), significa reconhecer que “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso” e que, portanto, “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (Vê-se, portanto, que tal primado está em consonância com o conceito de história que adotamos). Além disso, para tornar o conceito de interdiscurso mais operacional, o analista do discurso propõe (2008a, p. 33-35) que ele seja considerado em três instâncias: 1^a) *universo discursivo*: o conjunto de FDs de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada; 2^a) *campo discursivo*: em uma determinada região do universo discursivo, o conjunto de FDs que se encontram em concorrência (confronto aberto, aliança, neutralidade aparente, etc.) e que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Exemplo: campo político, científico, religioso, etc.; 3^a) *espaço discursivo*: no interior de um campo discursivo, um subconjunto de FDs que o analista, levando em consideração seus objetivos, seu *corpus* e um determinado saber histórico, julga relevante pôr em relação.

No caso desta pesquisa, como os sintagmas “politically correct” e “politicamente correto” circulam em vários discursos de diversos campos discursivos, colocaremos em relação os discursos que chamaremos *conservadores*, que geralmente têm duração longa e até recentemente eram dominantes em seus campos discursivos, e os que chamaremos *progressistas*, que têm uma duração relativamente curta e que estão em concorrência com os discursos conservadores. Além disso, de modo bastante geral, enquanto os discursos conservadores se posicionam contra questões relacionadas à inclusão e à participação das “minorias sociais” em seus respectivos campos discursivos, os discursos progressistas são a favor, defendendo-as.

Segundo Maingueneau (2008a, p. 35-36),

reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*. (grifo do autor)

Apesar disso, não será possível construir um sistema com os modelos dos discursos com seus respectivos semas positivos e negativos em virtude dos já alegados pouco tempo e *corpus* extenso. Outro motivo que nos leva a recusar a dar continuidade a esse empreendimento diz respeito a dados que colocam em xeque não só a ideia de um sistema de restrições semânticas globais como a própria definição de FD. Apesar de esses dados não estarem relacionados estritamente aos sintagmas “politically correct” e “politicamente correto”, eles se relacionam às interações interdiscursivas e interlocutivas que esses sintagmas nomeiam.

Por meio de análises discursivas com os conceitos tradicionais (e a exclusão de dados heterogêneos), chega-se à conclusão generalizada de que o “discurso a favor dos direitos civis dos homossexuais” recusa a (auto)denominação “viado”. No entanto, a palavra pode ser usada sem constituir ofensa em pelo menos dois regimes de enunciação bastante específicos: 1) em que um sujeito de um mesmo grupo (que compartilhariam as mesmas características) se dirige a outro; 2) na esfera “privada”, em que se poderia abrir exceções a sujeitos de “outros grupos”⁴. Por exemplo, em um artigo intitulado *20 verdades que meninos gays querem contar para mulheres heterossexuais*, assinado por Victor Nascimento e publicado no site *BuzzFeed* no dia 07 de abril de 2017, destaca-se o seguinte enunciado: “Eu posso chamar meu amigo de viado. Você não.”, acompanhado do seguinte comentário: “Não dá pra sair chamando o cara que você mal conhece de bicha, de mona, de viado. Pergunte se ele gosta primeiro.” Em relação ao primeiro enunciado, parece haver o consentimento tácito de que um gay nunca ofenderia outro (amigo) gay, pois ambos compartilhariam as mesmas características e, logicamente, uma ofensa seria uma “auto-ofensa”. Ao mesmo tempo, o comentário não abre mão do direito de se sentir ofendido quando a palavra é usada por alguém de fora, com outras características. Desse modo, se considerarmos que os dois sujeitos gays estejam submetidos ao “discurso a favor dos direitos civis dos homossexuais”, a utilização da palavra proibida aos outros, mas aceita por eles simplesmente faria com que a identidade da FD depreendida pelo analista entrasse em colapso. Mesmo se fossem evocadas noções como comunidade discursiva, que reconhece a concomitância da constituição do discurso e da organização dos sujeitos (mas que diz respeito, sobretudo, a instituições e ao registro escrito), ou a noção de competência discursiva, a aptidão de um sujeito de produzir e interpretar enunciados decorrentes de uma mesma FD, tal “contradição” não poderia ser explicada, pois o que parece estar em questão não diz respeito só à relação entre posições políticas antagônicas sobre uma

⁴ O mesmo parece ocorrer em relação aos negros e às mulheres.

palavra ou entre sujeitos no interior de uma comunidade discursiva, mas também a uma negociação bastante complexa das representações imaginárias dos sujeitos. Esse dado parece ter um componente sociológico que, segundo Fiala, Boutet e Ebel (1982, p. 43), a AD ignora por não estar previsto em sua teoria. Sendo assim, as perguntas que ficam para o analista do discurso são: Continuar a ignorar esse tipo de dado? Se não, como analisá-lo e como conciliá-lo à teoria?

Além disso, em virtude do desprezo de Maingueneau (2008a, p. 32, 36) pelo Outro da psicanálise (e, por extensão, de todas as suas consequências teóricas) e da adoção de um Outro correlato ao Círculo de Bakhtin, a noção de um sistema de restrições semântica globais parece estar vulnerável à mesma crítica⁵ que Authier-Revuz fez ao dialogismo do Círculo de Bakhtin.

Segundo Authier-Revuz (2004 [1982], p. 24-27; 35-36) o dialogismo, nas obras do Círculo, diz respeito a um paradigma de oposições dicotômicas em que o outro atravessa constitutivamente o um e esse é (ou deveria ser) o princípio fundador da subjetividade. Esse princípio constitui tanto a *lei do discurso* (da palavra, do enunciado, do sentido, etc.) quanto a *lei das formas e gêneros literários*, em que a relação com o outro é uma *fronteira interior*. Nessa perspectiva, o dialogismo é a condição de constituição do sentido, pois os enunciados são portadores de acentos apreciativos ou julgamentos de valor que se constituem no e pelo entrecruzamento dos discursos⁶.

Outro fator específico da *dialogização interior* do discurso é a interlocução. Authier-Revuz (2004, p. 41-42) explica que, para Bakhtin, todo discurso é dirigido a um interlocutor e que o alcance de compreensão desse discurso está incorporado no seu processo de produção. Ou seja,

o discurso (como qualquer signo, em geral) é interindividual. [...] não se pode atribuir o discurso somente ao locutor [...]. Cada enunciado tem sempre um destinatário [...] e o autor da obra verbal procura e antecipa a compreensão responsiva. (BAKHTIN, 1979, s.p. *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42)

Nessa perspectiva, segundo a leitura de Authier-Revuz da obra de Bakhtin, para o locutor, o

⁵ O texto de Authier-Revuz que contém a crítica até aparece nas referências do livro de Maingueneau e, ao longo do livro, o autor faz diversas alusões ao texto, mas não a enfrenta explicitamente. Comparando as propostas da linguista à teoria de Derrida, Maingueneau tangencia a questão e afirma (2008a, p. 39) que “esse jogo contra a metafísica” não tem nada a ver com seu projeto.

⁶ A autora reconhece que é inevitável comparar a constituição dos sentidos na perspectiva do Círculo com a produção do sentido nas formações discursivas, como proposto por Pêcheux. Sendo a intencionalidade, proposta pela primeira perspectiva, a diferença nessa comparação. Desse modo, a crítica da linguista também parece recair principalmente sobre a teoria de Pêcheux em *Semântica e Discurso* (1975) antes da retificação.

outro é apreendido como discurso e a sua compreensão é concebida como um “contra-discurso”. Ou seja, o locutor, compreendendo o outro discurso por meio do seu, constrói uma imagem do outro. Tem-se, portanto, um duplo dialogismo.

A autora nota, entretanto, que a interlocução, nessa perspectiva, não é um processo heterogêneo no interdiscurso, pois o outro de Bakhtin pertence ao campo do discurso, do sentido construído (homogêneo) e não ao outro do inconsciente, do sentido imprevisto (heterogêneo). Isto é,

Todo discurso é dirigido para uma resposta e não pode escapar à influência profunda do discurso-réplica previsto [...]. Constituindo-se na atmosfera do “já-dito”, o discurso é determinado, ao mesmo tempo, pela réplica ainda não dita, mas solicitada e já prevista (BAKHTIN, s.d., p. 103 *apud* AUTHIER-REVUZ, 2004, p.44)

Para Authier-Revuz, a ausência do outro do inconsciente na dimensão do dialogismo contribui para que esse conceito não seja aplicável, pois se o locutor, ao produzir seu discurso, pode prever a compreensão responsiva (sentido previsto) de seu interlocutor, não há estritamente dialogismo. Isso impede também o funcionamento de outros conceitos como a dialogização interna, ou seja, se o sentido pode ser previsto, não há dialogização; se o locutor pode “ter acesso” a esse sentido, ele não é interno.

Sendo assim, a autora recorre à psicanálise (principalmente às releituras de Lacan dos textos de Freud e de Saussure) para trazer esse “outro inconsciente” que, na sua perspectiva, falta na teoria do Círculo de Bakhtin. De acordo com Authier-Revuz (2004, pp. 49, 66 e 69), na psicanálise, tem-se um sujeito falante dividido (nem desdobrado, nem compartimentado) que é um efeito da linguagem. Desse modo, não existe uma posição exterior à linguagem em relação a qual o sujeito possa tomar distância. Mesmo assim, ele mantém uma noção de centro que é normal e necessária para ele.

Segundo a autora (2004, pp. 49-50), que se baseia e dá consequência à teoria de Lacan, afirma que, podendo manifestar-se por meio de atos falhos, sonhos e linguagem corporal, o inconsciente é a parte do discurso concreto transindividual que não está à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente. A linguagem, portanto, é a condição do inconsciente, ou seja, ele é estruturado como uma linguagem. Em virtude disso, deve-se reconhecer que não existe um discurso do inconsciente, mas que ele aparece no discurso “normal”. Sendo assim, segundo a linguista, a localização de palavras-valises intencionais, palavras homônimas, palavras polissêmicas, metonímia, metáfora do discurso inconsciente na estrutura material da língua leva à constatação de que

todo discurso é polifônico.

À constituição do discurso polifônico Authier-Revuz dá o nome de heterogeneidade constitutiva que, por sua vez, está em oposição à heterogeneidade mostrada. Segundo a autora, as formas de heterogeneidade mostrada não são uma manifestação direta da heterogeneidade constitutiva. Elas são “elementos da *representação* – fantasmática – que o *locutor (se) dá de sua enunciação*.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 70)(grifos da autora), correspondendo a uma forma de negociação necessária do sujeito com a heterogeneidade constitutiva.

Segundo Authier-Revuz (2004, p. 72), quando o locutor marca explicitamente o discurso do outro, delimitando e circunscrevendo-o, ele “afirma que o outro não está em toda parte” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 72). Decorrendo disso, o locutor

- institui *diferencialmente* o *resto* DESSE discurso como emanando do próprio locutor; como dependendo desse discurso, dele mesmo; e cada palavra como apropriada, adequada, transparente e óbvia, em oposição a outras palavras adequadas a distância de uma precisão, de uma hesitação, de uma reticência...;
- afirma, ao mesmo tempo, pelo estatuto contingente, “evitável” que é dado a essas emergências do outro que *O discurso, em geral, é potencialmente, completamente homogêneo* [...];
- e afirma, pela *posição metalinguística* que se coloca, seu domínio de sujeito falante, em condição de separar o “um” do “outro”; [...]; e, mais ainda, ele e seu pensamento, da língua que ele observa do exterior como um objeto. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 73)(grifos da autora)

Dentre as formas de heterogeneidade mostrada e marcada, Authier-Revuz (1990, p. 29-32; 2004, p. 12-21) apresenta o discurso direto, o discurso indireto, a autonímia simples (em que ocorre a menção de um fragmento, acompanhada de uma ruptura sintática ou introduzida por um termo metalinguístico), a modalidade autonímica (em que ocorre a menção e o uso de um fragmento, sem ruptura sintática), as fórmulas de comentário (as diversas formas de glosas, retoques e comentário sobre um fragmento) e as figuras ou tropos no nível do significante. Dentre as formas de heterogeneidade mostrada e não-marcada, têm-se o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a imitação, a reminiscência, o estereótipo, etc.

É dessa forma, portanto, que consideraremos a enunciação e a relação do locutor com ela. Consequentemente, no que diz respeito à relação do sujeito com a ideologia, tendemos a concordar com Paul Henry, segundo o qual:

O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente, e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem

atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação. Ver nisso apenas o fundamento de uma alienação quase existencial é esquecer que a linguagem, é também o que torna possível uma apropriação do real como da discordância do sujeito com sua própria realidade da qual a neurose e a psicose representam as formas dramáticas. (HENRY, 2013 [1977], p. 182,183)

Desse modo, portanto, estamos adotando mais uma espécie de materialismo dialético do que o materialismo histórico.

Já em relação ao conceito de memória, para Courtine (2009 [1981], p. 105-106), ela diz respeito à existência histórica do enunciado, e segundo Pêcheux (1999 [1983], p. 50-56), ela deve ser entendida como a confluência dos sentidos da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador. O autor afirma que ela funciona como a estruturação da materialidade discursiva e que se estende como em uma dialética da repetição e da regularização. A memória discursiva é, portanto, aquilo que, diante de um texto, vem restabelecer os pré-construídos⁷ de que sua leitura necessita: “a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52) O filósofo francês, baseado em P. Achard, sugere a hipótese de que a memória discursiva estaria disponível por meio da repetição (“a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” [...] se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões de retomadas e de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p.52) No entanto, ainda segundo Pêcheux e Achard, a regularização é passível de se desfazer após um novo acontecimento discursivo, podendo produzir outra série e deslocar os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Na construção da memória, há, então, um jogo de forças contrárias: uma que tenta manter os implícitos de uma regularização e outra que tenta deslocá-los. Finalmente, Pêcheux conclui que a memória não é plena, muito menos homogênea. É patente que, no conceito desenvolvido por Pêcheux, já está previsto o deslocamento de sentidos e isso pode ser relacionado ao aspecto polêmico das fórmulas, demonstrando, portanto, que os conceitos de memória discursiva e fórmula discursiva estão em consonância.

1.2. Consequências teórico-metodológicas do conceito de língua em AD

Nesta seção, temos o objetivo de apresentar as consequências teórico-metodológicas da influência do conceito de ideologia de Althusser sobre o conceito de língua na teoria de discurso de Michel Pêcheux. Além disso, analisaremos como essa noção aparece no

⁷ “efeito subjetivo de anterioridade, de implicitamente admitido” (HENRY, 1990 [1975], p. 61)

Dicionário de Análise do Discurso e tentaremos demonstrar os efeitos contraditórios da indefinição do conceito de língua no trabalho de Krieg-Planque (2010), principalmente no que diz respeito à questão do sentido em relação ao sistema de uma mesma língua e de línguas distintas.

Em virtude da definição dos objetivos desta pesquisa, como já foi dito, no desenvolvimento de nossa dissertação instaurou-se o problema teórico da constituição do(s) sentido(s) entre línguas. Apesar de a análise do *corpus* da nossa pesquisa confirmar nossa hipótese da existência da propriedade translinguística, para Krieg-Planque (2010, p. 75), o estudo das fórmulas permitiria confirmar a tese de que uma língua, entendida como “sistema autorreflexivo dotado de uma dupla significância e como modo singular de produzir equívoco, ambiguidade, polissemia”, não equivale a nenhuma outra.

É importante destacar que escolhemos discutir a constituição do conceito de língua na teoria de Pêcheux, primeiramente, porque ela é articulada, pelo menos em um primeiro momento, com outros conceitos como o de formação discursiva, o qual mobilizamos em nossa análise e também porque é a partir de somente um texto, a introdução de Pêcheux (1975, p. 3) ao número 37 da revista *Langages*, que Krieg-Planque acredita poder afirmar que “dizer que é preciso levar em conta a língua como “condição de possibilidade” do discurso, como tão justamente escreve Pêcheux (1975:3), é também preciso levar em conta *uma* língua, com o que ela permite e com o que ela interdita” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 75)(grifos da autora). Além disso, supomos que uma “solução” para o problema teórico com qual nos deparamos tenha a ver não só com o conceito de formação discursiva, mas também com o de ideologia e o de Estado, conceitos que Pêcheux toma de empréstimo de Althusser e que são articulados em sua teoria do discurso.

Sendo assim, a seguir, será discutido como, mesmo antes do *Curso de Linguística Geral* (CLG), o conceito de língua inibe estudos translinguísticos. Em seguida, retomando o conceito de ideologia em Althusser, será visto como tal conceito definiu de modo contundente o conceito de língua na teoria discursiva de Michel Pêcheux. Ao final, apresentaremos alguns exemplos dados por Krieg-Planque que podem ser considerados contraditórios em relação ao conceito de língua que ela adota.

Falar atualmente sobre o conceito de língua em AD pode parecer, para a maioria dos analistas, um despropósito ou, na pior das hipóteses, um profundo desconhecimento da disciplina porque, para a teoria discursiva de Pêcheux, a língua é a materialidade sobre a qual os sentidos podem ser (re)produzidos e, apesar de ela ter sido a base sobre a qual os primeiros

estudos discursivos se desenvolveram, são os discursos que constituem o objeto da AD, não a(s) língua(s).

Pode-se dizer que a AD se interessa mais pela materialidade linguística enquanto base dos processos discursivos do que pela produção de um conceito que descreva a língua enquanto “objeto” no mundo. É necessário, então, fazer uma distinção entre *objeto real* e *objeto de conhecimento*. Segundo Henry (2013 [1977], p. 16-17)⁸, os dois objetos, cujas natureza e materialidade são distintas, encontram-se em uma relação de contradição que só se revela historicamente na confrontação de teorias linguísticas e a prática do linguista (analista) sobre a linguagem. Desse modo, apesar de sabermos empiricamente que há contato entre línguas e a análise do *corpus* da nossa pesquisa demonstrar que os sentidos dos sintagmas estudados podem transpor as fronteiras entre línguas, tal fato não tem contrapartida na teoria, o que nos coloca diante de uma contradição. Assim sendo, faremos a distinção entre língua, para fazer referência ao objeto real, e conceito de língua, para nos referir ao objeto de conhecimento.

É possível afirmar que, de modo geral, cada teoria linguística apresenta um conceito de língua, ou a partir de cada teoria pode-se inferir um conceito de língua. Apesar dessa variedade, talvez o conceito mais influente de língua seja o que está presente no CLG e que sempre é retomado seja para concordar com ele, seja para discordar dele. Além disso, levando em consideração que ele foi retomado também por Pêcheux para forjar seu conceito de língua, daremos atenção especial e apresentaremos uma interpretação da constituição desse conceito, tendo sempre em mente a problemática que nos interessa.

Pode-se dizer que, antes mesmo de ser apresentado como objeto da Linguística, o conceito de língua já é efeito de escolhas filosóficas e teóricas. Na introdução do CLG, lê-se:

Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. Ao mesmo tempo, compreende-se quão errôneas e insuficientes eram as ideias da Filologia e da Gramática comparada. (SAUSSURE, 2012b [1916], p. 36)

Desse modo, o gesto fundador da nova ciência é o rompimento das relações com “as fases anteriores” da Linguística: respectivamente, a Gramática, a Filologia e a Gramática

⁸ O linguista resgata a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento de Althusser (1979 [1968], p. 39) que, retomando Spinoza e Marx, demonstra que o empirismo confunde o objeto de conhecimento (a essência abstraída refletida sobre a estrutura do objeto real) com o próprio objeto-real. Apesar de tirarmos proveito dessa distinção, não coadunamos com o anti-empirismo do filósofo francês.

Comparada. É mais especificamente com essa última que Saussure rompe, fazendo com que a relação entre as línguas fosse pensada de outro modo, ou seja, diacronicamente, com o foco no significante, mais do que no significado.

Contra-pondo-se à metáfora biologista dessas disciplinas e baseando-se nas ideias do linguista estadunidense Whitney, Saussure (2012, p. 41) afirma que a língua é uma instituição social. Puech e Radzynski (1978), analisando o CLG à luz dos manuscritos de Saussure e de algumas obras de Meillet, sugerem que, para se resolver o problema metafísico da unidade e da pluralidade dos “falares particulares”, é introduzida a ideia de nação e “a unidade se instaura, a partir de então, em um alhures fictício.” (PUECH; RADZYNSKI, 1978, p. 49)(nossa tradução) Consequentemente, no CLG, a língua é *um sistema* de valores, cuja definição “supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema” (SAUSSURE, 2012 [1916], p.53). Sendo assim, mesmo que se reconheça a arbitrariedade do signo (os mesmos referentes sendo nomeados diferentemente pelas línguas) e a possibilidade da igualdade de valores entre línguas diferentes (as exceções seriam as diferenças de valores, por exemplo, entre “carneiro” e “sheep”/“mutton”), o estudo comparativo concernente à significação não se constituiu como um modo predominante de abordar a(s) língua(s) nas pesquisas estruturalistas, tanto que, teoricamente, nós só sabemos o que é uma língua em oposição à fala e não a outra língua. Além disso, apesar de o conceito de língua se apresentar como um ótimo objeto científico, ele parece não descrever, pelo menos na perspectiva em que nos encontramos, o(s) objeto(s) real(reais) aos quais deveria se adequar.

Antes de passar à consideração de como Pêcheux se apropriou do conceito de língua de Saussure, apresentaremos a teoria geral da ideologia de Althusser que teve forte influência sobre a teoria do discurso pêcheutiana e que lançou mão explicitamente da noção de Estado.

Segundo Althusser (1980[1970]), a reprodução das condições da produção capitalista é assegurada pela manutenção dos meios (condições materiais) de produção e da força de trabalho. Em relação a esta última, sua reprodução acontece por meio do salário que o proletário recebe e de sua qualificação “profissional” e moral, o que, no final das contas, significa uma submissão à ideologia dominante. Ainda de acordo com Althusser (1980, p. 48), a ideologia dominante se mantém por meio do Estado, que compreende o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) (a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) (a família, a escola, a religião, o sistema jurídico, o sistema político, os sindicatos, a imprensa e a cultura). Funcionando

principalmente por meio da ideologia, os AIE têm sua diversidade unificada (apesar de suas contradições) pela ideologia dominante. Sendo assim, buscando forjar uma teoria geral da ideologia, Althusser afirma que toda ideologia: 1º) é uma instância cuja estrutura e funcionamento, assim como o inconsciente freudiano, não mudam ao longo da história (“não tem história”); 2º) representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; 3º) tem uma existência material por meio de práticas em um AIE (tal afirmação é modalizada pelo autor em um momento posterior); e 4º) interpela os indivíduos como sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto.

Se se aceitar a interpretação que se fez de como a unidade da língua foi postulada no CLG, pode-se observar que Althusser, para forjar uma teoria geral da ideologia, também recorre à ideia de Estado, tornando possível a análise das ideologias nas formações sociais. Nos dois casos, portanto, antes mesmo dos conceitos de língua e de ideologia serem apropriados por Pêcheux, pode-se perceber que as noções de nação e Estado, implicitamente em Saussure e explicitamente em Althusser, estão em consonância e apontam para a circunscrição de quase os mesmos elementos que estarão em causa nos futuros estudos que tomam como pressupostas as duas teorias. No caso de Althusser, sua teoria restringe o estudo das ideologias aos Estados capitalistas modernos, ou seja, compreendem-se os processos históricos a partir do final do século XVIII (tomando a França como referência) com foco nas contradições internas. No caso de Saussure, a definição da língua decorre do simples fato de ser falada em um dado espaço geopolítico (língua oficial), ignorando-se, por exemplo, as variantes linguísticas, os países nos quais se falam mais de uma língua e as sociedades que não se organizam por meio de Estados como as indígenas. Levando essas hipóteses em consideração, pode-se explicar o fato de a maioria das análises discursivas baseadas na teoria desenvolvida por Pêcheux serem feitas apenas na língua oficial de um país (francês, português ou espanhol), privilegiando *corpora* contemporâneos aos analistas ou cuja densidade temporal não ultrapasse a história e os limites geográficos do país. O que se está querendo destacar é que os conceitos de língua e ideologia, sobre os quais Pêcheux baseia sua teoria do discurso, já delimitam o tipo de *corpus* (sempre em uma única língua) e a delimitação temporal com as quais os analistas lidam.

Althusser (1980, p. 14-15) reconhece que o capitalista, para reproduzir seus meios de produção (matéria-prima, máquinas, edifícios, etc.), pode recorrer tanto ao mercado nacional quanto ao “mercado mundial”. Mas, mesmo assumindo que “a base [...] determina em última instância todo o edifício” (p. 28) (ou seja, que a estrutura sobredetermina a superestrutura), o

autor não dá consequência a esses fatos e o que nos resta é “duplicar” os conceitos de Estado e aparelhos de Estados para cogitar sobre a relação ideológica que Estados Unidos e Brasil mantêm entre si. No entanto, tal duplicação suporia, por exemplo, que ambos estariam em pé de igualdade (exercendo poder sobre o outro igualmente) e a contradição, relação sempre apontada pelos próprios materialistas históricos, estaria dissimulada.

Desse modo, caso os teóricos do discurso se interessassem em prover fundamentos para os estudos discursivos da relação entre línguas, a teoria de Althusser seria interessante na medida em que reconhece as relações econômicas (por extensão, ideológicas) entre Estados. É claro que, nessa teoria a ser desenvolvida, estariam incluídos elementos “conjunturais” como a Internet, que torna cada vez mais comum o contato não só entre sujeitos, mas também entre diferentes línguas.

Ainda em relação à teoria de Althusser, aos conceitos de ideologia e sujeito, se une a tese de que linguagem não é transparente e que pode ser observada no seguinte trecho:

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra «designa uma coisa» ou «possua uma significação» (portanto incluindo as evidências da «transparência» da linguagem), esta «evidência» de que eu e você somos sujeitos - e que esse facto não constitui problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1980, p. 95)

Na teoria do discurso de Pêcheux, os conceitos de ideologia, de sujeito e de “linguagem” althusserianos são colocados em relação com o conceito de língua saussuriano. Sendo assim, Haroche, Pêcheux e Henry (2011[1971], p. 13 - 32) fazem uma leitura do CLG considerando que Saussure tenha provocado uma ruptura epistemológica⁹ que permitiu o estudo científico da fonologia, da morfologia e da sintaxe. No entanto, os autores afirmam que o desenvolvimento da fonologia estruturalista tornou possível o retorno do empirismo em semântica, configurando-se em uma espécie de analogia teórica que seria uma invasão ideológica na teoria linguística. Em virtude disso, os autores propõem que a semântica seja estudada a partir de conceitos provindos do materialismo histórico: formação ideológica e formação discursiva. Nessa nova configuração epistemológica, os autores asseveram que “as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (p. 28, grifos

⁹ Não discutiremos a questão da autoria do CLG, mas, em relação à questão dos valores negativos que o sistema da língua possuiria, é possível ler nos escritos de Saussure: “Nosso ponto de vista é, com efeito, que o conhecimento de um fenômeno ou de uma operação do espírito supõe, antes, a definição de um termo qualquer; não a definição ocasional que se pode sempre dar de um termo relativo com relação a outros termos relativos, girando eternamente num círculo vicioso, mas a definição consequente que parte, num ponto qualquer, de uma base não digo absoluta, mas escolhida expressamente como base irreduzível para nós, e central de todo o sistema.” (SAUSSURE, 2012b, p. 35)

dos autores). Desse modo, portanto, seguindo bem de perto Althusser¹⁰, a língua (as palavras) não tem sentido(s)¹¹ em si mesma. Isto é, enquanto para o eu (*ego, moi*) os significantes têm uma relação necessária com os significados, teoricamente, para os (psic)analistas e para os filósofos materialistas históricos, significantes e significados (sentidos) não devem manter tal relação, pois isso corresponderia a compartilhar a ilusão do eu¹².

Tal tese favorece, sem dúvida, o funcionamento do conceito de formação discursiva como dispositivo de análise ao mesmo tempo em que anula totalmente o papel da língua como provedora de sentidos. Assim, se se levar em consideração a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento, pode-se dizer que, enquanto teoricamente o conceito de língua é bastante razoável e coerente com os postulados das disciplinas envolvidas, empiricamente talvez não seja possível ao analista ter um poder tão grande de abstração em relação a todas as palavras da língua. Desse modo, pode-se afirmar que o analista pode sustentar que uma dada palavra tem certo sentido em uma formação discursiva com base no seu *corpus*, mas não seria exagero afirmar que as palavras cujos sentidos não podem ser recuperados por meio do metadiscurso ou por meio do interdiscurso são inevitavelmente atribuídos pelo analista, seja a partir do que ele “sabe” da língua, ou a partir de outras análises que já fez.¹³

Já em *Semântica e Discurso* (2009[1975]), a despeito de todas as críticas às tendências formalista-logicista, histórica e da linguística da fala e, assim como o próprio Pêcheux (2009, p. 21) reconhece, ele não resolve a contradição do pertencimento da Semântica à Linguística, mas a (a contradição) desenvolve no interior do materialismo histórico. O autor (2009, p. 81) apenas substitui a dicotomia língua/formação discursiva por base linguística/processo discursivo, mantendo basicamente a mesma relação entre os dois conceitos. Por exemplo, Pêcheux afirma (p. 21) que a posição formalista defende que a língua não é histórica, pois ela é um sistema, mas, ao mesmo tempo, o filósofo propõe (p. 81) que a língua seja a base **comum** de processos discursivos diferenciados. Ou seja, concorda-se que a língua (os

¹⁰ Mas também Lacan. Segundo o *Dicionário de Psicanálise*, para o psicanalista francês, “o significante está **isolado do significado** como uma letra, um traço ou uma palavra simbólica, **desprovida de significação** mas determinante, como função, para o discurso ou o destino do sujeito.” (ROUDINESCO, 1998, p. 709) (nossos grifos)

¹¹ “o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em “si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 2009, p. 146)(grifo do autor)

¹² Segundo Jorge (2008, p. 46), enquanto, para Lacan, o eu é da ordem do imaginário, o sujeito se encontra partido entre os significantes do simbólico.

¹³ Segundo Milner (2012, p.117), “não são somente os puristas que, renegando ao real todo estatuto de representável, constroem-na [a língua] como objeto (*a*). Para todo linguista, no próprio seio da representabilidade, está permitido o acesso a uma via análoga: reconhecer que um sujeito dá indícios em seu objeto e que ele pode – sem ser preciso figurá-lo demais -, com esse indício, causar seu desejo.”

significantes) é o mesmo sistema para as diversas classes, mas assevera-se que somente seus sentidos são históricos. Mesmo assim, essa proposta apresenta problemas epistemológicos/metateóricos já de início em relação ao “politicamente correto”, principalmente no que diz respeito, por exemplo, a substantivos masculinos e neutros que até recentemente eram utilizados para designar invariavelmente pessoas de ambos os sexos. Se considerássemos que “presidente” (em português e em espanhol), “chairman” e “professeur” fazem parte dos sistemas das línguas em questão porque são consagradas pelo uso e avalizadas pelas gramáticas normativas, enquanto “presidenta”, “chairwoman”/“chairperson” e “professeure”¹⁴ seriam variantes, “ilusões coletivas das feministas”, não só estaríamos tomando partido nas polêmicas do “politicamente correto”, mas também definindo arbitrariamente o que seria “comum” aos falantes de uma língua e prevendo inocentemente que as línguas continuarão como estão. Ou seja, pelo menos nesses casos, parece ser arriscado afirmar que a língua (o comum: o uso consagrado e o aval da gramática) seja “indiferente” aos processos discursivos ou que ela possua uma autonomia relativa. Segundo Pêcheux (2009, p. 21), a questão da gênese, da evolução e das transformações do objeto toma a forma do conflito insolúvel entre gênese e estrutura. Sendo assim, acreditamos que não reconhecer que os significantes também são “históricos” faz com que o conceito de língua, pelo menos em relação a esses exemplos, seja tendencioso.

A reticência em relação ao conceito de língua é generalizada. Por exemplo, no *Dicionário de Análise do Discurso* (2016 [2004]), organizado por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, simplesmente não há o verbete “língua”, nem “linguagem”. Mas são apresentados verbetes mais específicos como “língua(s) de especialidade” (p. 206) e “língua de madeira” (p. 305). Algumas noções do que seria uma língua aparece no verbete “discurso” (p.168-169) (de autoria de Maingueneau), em que ela é definida como “sistema de valores virtuais” e “sistema *partilhado* pelos membros de uma comunidade linguística” (grifo do autor), que, apesar de todas as críticas feitas pela AD, são em essência saussurianas e não resolvem o nosso problema.

Há ainda os conceitos de “interlíngua” e “código linguageiro” produzidos por Maingueneau. Enquanto o primeiro está relacionado “à interação das línguas e dos registros ou das variedades de línguas acessíveis – tanto no tempo como no espaço – em uma conjuntura dada” (p. 97), o segundo diz respeito à “maneira como um posicionamento mobiliza a linguagem apreendida na pluralidade das línguas e seus registros” (p. 97). Apesar

¹⁴ Segundo o dicionário *Le Petit Robert*, a forma no feminino diz respeito ao francês do Canadá. Apesar disso, é possível encontrar ocorrências no francês da França e no da Bélgica...

do reconhecimento da existência e da relação das línguas, das variedades e dos registros, os conceitos são usados para analisar os efeitos de sentido produzidos pelo uso de uma língua ou de uma variedade, principalmente dos discursos constituintes.

Já os conceitos que tratam da relação entre línguas (“colinguismo”, “comunidade translinguagem”, “diglossia”, “comunicação exolíngua”) estão mais preocupados em descrever as situações enunciativas do que em discutir se é possível e como um sentido passa de uma língua a outra. E, finalmente, o verbete “materialidade discursiva” apresenta um resumo de como Pêcheux considerou esse conceito. Particularmente, pensamos que é preocupante para uma disciplina que se ocupa principalmente da materialidade linguística não ter um conceito de língua que dê conta teórica e metodologicamente da heterogeneidade discursiva com a qual o analista tem que lidar.

Ao propor a noção de fórmula, Krieg-Planque adota o campo teórico-metodológico da AD e em relação ao conceito de língua, a autora (2003, p. 19) recorre, em sua pesquisa de doutorado, ao “conceito saussuriano de *langue*, tal como revisto nas problemáticas enunciativas ‘à francesa’”, e, no livro *A noção de fórmula em Análise do Discurso*, a autora apela, pelo menos explicitamente, a diversos autores: Kerleroux, Pêcheux, Culioli, Benveniste e Milner. Partindo dos resultados de seus trabalhos, Krieg-Planque assevera que

O estudo minucioso de um *corpus* oferece mais de uma chance de confirmar a tese segundo a qual uma língua — entendida ao mesmo tempo como sistema autorreflexivo dotado de uma dupla significância e como “modo singular de produzir equívoco”, ambiguidade, polissemia — não equivale a nenhuma outra. Um estudo como esse permite também observar que a singularidade de cada língua determina, em parte, o que se diz nos discursos, como questões políticas e sociais. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.75)

Da tese que a autora apresenta, pode-se inferir que as línguas não mantêm contato entre si, que os sentidos não produzem os mesmos efeitos em língua diferentes e que os sentidos não são “transmitidos” de uma língua a outra, ou seja, o conceito de língua apresentado contraria a hipótese de nossa pesquisa. Como se verá mais à frente, a análise do *corpus* contrapõe a tese da autora, mas por enquanto tentaremos apenas mostrar os efeitos contraditórios da indefinição do conceito de língua no próprio trabalho da analista do discurso.

Segundo Krieg-Planque (2010, p. 71), para que um sintagma seja considerado fórmula, ele deve ter, dentre outras propriedades, um caráter cristalizado. E uma das

características da cristalização é a concisão, ou seja, para que a fórmula possa circular, permitindo que ela seja reafirmada ou recusada, é necessária certa concisão. Desse modo, à medida que a sua circulação aumenta, a tendência é que as fórmulas tenham suas formas significantes reduzidas por siglação, apagamento de unidade lexical, aférese (supressão de fonemas iniciais de uma palavra) ou apócope (supressão de fonemas finais de uma palavra). Além disso, segundo Krieg-Planque (2010, p. 73), a redução permite, pelo menos em relação aos exemplos que apresenta, um relativo desaparecimento do sentido do segmento apagado, o que leva a uma flutuação semântica, conferindo à fórmula um caráter polêmico e possibilitando que ela seja utilizada em outros discursos diferentes do qual a palavra ou o sintagma emergiu.

Apesar de lançar mão do conceito de formação discursiva para explicar também a propriedade polêmica (p.101), a autora parece assumir implicitamente, pelo menos para demonstrar os efeitos da concisão das fórmulas discursivas, que as palavras são constituídas de significantes e significados (e não que seus sentidos mudem ao passar de uma FD a outra), pois os últimos podem desaparecer quando seu segmento significante “correspondente” é apagado.

Além disso, as propostas teóricas ficam mais confusas quando a autora apresenta alguns exemplos de fórmulas discursivas. Mesmo que não tenha recorrido a nenhum estudo anterior ou demonstrado minimamente suas propriedades formulaicas, Krieg-Planque (2010, p. 68) apresenta o sintagma “mauvaise graisse” (“gordura ruim”)¹⁵ como fórmula e que é utilizada por Alain Juppé, enquanto primeiro-ministro da França em 1996, para designar o funcionalismo público (principalmente o da área educacional) que, em sua opinião, é muito numeroso e pouco ativo.

Nesse caso, a “fórmula” em questão pode ser interpretada como uma metáfora em que a gravidade da “gordura ruim” pode representar para o corpo humano (por exemplo) é comparável ao oneroso funcionalismo público. Desse modo, pelo menos em relação a esse exemplo, a transição de um sintagma de um campo discursivo a outro tem mais a ver com um “recobrimento” de sentidos do que com certa concisão ou redução do sintagma que faria com que ele circulasse em outros discursos. Ou seja, o sentido que “gordura ruim” tem em um discurso leigo sobre a saúde não impede que esse sintagma circule no discurso político. Aliás,

¹⁵ Apesar de os tradutores do livro sugerirem como tradução “gordura para queimar”, optamos pela tradução “literal” em virtude dos dados que tivemos acesso e dos quais damos alguma ideia a seguir. De todo modo, as duas traduções parecem convergir para um mesmo sentido.

esse sentido é condição necessária para que a metáfora ocorra e que se possam interpretar seus efeitos.

Além disso, uma rápida pesquisa pelo sintagma “mauvaise graisse” nos livros digitais e digitalizados em francês de 1880 a 2008 do *Google Books* por meio da ferramenta *ngram Viewer* (Cf. Anexo A) permite confirmar que, de fato, a frequência do sintagma aumentou a partir de 1996 e começou a cair a partir de 2000. No entanto, a consulta a algumas ocorrências desse período revela que o uso da expressão está ligado principalmente a retomadas da fala do ex-primeiro-ministro francês, o que contradiz o postulado de Krieg-Planque (2010, p. 95-96) que afirma que a candidata ao estatuto de fórmula deve percorrer outros campos discursivos.

Nos usos anteriores a esse período, “mauvaise graisse”, assim como em português, está em relação com “bonne graisse” (“gordura boa”), ou designando, metaforicamente, algo que é ruim, que deve ser eliminado. Ademais, o sintagma parece não possuir o caráter cristalizado (ou seja, não está em vias de se lexicalizar), pois não há menção a ele nem em dicionários (*Le petit Robert, Larousse*), nem em enciclopédias (por exemplo, *Wikipedia* em francês), o que torna difícil também ter um caráter de referente social, ou seja, constituir o modo dominante de fazer referência, nesse caso, ao funcionalismo público. Já em relação ao caráter polêmico, seria necessário fazer uma análise de um *corpus* mais extenso, mas, de todo modo, o sintagma não parece atender a maioria dos critérios para ser uma fórmula.

Na verdade, “mauvaise graisse” não atende nem aos postulados relacionados às formas que Krieg-Planque considera como privilegiados para se tornarem fórmulas: sequências compostas de um só morfema lexical (“crise”)¹⁶; formas de caráter relacional: nomes compostos (“sem-documento”), sintagmas do tipo “nome+preposição+(artigo)+nome” (“crise de valores”), sintagmas nominais com adjetivos denominais (“preferência nacional”), nominalizações (“modernização”), nominalizações criadas por meio de neologismo (“periferização”) e nominalizações associadas a adjetivos denominais (“inserção social”).

Já em relação à correspondência de sentido entre fórmulas pertencentes a duas línguas diferentes, segundo Krieg-Planque (2010, p. 80),

Não é só por semelhança formal, como “efeitos de tradução” dos quais conviria desconfiar, que o sintagma “purification ethnique” é chamado a ser visto como um avatar do termo “judenrein” (termo do vocabulário nazista que traduziremos, por falta de melhor expressão, como “pur de juif” [purificado de judeu]), mas pelo parentesco nocional e referencial que essas duas sequências têm aos olhos de certos locutores. Trata-se de uma memória discursiva, mais ou menos partilhada, que opera nas formas do léxico, mas

¹⁶ Os exemplos são do francês e informados pela autora.

também à revelia delas, e se põe a trabalhar. Não é por parentesco lexical — uma vez que não há — que “ethnique” é aproximado de “racial”, mas por recobrimento nos usos do primeiro termo pelo segundo.

No trecho destacado, o conceito de língua mobilizado parece ser o defendido por Pêcheux, ou seja, as palavras não possuem sentidos em si mesmas. Além disso, considerando que a autora defende a tese segundo a qual “a singularidade de cada língua determina, em parte, o que se diz nos discursos, como questões políticas e sociais” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.75), pode-se dizer que o dado apresentado é um contraexemplo da tese defendida, pois, apesar de os dois sintagmas estarem cristalizados em línguas diferentes (tanto filogeneticamente quanto tipologicamente, diga-se de passagem), em condições de produção distintas (a ditadura nazista na Alemanha nas décadas de 1930 e 1940 e as repercussões da guerra da ex-Iugoslávia na França na década de 1990), eles podem estar ligados por um “parentesco nocional e referencial”.

Desse modo, portanto, nota-se que, nos dois casos citados no livro de Krieg-Planque, a indefinição do conceito de língua em relação à constituição dos sentidos não só em relação ao próprio sistema da língua mas também em relação ao contato entre dois sistemas distintos compromete os postulados (o da concisão e o da singularidade de cada língua) relacionados aos demais dados de sua análise. Percebe-se, então, que, para sustentar a análise de dados que não confirmam seus postulados, a analista recorre ao mesmo tempo a duas ideias contraditórias (e que se anulam) sobre a relação entre sentido e língua, ou seja, a ideia de que a língua possui sentidos em si mesma e a ideia de que a língua não possui sentidos em si mesma.

Do que foi dito até aqui, pode-se afirmar que, **teoricamente**, com as variantes linguísticas sendo individualizadas em uma língua e as ideologias estando comportadas no interior de um Estado-nação, o analista já tem pré-estabelecidos o recorte espaço-temporal de seu objeto de pesquisa. Desse modo, privilegiam-se os estudos discursivos em uma única língua (a do analista) concernentes à história de seu país, como se ele não tivesse contato com outros Estados economicamente e ideologicamente, tanto fisicamente como virtualmente por meio da Internet, por exemplo. Nesse sentido, a AD se constituiria em uma espécie de autoetnografia¹⁷, decorrendo disso a “impossibilidade” teórica de não se poder empreender um estudo translinguístico.

¹⁷ Dois exemplos recentes: Johannes Angermuller, em seu livro *Análise do Discurso Pós-estruturalista*, analisa o discurso intelectual francês pós-estruturalista (Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Solers). Eni Orlandi, em uma apresentação intitulada *Um corpo imigrante* no X Congresso Internacional da Associação Brasileira de

Além disso, a indefinição do conceito de língua e de sua insuficiência na descrição da heterogeneidade e da complexidade de seu funcionamento em relação ao discurso pode ter como consequência a (re)entrada, na análise, de um “formalismo” (algumas palavras teriam previamente um sentido) e/ou um “subjetivismo” (o analista provê os sentidos das palavras que o estudo do *corpus* ou do interdiscurso não disponibiliza).

Apesar disso, pelo menos em relação à análise dos sintagmas “politically correct” e “politicamente correto”, assumiremos que eles não têm sentidos em si mesmos, ou seja, por mais que tais significantes separadamente imponham incessantemente as evidências da “política” e da “correção” e que em conjunto eles obriguem a aceitação de um sentido dominante, consideraremos os sintagmas “vazios”, dando atenção às relações que eles mantêm com as diversas formações discursivas (nos diversos campos discursivos) e com o metadiscurso, possibilitando, assim, a inferência de outros sentidos.

Já em relação ao problema teórico (geral) da constituição dos sentidos entre línguas, discordamos de Krieg-Planque, pois acreditamos ser possível que línguas diferentes reproduzam os mesmos efeitos de sentido ou efeitos de sentido semelhantes. O que não significa que estamos assumindo que as línguas se equivalem, pois, como se verá na análise do *corpus*, a segmentação de “politicamente correto” produz efeitos de sentidos que não podem ser reproduzidos com “politically correct”.

1.3. Fórmula e percurso

Para atribuir o estatuto de fórmula a unidades lexicais simples, a unidades lexicais complexas, a unidades léxico-sintáticas ou a sequências autônomas, os analistas do discurso têm recorrido a quatro propriedades que uma sequência linguística deve possuir concomitantemente. Fundamentando sua proposta nos trabalhos anteriores de Jean-Pierre Faye, Pierre Fiala e Marianne Ebel e também nos *corpora* de suas pesquisas, Krieg-Planque (2010 [2009], p. 61-108) afirma que uma fórmula deve ter: 1º) um caráter cristalizado, pois ela é sustentada por uma forma significativa, simples ou complexa, relativamente estável; 2º) um caráter discursivo, ou seja, a fórmula só existe em virtude dos usos que foram feitos dela; 3º) um caráter de referente social, já que é dominante num determinado momento e espaço sociopolítico, “um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92); e 4º) um caráter polêmico, uma vez que a fórmula é portadora de

Linguística (09/03/2017, Niterói, RJ), tem como *corpus* suas lembranças de infância relacionadas à sua avó italiana. É interessante notar que, nos dois casos, mais do que um recorte espaço-temporal, a análise se volta para os próprios teóricos da AD.

questões sociopolíticas, de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais e que põe em jogo vários aspectos da existência das pessoas, fazendo que os atores-locutores polemizem por uma descrição do real.¹⁸

Como bem descreve Maingueneau,

A construção de formações discursivas ou de percurso não está submetida a um único capricho dos pesquisadores: há um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de prática hermenêutica. É verdade que essas “regras da arte” estão frequentemente implícitas, que são adquiridas por impregnação, mas podemos presumir que, com o desenvolvimento da análise do discurso, a construção das unidades será cada vez menos deixada ao capricho dos pesquisadores. (MAINGUENEAU, 2008, p. 24)

É com essa intenção que, para propor o caráter translinguístico das fórmulas discursivas, depreenderemos (da releitura e da nossa interpretação) dos estudos de Faye, Fiala, Ebel e Krieg-Planque¹⁹ as categorias de análise que estão subjacentes à análise das fórmulas. Tal inferência pode ajudar a identificar os elementos aos quais os sentidos das fórmulas podem estar relacionados e, a partir desses elementos, poderemos definir se os sentidos produzidos em uma língua são equivalentes ou não aos produzidos em outra língua.

O filósofo francês Jean-Pierre Faye, em seu livro *Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato* (2009[1972], p. XXIII), tem como objetivo fazer uma narrativa crítica sobre as narrativas que tornaram possível o Reich hitlerista, utilizando como metalinguagem os termos dessas últimas. Identificando-se como materialista histórico, Faye acredita (2009, p. 20, 21) que a história é uma ciência capaz de revelar a verdade e a ideologia é entendida como organizadora da experiência humana e como mascaramento da verdade²⁰. O filósofo (2009, p. 31,32) chama atenção para o fato de que, independentemente de uma narrativa ser falsa (ideológica), ela produz ações e efeitos mesmo assim. Desse modo, a crítica da razão (e da economia) narrativa esclarece as condições de produção e circulação do relato e seus efeitos.

Para construir sua narrativa crítica, um dos termos das narrativas que Faye acompanha a circulação é “Stato totalitario”/“Totale Staat”. Segundo o autor (2009, p. 57,58, 60), antes de predicar “Estado” e entrar na língua alemã, o adjetivo “totalitario” era utilizado para se

¹⁸ As propriedades serão mais bem detalhadas ao longo da análise do *corpus*.

¹⁹ Apesar de Krieg-Planque utilizar a noção de referente em sua obra « *Purification ethnique* »: *une formule et son histoire* (2003), a autora não dá consequência a essa noção quando vai propor a definição do conceito de fórmula (2010), o que é lamentável, pois a noção de referente é bastante esclarecedora para nossa análise.

²⁰ Nesse sentido, o sujeito seria consciente e produziria uma narrativa para alcançar um resultado. Como vemos, apesar da mesma filiação filosófica, o conceito de ideologia de Faye é o oposto do de Althusser.

referir às sessões das assembleias gerais quando o quórum era inteiramente respeitado e ganhou fama a partir do discurso de Mussolini em 22 de junho de 1925 em que, após a morte do socialista Matteotti, “volontà totalitaria” (“vontade totalitária”) significava uma ameaça àqueles contrários ao fascismo.

Já “totale Staat” que, segundo Faye (2009, p. 48), é designado pelo jurista, professor universitário e filósofo alemão Carl Schmitt ora como fórmula, ora como conceito, diz respeito à proposta teórica de apagar a diferença entre Estado e sociedade (em oposição às propostas das constituições alemãs anteriores em que a fórmula era: Estado de um lado, sociedade de outro). Já que Faye faz “coincidir o discurso teórico com a própria narração” (p. 36), podemos dizer que, para este último, “fórmula” faz remissão ao “Stato totalitario” italiano, a uma proposta teórica de organização do Estado e da sociedade e ao “totale Staat” alemão enquanto referente (até antes de ele se tornar um Estado da *völkish Ganzheit* [Totalidade étnica]). Ou seja, a fórmula está relacionada a conceitos e a referentes. Ainda segundo Faye (2009, p. 66), para o jurista alemão, a fórmula do “totale Staat” não é apenas esclarecedora, mas ativa e produtora de efeito, eficaz. O filósofo francês (2009, p. 65), retomando a performatividade da linguagem de Austin, chama essa característica da fórmula “totale Staat” de *processo de aceitabilidade*.

Além disso, ciente das diferenças entre línguas e Estados, Faye apresenta a possibilidade de analisá-los a despeito de suas diferenças:

A discussão contemporânea e inacabada entre Postal e Chomsky tende a concluir pela recusa a toda pretensão a uma *semântica geral*, mas também pelas possibilidades de semânticas regionais, eventualmente articuladas, por exemplo, a das linguagens ideológicas, a da “língua das mercadorias” (Marx). (2009, p. XXV)(grifos do autor)

Talvez em virtude disso o autor tenha, diferentemente de Althusser, uma noção de Estado menos determinista mesmo se tratando de uma ditadura:

A República alemã será, entre as duas guerras mundiais, esse lugar fechado mas permeável, atravessado pelas grandes polaridades do Ocidente e do Oriente, onde o *processo da produção e da circulação* dos relatos ideológicos acelera-se e generaliza-se e age temivelmente sobre sua *base real*. (2009, p. 118)(grifos do autor)

Fiala, Boutet e Ebel (1982, p.42-43), comparando os trabalhos de Marandin e Courtine, observam que a análise do discurso político na França (com exceção de Faye), ao

privilegiar dados escritos institucionais do movimento operário, sindical e de esquerda, ignora tanto os discursos nacionalistas, liberais e de direita quanto o discurso “ordinário” (do locutor individual), produzindo, portanto, uma homogeneização dos discursos e da teoria. Sendo assim, os autores, deslocando o campo de observação do discurso político, propõem levar em consideração dados sociológicos para descrever a construção conflituosa do sentido nos discursos.

Lançando mão dos conceitos de prática languageira e formação languageira, Fiala e Ebel têm como objetivo analisar, por meio das fórmulas “Überfremdung” e “xenophobie” e suas variantes, cartas manuscritas de leitores de jornais suíços francófonos sobre as iniciativas que pretendiam limitar o número de estrangeiros na Suíça na década de 1970 por meio de um plebiscito. Segundo os autores (1982, p. 54, 59), os promotores das iniciativas apresentavam a necessidade de reduzir o número de estrangeiros, buscando impor a noção “Überfremdung”, expressão do alemão que remonta à Primeira Guerra Mundial e traduzida para o francês como “influência e superpopulação estrangeiras” e que, a partir dos anos 1960, foi o fundamento político e ideológico (“lutter contre l’Überfremdung”) sobre o qual se formaram grupos anti-estrangeiros de massa. No entanto, dentre os adversários dessas iniciativas, estavam aqueles que detinham o poder econômico, político e ideológico e que conseguiram impor a questão da xenofobia para conduzir o debate. Desse modo, segundo os pesquisadores, os partidários das iniciativas anti-estrangeiras foram obrigados a abandonar sua ofensiva e lançar mão de um discurso defensivo (“Nós não somos xenófobos, mas...”), pois, toda afirmação de uma “superpopulação estrangeira” era confrontada com uma acusação de xenofobia que, por sua vez, era rebatida com a acusação de ser um “suíço ruim” (“mauvais Suisse”) (pouco patriota), sem que a questão central fosse realmente definida²¹. Os autores (1982, p. 62) concluem, então, que a fórmula “xenophobie” se constituiu como referente social dominante, que incita todo locutor, partidário ou adversário das iniciativas, a se posicionar em relação a ela.

Como já foi dito, os autores utilizam o conceito de prática languageira na análise e entendemos que é a partir dela que devemos interpretar o caráter de referente social. Segundo os pesquisadores,

Toda prática languageira deve ser analisada como a implicação, na e pela linguagem, de relações sociais de poder entre locutores: busca de reconhecimento interindividual (Flahaut, 1973), **imposição de referentes e de formas linguísticas** são os aspectos dessa implicação das relações de

²¹ Maingueneau (2008a[1984]) chama esse processo de *interincompreensão*.

poder entre locutores. (FIALA, BOUTET, EBEL, 1982, p. 49)²² (nossa tradução)(nosso grifo)

Sendo assim, no caso das fórmulas “Überfremdung” e “xenophobie”, ambas pressupõem, a seu modo, o referente “os estrangeiros” (mais especificamente os italianos e espanhóis), mas o que muda de uma para a outra é o *modo de apreensão* desse referente, as relações que ele mantém com outros referentes ou acontecimentos. Ou seja, enquanto a primeira fórmula rememora os estrangeiros como perigosos para a economia e para a cultura (consideração feita pelos nazistas em relação aos judeus)²³, “xenophobie” apreende-os como vítimas e seus críticos como preconceituosos. Os autores asseveram que “estas fórmulas, enquanto produtos da história, são o objeto de lutas cujo desafio, para as várias forças sociais, é impor seu próprio referente como um **referente geral**.”²⁴(1982, p.58-59)(nossa tradução)(nosso grifo) Para nós, isso significa que uma FD tenta impor às demais FDs o seu modo de apreensão de um referente e, na esteira de Foucault, suas relações com outros referentes e acontecimentos.

Já Krieg-Planque (2003) analisa, por meio da fórmula “purification ethnique”(“purificação étnica) e suas variantes “nettoyage ethnique” e “épuration ethnique” (“limpeza étnica” e “depuração étnica”), textos de diversos gêneros midiáticos sobre a guerra da antiga Iugoslávia (1991-1995) que circularam na França de 1980 a 1994. Em suma, os nacionalistas sérvios foram acusados de terem teorizado um projeto de “purificação étnica” e de o terem levado a cabo contra os bósnios muçulmanos por meio, por exemplo, de campos “de concentração” e estupros, mas tais acusações eram constantemente negadas pelos primeiros. Desse modo, a fórmula “purification ethnique”, como “xenophobie” e “Totale Staat”, está relacionada com conceitos teóricos e referentes e as relações entre eles.

Do que foi dito até aqui sobre as fórmulas²⁵, apesar de na análise lançarmos mão das quatro propriedades para circunscrever o objeto fórmula, tendemos a concordar com a definição mais restrita de Fiala do que a de Krieg-Planque:

²² « Toute pratique langagière doit être analysée comme la mise en jeu dans et par le langage de rapports de force sociaux entre locuteurs: demande de reconnaissance interindividuelle (Flahaut, 1973), imposition des référents et des formes linguistiques sont des aspects de cette mise en jeu de rapports de force entre locuteurs. » (FIALA, BOUTET, EBEL, 1982, p. 49)

²³ Os autores não são explícitos em relação a essa ligação, mas como eles afirmam que “Überfremdung” é uma expressão relacionada à Primeira Guerra Mundial (e artigos na internet confirmam isso), pensamos poder fazer essa interpretação.

²⁴ « Ces formules, en tant que produits de l’histoire, sont l’objet de luttes dont l’enjeu pour les différents forces sociales est d’imposer leur propre référent comme référent général. » (1982,p.58-59)

²⁵ Para Maingueneau (2008b, p. 75), o conceito de fórmula é diferente e mais amplo do que o de Krieg-Planque.

O termo fórmula designa uma expressão lexical, mais frequentemente, um sintagma nominal ou uma colocação de caráter neológico, que remete a uma noção, tendo exercido, no plano ideológico, um papel fundador e ativo em certa situação histórica. [...] Ela é o objeto de conhecimentos amplamente partilhados, mas sempre conflituosos, observados particularmente nos comentários metadiscursivos e polêmicos que acompanham a fórmula. Seu conteúdo referencial não é um conceito estável: ele tem um caráter metafórico, contornos imprecisos, que o tornam objeto de controvérsias, de definições contraditórias, de enfrentamentos polêmicos entre correntes ideológicas e políticas opostas ou concorrentes, que dele procuram se apropriar. [...] No plano linguístico, ela remete às questões de categorização nominal e de construção referencial, de paráfrase e de pré-construído, de pragmática lexical e de argumentação. (FIALA, 2016[2004], p. 244-245)

Sendo assim, ao longo da análise, daremos atenção ao que chamaremos de *conceito*, o sentido dominante imposto por FDs a uma sequência linguística, e aos *referentes* e suas relações. Além disso, dentre os sentidos depreendidos da análise dos sintagmas, convém distinguir aqueles provenientes da memória discursiva (uma repetição em uma série) e aqueles produzidos pelos sujeitos, de certa forma, “inéditos” (fora de uma série). No que diz respeito aos referentes envolvidos no “politicamente correto”, daremos atenção àqueles que, na análise do *corpus*, os discursos conservadores e os discursos progressistas fazem remissão recorrentemente (e de inúmeras formas): “as mulheres”, “os negros” e “os homossexuais”. No entanto, como bem observa Fairclough (2003, p. 21), essas designações sugerem erroneamente que esses grupos sociais são um movimento social homogêneo. Apesar disso, ao utilizá-las, estamos pressupondo a heterogeneidade “interna” não só desses grupos, mas também de seus discursos.

Mais especificamente em relação à propriedade translinguística que estamos propondo, apesar do conceito de língua que defende, a própria Krieg-Planque, quando perguntada em uma entrevista sobre aspectos que, em sua opinião, deveriam ser considerados a partir dos postulados de sua pesquisa, afirmou:

Por exemplo, eu não pude explorar as pequenas investigações que fiz sobre a imprensa estrangeira (Espanha, Itália, Vaticano, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos), por meio das quais eu gostaria de investigar o caráter específico (ou não) da memória interdiscursiva: procurei precedentes e empregos da fórmula “purificação étnica” em diferentes línguas, para chegar a um questionamento sobre a existência de memórias interdiscursivas transnacionais e/ou translinguísticas. (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 36)

Parece que a pesquisadora “se esquece” de que a possibilidade da “existência de memórias interdiscursivas transnacionais e/ou translinguísticas” se apresenta desde os trabalhos de Faye.

Além de recorrer às supracitadas quatro propriedades da fórmula propostas por Krieg-Planque, os analistas do discurso também vêm utilizando o procedimento metodológico aplicado pela pesquisadora para a reunião de um *corpus*. O percurso, segundo Maingueneau (2008b, p. 23), assim como a formação discursiva, caracteriza-se como uma unidade não tópica, ou seja, ela é construída pelo pesquisador independentemente de fronteiras preestabelecidas (como, por exemplo, tipos de discursos ou gêneros de discurso). Percurso é, então, “o estabelecimento em rede de unidades de diversas ordens (lexicais, proposicionais, fragmentos de textos) extraídas do interdiscurso, sem procurar construir espaços de coerência, constituir totalidades.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 23)

1.4. O *corpus*

O *corpus* foi reunido levando em conta a ocorrência das expressões “politically correct”, “political correctness”, “politicamente correto(s)”, “politicamente correta(s)” e “correção política”²⁶ primeiramente nos jornais *The New York Times* e *Folha de S. Paulo*. Seleccionamos os dois jornais em virtude de dois critérios: 1) possuem acervos digitais de acesso livre (no todo ou em parte) e 2) são jornais que circulam nacionalmente. Sendo assim, os textos selecionados dos dois jornais se constituíram em um *corpus* de referência, pois, a partir deles, foi possível observar em quais campos discursivos os sintagmas podem circular.

Como *corpus* complementar, utilizamos os jornais de 1789 a 1922 do site *Chronicling America* que pertence à parceria entre a *National Endowment for the Humanities* e a *Library of Congress* e os jornais e revistas de 1740 a 2016 da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Além disso, levamos em consideração a ocorrência dos sintagmas nos diferentes gêneros de discurso da mídia *online*, televisiva, em dicionários, livros, artigos acadêmico-científicos, letras de músicas, falas de filmes e decisões judiciais.

A organização e a análise de todo o *corpus* foram feitas cronologicamente por década de 1740 a 2016. Ao todo, ele conta com mais de dois mil textos²⁷ e pode ser considerado saturado, ou seja, “quando seu enriquecimento por novos enunciados não traz mais dados

²⁶ Para as ocorrências antes das reformas ortográficas, buscamos por “politicamente correcto(s)”, “politicamente correct(s)” e “correccão política”.

²⁷ Grande parte do *corpus* está disponível em:

<drive.google.com/drive/folders/0BmSxAbdnntvcUR1NDFqc0hsWE0?usp=sharing>

novos do ponto de vista da problemática adotada, pelo menos não mais dados novos suscetíveis de modificar os resultados de maneira substancial.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 89)

O arquivo analisado nesta dissertação é constituído dos dados que consideramos mais representativos e que, obviamente, confirmem a nossa hipótese, sem, no entanto, dissimular os dados heterogêneos. As referências aos textos do arquivo são feitas separadamente das bibliográficas para evitar confusão.

2 ANÁLISE DA FÓRMULA “POLITICALLY CORRECT”/“POLITICAMENTE CORRETO”

Como o segundo objetivo principal desta pesquisa é testar a hipótese de que tanto a memória discursiva quanto as condições de produção contribuem para que um sentido venha a se instalar em uma sequência linguística em outra língua e em condições de produções análogas às de sua gênese/circulação, a seguir, será feita uma descrição das condições de produção internas e externas (internacionais) dos Estados Unidos e do Brasil, ressaltando os acontecimentos históricos que contribuem de alguma forma para a constituição dos sentidos que serão depreendidos durante a análise. Em seguida, concomitantemente com a análise das quatro propriedades da fórmula, investigaremos a existência de um caráter translinguístico, ou seja, a capacidade de circular em diferentes idiomas, observando se as fórmulas dizem respeito aos mesmos referentes, se as fórmulas produzem o(s) mesmo(s) sentido(s) (ou sentidos semelhantes) nos “mesmos” discursos nas duas línguas, se as fórmulas são negadas ou aceitas por formações discursivas “correspondentes” em suas respectivas condições de produção e se as fórmulas percorrem os mesmos campos discursivos.

2.1. Descrição das condições de produção

Do que foi dito até agora, é certo que não consideramos que “o exterior dos discursos” seja os limites de um país (ou, em nosso caso, de dois) e muito menos que a memória discursiva esteja enclausurada em um Estado. Na verdade, a própria noção de Estado é problemática para, historicamente, fazer referência às comunidades humanas que não eram estritamente Estados. Sendo assim, somos obrigados a reconhecer que, em uma conjuntura, as condições de produção dizem respeito não só às relações no interior de uma formação social, mas também às relações que as diversas formações sociais mantêm entre si, o que, por sua vez, pode se (re)produzir na memória discursiva. Apesar do reconhecimento da extensão dessas relações, nesta seção, destacaremos minimamente os principais acontecimentos que possibilitam analisar os enunciados do *corpus*.

No que diz respeito à relação dos Estados entre si, pode-se dizer *grosso modo* que, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil, apesar de terem sido colonizados diferentemente por países distintos, tinham como referência a cultura europeia (no que diz respeito à política, economia, ciência, religião, filosofia, artes, etc.), mas, após se tornar uma potência militar e econômica, os Estados Unidos também começam a influenciar as demais nações não só política e economicamente, mas também culturalmente por meio da música e do cinema.

Desse modo, os primeiros acontecimentos que podem ser destacados são as promulgações da Constituição estadunidense e das constituições brasileiras, pois, como se verá na análise, há pelo menos um sentido (o “primeiro”) que, tanto o sintagma “politically correct” como “politicamente corre(c)to/a/s”, pressupõe as constituições dos Estados Unidos e do Brasil. Além da promulgação da Constituição estadunidense poder ser considerada como um acontecimento histórico importante (já que, juntamente com a constituição francesa, se tornou referência para as constituições posteriores, inclusive as brasileiras), o próprio documento (e suas emendas) pode ser considerado, como chama Krieg-Planque, um lugar discursivo, ou seja, segundo a autora (2011 [2006], p.22-23), o conceito de lugares discursivos diz respeito, no plano formal, a textos (mas também a unidades lexicais simples ou complexas, associações léxico-sintáticas, datas e números) e, no plano das funções nos discursos, funcionam como textos-chaves, provas autenticadoras, índices de historicidade (mas também como *slogans*, palavras de ordem, designantes e de fórmulas).

Os lugares discursivos são, de fato, materialidades nas quais os comentadores se apoiam para atribuir posições, a si mesmos e aos outros, os lugares pelos quais os locutores circulam, imprimindo sua marca de passagem [...], mas ao mesmo tempo deixando-os suficientemente intactos para que outros, por sua vez, possam reconhecê-los e neles ocupar seu lugar (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 23)

Sendo assim, um aspecto importante da atribuição de posições que as constituições enquanto textos legitimadores têm é poder definir, por exemplo, quem tem direito ao voto. Ao longo da história tanto dos Estados Unidos quanto da do Brasil, a questão do sufrágio esteve polarizada entre os homens brancos (proprietários de terras, indústrias) descendentes de europeus e os negros, as mulheres, os indígenas, os imigrantes, etc. Aliás, é a esses grupos que o terceiro sentido depreendido na análise dos sintagmas faz referência. Dessa forma, uma das características que esses grupos compartilham diz respeito ao fato de eles terem conquistado recentemente (há menos de um século) o direito efetivo ao voto.

Tendo como modelo o Reino Unido, o voto nas treze antigas colônias britânicas, após sua independência, era um privilégio dos homens brancos europeus que possuíam propriedades. No entanto, em virtude de mudanças socioeconômicas, o critério que dava direito ao voto passou a ser o pagamento de impostos. Já após a Guerra Civil nos Estados Unidos e a aprovação da décima quinta emenda à Constituição, todos os homens negros puderam votar a partir de 1870, mas, de 1890 a 1965 nos estados do sul, eles não só perderam o direito ao voto como também toda a população negra foi submetida a leis que a segregavam

da população branca. Por sua vez, as mulheres, com a edição da décima nona emenda, conquistaram o direito ao voto em 1920. (KEYSSAR, 2000)

No Brasil, na Constituição de 1824, o direito ao voto era garantido por uma renda líquida mínima. No que diz respeito aos negros, mesmo que, a partir de 1888, após a abolição da escravidão, terem teoricamente o direito ao voto, isso não se efetivou, pois a maioria era analfabeta (os analfabetos só votaram pela primeira vez em 1985). Já as mulheres tiveram esse direito garantido no código eleitoral em 1932 e a partir da constituição de 1934. Apesar disso, é importante destacar pelo menos dois fatos: os votos de cabresto, que de certa forma tolhem o exercício desse direito; e a ditadura militar (1964-1985), período no qual tal direito foi suspenso. (PAIVA, 1985)

Percebe-se, portanto, que, ao longo da colonização e da formação dos dois Estados, os migrantes europeus (e seus descendentes) tiveram contato e dispensaram um tratamento parecido não só em relação às populações indígenas, mas também às populações negras africanas e às mulheres. Além disso, pode-se afirmar que a manutenção do sufrágio “universal” se consolidou nos dois países de modo efetivo bem recentemente e que tal manutenção possibilitou e tem possibilitado a aprovação de leis que aumentam o rigor de penas relacionadas, por exemplo, à violência doméstica contra as mulheres e a discriminação de raça e gênero. É assim que, de modo geral, a partir de Courtine (2006, p. 148-149), pode-se dizer que se instaura um consenso implícito em que as práticas de substituição de palavras do “politicamente correto” asseguram e justificam o respeito a regras jurídicas (as já existentes e as possíveis).

Outro conjunto de acontecimentos que está relacionado particularmente ao segundo sentido depreendido da análise é o aparecimento e permanência e/ou o desaparecimento de ditaduras totalitaristas, como a nazista, e socialistas, como a soviética e também a existência de partidos como o marxista. Sendo assim, os sintagmas “politically correct” e “politicamente correto/a/s” ao designar o (des)acordo de algo ou alguém com essas ditaduras ou partidos geralmente produzem efeitos de sentidos negativos para e a partir de posicionamentos “democráticos”. Aliás, é importante lembrar que, para esses posicionamentos, a república enquanto estrutura de Estado e a democracia enquanto forma de governo seriam melhores que as monarquias e as ditaduras, muito provavelmente por estarem mais próximas da “verdadeira” política, das *poleis* gregas.

Na verdade, a busca pela legitimação da cultura clássica serve não só para defender uma forma de governo, mas também para justificar o não direito ao voto, por exemplo, das

mulheres. Pode-se encontrar tal motivo em um mito contado por Marco Terêncio Varrão²⁸, recontado por Santo Agostinho²⁹ em *A cidade de Deus*:

Eis a origem atribuída por Varrão ao nome de Atenas. Vem de Minerva, que em grego se diz Athéna. De repente surgiu uma oliveira e brotou água noutra lugar. Então, movido por semelhantes prodígios, o rei mandou perguntar a Apolo de Delfos o que significava aquilo e o que se devia fazer. Respondeu que a oliveira significava Minerva, a água, Netuno e que de ambos os nomes os cidadãos podiam escolher um para a cidade. Recebido o oráculo, Cécrope convocou todos os cidadãos de ambos os sexos. (O costume admitia também as mulheres às votações públicas.) Proposta a questão, os homens votaram em Netuno; as mulheres, em Minerva. E, como havia uma mulher a mais, Minerva ganhou a votação. Então, Netuno, irritado assolou com as encrespadas ondas do mar as terras atenienses, porque aos demônios não é difícil dar mais extensão ao fluxo das águas. Diz o mesmo autor que, para amansarem-lhe a ira, os atenienses castigaram as mulheres com três penas: carecerem de voto dali por diante, não imporem o nome da mãe a nenhum filho e não serem chamadas ateneias. Assim, a famosa cidade, mãe e nutriz das artes liberais e de tantos e tão ilustres filósofos, o que a Grécia tem mais de glorioso e nobre, chamou-se Atenas por divertirem-se os demônios com a lide das divindades, masculina e feminina, e com a vitória da feminina, alcançada pelas mulheres. E a cidade, assolada pelo vencido, viu-se obrigada a castigar a vitória da vencedora, temendo mais águas de Netuno que as armas de Minerva. No castigo das mulheres também Minerva sofreu derrota. Não prestou auxílio às que votaram nela, nem sequer para que, despojadas do sufrágio e sem poderem legar o nome aos filhos, se lhes permitisse serem chamadas ateneias e conservarem o nome da deusa, que, graças ao voto, ganhou a batalha. Quantas e que coisas poderiam ser ditas aqui se nossa pena não tivesse com tanta pressa!(AGOSTINHO, 2010 [426], p. 318,319)

Desse modo, o discurso “democrático” que nega o direito de voto à mulher (mas também ao escravo e ao estrangeiro, como efetivamente aconteceu na Grécia antiga) é de longuíssima duração e entra em confronto com discursos mais recentes como o feminismo. No entanto, como o discurso jurídico tem buscado equalizar os direitos entre os diferentes grupos sociais beneficiando as “minorias”, a hipótese de Possenti (2015) de que os discursos de longa duração estejam mais ligados à vida privada do que à vida pública se justifica, pois, por exemplo, o respeito à diversidade de gênero é incentivada por diversas instituições enquanto a discriminação de gênero é coibida, ficando relegada à vida privada. Ou seja, o discurso machista e o discurso feminista gozam de estatutos diferentes no interdiscurso.

São, portanto, essas relações interdiscursivas entre discursos de longa e curta duração nos diversos campos discursivos que interessam à nossa análise, a seguir.

²⁸ Filósofo romano. 116 a.C. – 27 a.C.

²⁹ Filósofo e teólogo cristão. 13 de novembro de 354 – 28 de agosto de 430.

2.2. Caráter discursivo

Uma das principais propriedades da fórmula, de acordo com Krieg-Planque (2010, p. 81-90), é o seu caráter discursivo, ou seja, a fórmula só existe em virtude dos usos que foram feitos dela. Apesar de estar apoiada em uma materialidade linguística, “a noção de *fórmula* não é uma noção linguística” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81)(grifos da autora) Além disso, mesmo a autora apontando que as estruturas de caráter relacional³⁰ são preferidas para alcançarem o estatuto de fórmulas, ela afirma que nenhuma forma significativa está predestinada a se tornar uma fórmula do mesmo modo que nenhuma sequência não está totalmente excluída de assumir tal condição.

Krieg-Planque (2010, p. 82) afirma que a forma significativa, na maioria das vezes, preexiste formalmente a sua chegada à condição de fórmula e que o seu processo de transformação começa com suas primeiras aparições materiais. Sendo assim, para a autora, o analista do discurso deve pesquisar um uso particular ou uma série de usos particulares em que a sequência é retomada, comentada, e que para de funcionar no modo “normal”, pacífico. É necessário, então, analisar os sentidos que “politically correct” e “politicamente correto” (e suas formas nominais) podem ter nos textos do nosso *corpus*. Como se verá a seguir, pudemos identificar pelo menos quatro séries de usos particulares dos sintagmas em questão desde suas primeiras ocorrências (em 1793, nos Estados Unidos e em 1884, no Brasil) até 2016, que designaremos respectivamente como sentidos 1, 2, 3 e 4.

2.2.1. A Constituição e a definição da política: o sentido primeiro

Em língua inglesa³¹, nos Estados Unidos, o sintagma “politically correct” aparece pela primeira vez no nosso *corpus* em uma decisão judicial³² (Chisholm v. Georgia) da Suprema Corte em 1793:

In the United States, and in the several States, which compose the Union, we go not so far: but still we go one step farther than we ought to go in this unnatural and inverted order of things. The states, rather than the People, for whose sakes the States exist, are frequently the objects which attract and arrest our principal attention. This, I believe, has produced much of the confusion and perplexity, which have appeared in several proceedings and

³⁰ Cf. Caráter cristalizado.

³¹ Nesta dissertação, não colocamos aspas nas traduções que fizemos para que não fossem confundidas com as do texto original. Essa distinção é importante porque esses sinais gráficos são também objeto de análise.

³² Segundo Coenen (2016, s.p.), o caso diz respeito à venda de suprimentos a crédito ao estado da Georgia pelo capitão Robert Farquhar, um comerciante de Carolina do Sul, durante a Guerra Revolucionária (1775-1783). Após a morte de Farquhar, o testamenteiro de seu espólio, Alexander Chisholm, entrou com uma ação na Suprema Corte dos Estados Unidos para receber o devido.

several publications on state-politics, and on the politics, too, of the United States. Sentiments and expressions of this inaccurate kind prevail in our common, even in our convivial, language. Is a toast asked? 'The United States,' instead of the 'People of the United States,' is the toast given. This is not **politically correct**. The toast is meant to present to view the first great object in the Union: It presents only the second: It presents only the artificial person, instead of the natural persons, who spoke it into existence. A State I cheerfully fully [2 U.S. 419, 463] admit, is the noblest work of Man: But, Man himself, free and honest, is, I speak as to this world, the noblest work of God.³³ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1793)(grifos nossos)

O trecho destacado faz parte do voto do juiz associado (*associate justice*) James Wilson que pondera, com base na Constituição estadunidense, sobre a legalidade de um cidadão processar um estado (nesse caso, o da Georgia). Para o juiz, o povo tem primazia sobre os estados, mas frequentemente são os últimos que atraem e prendem a atenção. A inversão dessa ordem que aparece em processos judiciais e diversas publicações sobre política de estado e até mesmo na linguagem comum³⁴ tem causado confusão e perplexidade. Isso, segundo o autor do voto, não é politicamente correto, ou seja, levando em consideração que ele baseia seu voto (em sua interpretação da) na constituição e de casos semelhantes de outros países, acreditar que os estados sejam mais importantes que os cidadãos não está de acordo com a Constituição, com “a política”, ou melhor, com a política que a Constituição permite.

Além disso, a negação no enunciado “This is **not** politically correct” pode ser analisada como uma negação polêmica, ou seja, baseando-se nos trabalhos de Ducrot, Maingueneau (1997 [1987], p. 84) afirma que nesse tipo de negação “não há a rejeição de um locutor, mas de um enunciador^[35] mobilizado no discurso, enunciador este que não é o autor de um enunciado realizado. O que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que o contesta.” Desse modo, a partir da enunciação de seu voto, o juiz faz surgir um

³³ Nos Estados Unidos, e nos vários Estados que compõem a União, nós não vamos tão longe: mas, ainda assim, damos um passo além do que devemos nessa ordem não natural e invertida de coisas. Os estados, ao invés do Povo, para quem os Estados existem, são frequentemente os objetos que atraem e prendem grande parte de nossa atenção. Isso, creio eu, tem produzido grande parte da confusão e da perplexidade que têm aparecido em vários processos e várias publicações sobre política de estado e sobre a política dos Estados Unidos também. Sentimentos e expressões desse tipo impreciso prevalecem em nossa linguagem comum, até mesmo em comemorações. É feito um brinde? “Os Estados Unidos”, em vez do “Povo dos Estados Unidos”, a quem o brinde é feito. Isso não é politicamente correto. O brinde deveria visar o primeiro grande objeto na União: Ele apresenta apenas o segundo: Ele apresenta apenas a pessoa artificial, em vez das pessoas reais que o criaram ao dizê-lo. Um Estado é, eu admito alegre e completamente, a obra mais nobre do Homem: Mas, o próprio Homem, livre e honesto, é, eu digo para o mundo, a obra mais nobre de Deus. (nossa tradução)

³⁴ Em uma leitura anacrônica, é interessante perceber que a referência direta à linguagem poderia nos fazer pensar que o texto em questão seria o fundador do funcionamento discursivo estudado aqui. No entanto, veremos, ao longo desta seção, que esse sentido é distinto daquele que pode ser produzido principalmente por posicionamentos conservadores a partir da década de 1970 (nos Estados Unidos). Aliás, atualmente, o juiz não seria considerado “politicamente correto”, pois se refere ao ser humano em geral (“human being”, “humankind”) como Homem (“Man”), o que, para alguns posicionamentos, significaria excluir, as mulheres, por exemplo.

³⁵ Nos trabalhos de Ducrot, enunciador corresponde a ponto de vista.

enunciador que poderia ser identificado, no trecho destacado do voto, com os autores dos processos judiciais e diversas publicações sobre política de estado e os falantes da linguagem comum.

Ainda no mesmo documento, o juiz diz:

The mode of expression, which I would substitute in the place of that generally used, is not only **politically**, but also (for between true liberty and true taste there is a close alliance) **classically more correct**.³⁶ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1793)(grifos nossos)

Nesse trecho, o autor do voto busca legitimar por meio da menção à literatura e à política gregas³⁷ o quão “classically more correct” seu modo de expressão é, ou seja, a cultura grega sendo considerada a referência do progresso em relação à política (à democracia) e ao direito, seu modo de expressão está correto em relação aos clássicos gregos. A busca pela legitimação da tese de que o povo tem primazia sobre os estados pode ser percebida, inclusive, por meio de uma nota de rodapé em que o enunciador chama a atenção que “people” compõe (no grego) a palavra “democracy”. Pode-se afirmar, portanto, que os sentidos de “politically correct” e “classically correct” convergem fazendo referência ao povo, à “verdadeira” democracia, ao governo do povo.

Nesse sentido, o juiz reitera:

With the strictest **propriety**^{38]}, therefore, **classical and political**, our national scene opens with the most magnificent object, which the nation could present. 'The PEOPLE of the United States' are the first personages introduced.³⁹ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1793) (nossos grifos)

Pode-se dizer que “classical and political propriety” é uma nominalização de “politically and classically more correct”, produzindo, assim, um efeito de pré-construído, de evidência, de algo que existiria no mundo “real”. Desse modo, baseando-se em uma adequação política e clássica que é, no final das contas, a democracia, o juiz interpreta a Constituição em benefício do cidadão queixoso.

³⁶ O modo de expressão, que eu usaria no lugar daquele geralmente usado, não é apenas politicamente, mas também (porque entre a verdadeira liberdade e o verdadeiro discernimento há uma ligação estreita) classicamente mais correto. (nossa tradução)

³⁷ Homero e Demóstenes se dirigiam ao povo de Atenas e não à cidade-estado de Atenas.

³⁸ Segundo o dicionário *Longman*, “correctness of social or moral behavior”.

³⁹ Com a mais estrita correção, portanto, clássica e política, nossa cena nacional se abre para o objeto mais magnífico que a nação poderia apresentar. 'O POVO dos Estados Unidos' são as primeiras personagens introduzidas. (nossa tradução)

Já a forma “political correctness”, que geralmente apresenta-se como nominalização de “politically correct”, aparece em nosso *corpus* pela primeira vez no jornal *The National intelligencer and Washington advertiser*⁴⁰, de 08 de junho de 1808, mais especificamente em uma “transcrição” de uma sessão do congresso da House of Representatives em que se debatia a proposta de lei para a criação de uma força militar adicional (além do exército). Nessa sessão, o representante do estado da Carolina do Norte, Richard Stanford, afirma o seguinte:

Although I had not the pleasure of voting upon one occasion, important too, as it respected principle, with the then representation of Henrico, I had the pleasure of voting with his celebrated colleague, who at the time so well represented the counties of Stafford and Culpepper – and with also with the representative of Green county, Pennsylvania, than whom no other stood higher in those times, for what might be called *standard political correctness*; supported by opinions like these, and by those of a large majority of my other friends, I may be well satisfied with the vote I then gave, since it was with the sole view of avoiding a much larger army.⁴¹
(SMITH, 1808)(grifos do autor)

Ao enunciar dessa forma, o deputado tenta legitimar seu voto baseando-se nas características que ele considera positivas nos outros deputados que votaram do mesmo modo que ele em outras ocasiões, utilizando palavras como “pleasure”, “celebrated”, “so well”, “no other stood higher” e “satisfied”. Nesse sentido, o sintagma “*standard political correctness*” também pode suscitar um sentido positivo. Ao que parece, o representante tenta demonstrar a coerência de seu discurso, pois é acusado por outros deputados de ser contraditório. Além disso, podemos observar a ênfase dada pelo itálico no sintagma em questão, mas é difícil atribuí-la ao enunciador citante ou ao enunciador citado, pois a “transcrição” é produzida em discurso indireto e só podemos inferir um enunciado citado por meio da mudança de embreadores (“eu”, por exemplo).

Na mesma sessão, o representante do estado da Carolina do Sul, David Rogerson Williams, diz:

⁴⁰ Segundo o site *Chronicling America*, *The National intelligencer and Washington advertiser* foi um jornal que circulou de 31 de outubro de 1800 a 27 de novembro de 1810 na capital Washington e que tinha uma tiragem trissemanal. O jornal é lembrado por sua cobertura extensiva das discussões parlamentares nos primeiros anos da república estadunidense.

⁴¹ Apesar de eu não ter tido o prazer de votar em uma ocasião, também importante, em que se respeitou a ordem, com o então representante de Henrico, tive o prazer de votar com seu célebre colega, que na época tão bem representava os condados de Stafford e Culpepper - e também com o representante do condado de Green, na Pensilvânia, do qual ninguém se distinguia naqueles tempos pelo que poderia ser chamado de *correção política padrão*; apoiado por opiniões como estas e pelas da maioria de outros amigos meus, posso então ficar bem satisfeito com o voto que dei, uma vez que foi com o único propósito de evitar um exército maior. (nossa tradução)(grifos do texto original)

I have also a motive for rising now, said he, different from that of defending myself; it is to join against a denunciation of doctrines on this floor which I have considered as the acme of **political correctness**. I have seen a message of the President of the United States containing the true doctrines of democracy; and it is a matter of surprize [sic] to me that gentlemen should hear such doctrines so often slurred at, and remain silent. I rise to enter my vote that I have not, as one of the majority, renounced them.⁴² (SMITH, 1808)(nossos grifos)

O deputado Williams se diz surpreso pelo fato de outros deputados ouvirem “as verdadeiras doutrinas da democracia” serem insultadas e permanecerem calados. Para o parlamentar, tais doutrinas são o acme da correção política, ou seja, tomando como evidência a existência da “correção política” e afirmando que seu ponto mais alto são as verdadeiras doutrinas da democracia, tal predicação pode ser interpretada como uma metáfora, pois compara-se a “correção política” com uma montanha, por exemplo. Sendo assim, a forma nominal “political correctness” também pode significar estar de acordo com a democracia.

Em língua portuguesa, no Brasil, a primeira ocorrência do sintagma “politicamente correcto” é observada em nosso *corpus* em uma notícia do dia 2 de novembro de 1884 no jornal *A Patria*⁴³:

E recusou-a porque: tratando-se da organização de um governo que cogitasse de resolver o problema do estado servil, de preferencia a qualquer outro assumpto governamental, *entendera não poder tirar da camara existente um ministério homogeneo e forte para dar solução conveniente a tão grave assumpto, devendo elle ser considerado por uma camara eleita sob o encargo de resolver* o problema, armada por isso do prestigio da opinião ou vontade nacional.

Nada mais **politicamente correcto**. (MOURA, 1884)(itálico dos autores, negrito nosso)⁴⁴

No trecho destacado, fala-se sobre o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira que, após pedir demissão do cargo de presidente do Conselho de Ministros, desculpa-se e recusa o

⁴² Tenho também um motivo para me levantar agora, disse ele, diferente daquele de me defender; é para unir-me contra uma incriminação de doutrinas, nesta sessão, que eu considero como o acme da correção política. Vi uma mensagem do Presidente dos Estados Unidos contendo as verdadeiras doutrinas da democracia; e é uma questão de surpresa para mim que os senhores ouçam tais doutrinas tão frequentemente insultadas e permaneçam em silêncio. Eu me levanto para emitir o meu voto, que eu, como a maioria, não as renunciei. (nossa tradução)

⁴³ Segundo Brasil (2014, s.p.), *A Patria* foi um periódico que circulou no Rio de Janeiro inicialmente de 1851 até 25 de março de 1860 e, posteriormente, de 16 de outubro de 1862 a 1889. Seu editor, Carlos Bernardino de Moura, também fundou *A Revolução Pacífica* (2 de fevereiro de 1862 a 11 de outubro de 1862) e *Echo da Nação*, (março de 1860 a 15 de dezembro de 1861). A provável razão da mudança de nome entre os periódicos e a descontinuidade da edição de *A Patria* pode ter sido a proibição do uso do seu título.

⁴⁴ Mantivemos a grafia original das palavras deste e dos demais textos do *corpus*.

pedido de D. Pedro II para organizar um novo ministério para tratar primordialmente da questão do estado servil (escravidão). Considerando não poder montar um ministério homogêneo, o conselheiro sugere, então, que a questão seja resolvida por uma câmara com esse propósito e “armada [...] do prestígio da opinião ou vontade nacional”, ou seja, Lafayette aconselha ao imperador que dissolva a câmara e convoque novas eleições⁴⁵, ou que espere as próximas eleições. O enunciador da notícia comenta, no parágrafo posterior, a sugestão do conselheiro: “Nada mais politicamente correcto”. Isto é, não há nada mais politicamente correto que eleger uma câmara armada do prestígio da opinião ou vontade nacional para resolver o problema do estado servil. Nesse caso, o comentário recai sobre ambas as alternativas da sugestão (esperar as próximas eleições, ou dissolver a câmara e convocar novas eleições), pois de um modo ou de outro a Constituição será respeitada. Assim sendo, “politicamente correcto” pode significar estar de acordo com a Constituição de 1824.

Em nosso *corpus*, a forma nominal “correção política” aparece antes da forma “politicamente correcto”. No *Jornal do Commercio*, de 10 de maio de 1884, encontra-se a “transcrição”⁴⁶ de uma sessão da assembleia geral do senado do dia 09 de maio de 1884 em que se discute o orçamento do Ministério da Guerra. Além disso, comenta-se o fato de o ex-ministro dessa pasta, Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, ter ido encontrar-se com o imperador D. Pedro II após receber uma carta de exoneração do primeiro-ministro Lafayette. Sobre isso, o senador João José de Oliveira Junqueira Júnior afirma o seguinte:

Portanto, parece-me que esse procedimento foi muito regular, não só perante a constituição como perante as leis de cortezia. Se elle se quedasse em casa, se se considerasse exonerado só pela carta do nobre presidente do conselho, teria cometido um acto menos cortez para com a corôa, que tinha intervindo na sua nomeação, porque é ella que nomêa e demite livremente os ministros e assignará a sua carta. Por consequencia a sua ida até S. Christovão, para pedir verbalmente exoneração, foi um acto de cortezia e de **correção política**. (nossos grifos)

No trecho destacado, pode-se perceber que o sintagma “correção política” pode ter o sentido que foi depreendido dos enunciados anteriores, pois ao pedir verbalmente exoneração à coroa, o ato do ex-ministro foi de “correção política” “porque é ella que nomêa [...] e

⁴⁵ Segundo a Consituição Política do Império do Brazil (1824), “[o] Imperador exerce o Poder Moderador [: ...] [p]rorogando, ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.” (BRASIL, 1824)

⁴⁶ ASSEMBLÉA Geral. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1884. Disponível em: <memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=10331&Pesq=>. Acesso em: 29 mai. 2017.

demite livremente os ministros”. Ou seja, o ato está de acordo com a constituição que, aliás, é mencionada explicitamente (“esse procedimento foi muito regular, não só perante a constituição como perante as leis de cortezia”), o que confirma a interpretação que fizemos dos enunciados anteriores.

Desse modo, com base na análise precedente e em nosso *corpus*, podemos dizer que um sentido “primeiro” dos sintagmas “politically correct”, “political correctness”, “politicamente correcto” e “correção política” emergiu no campo discursivo político e é geralmente positivo. Além disso, com exceção do voto do juiz que polemiza com outra interpretação da constituição estadunidense, os sintagmas e seu sentido nessas condições de produção parecem não ser objeto de polêmica. Tanto que, mesmo em enunciados irônicos, esse sentido primeiro parece prevalecer.

Por exemplo, em uma notícia⁴⁷ do jornal *The New York Times* de 19 de dezembro de 1875 sobre as atividades diplomáticas do agente especial Albert B. Steinberger enviado às ilhas Samoa durante o governo do presidente Ulysses S. Grant, o jornalista, comentando um artigo publicado no jornal *New York World*⁴⁸ em que se sugere que o novo governo das ilhas (estabelecido com a ajuda do diplomata) iria entrar em colapso em breve, afirma que é bastante comum acusar o presidente de estar mancomunado com Steinberger, mas não se mostra em que e de que forma. Após elencar e refutar algumas possibilidades (ter recebido ilegalmente salário, terra, lucro ou glória), o enunciador da notícia conclui:

On the whole, it is a little difficult to see “millions in it,” and I don’t see but what you will have to let our Chief Magistrate [Steinberger] off on the Samoan question. The other ninety odd thousand charges are all true, and **politically correct**.⁴⁹(nossos grifos)

Pode-se supor que o dêitico “you” pode fazer referência àquele que escreveu o artigo no *The World*, e “millions in it”, ao dinheiro que Steinberger teria ganhado com elas. Nesse último sintagma, o uso das aspas pode ser interpretado, segundo Authier-Revuz (1990), como modalização autonímica, uma marca de heterogeneidade mostrada e marcada, que demonstra a tentativa do enunciador da notícia em sinalizar que o sintagma não pertence a seu discurso,

⁴⁷ FROM the Pacific Coast. **The New York Times**, Nova York, 19 dez. 1875. Disponível em: <query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9D0CE3DB1030EF34BC4152DFB467838E669FDE>. Acesso em: 29 mai. 2017.

⁴⁸ Ou *The World*, circulou entre 1860 e 1931.

⁴⁹ No geral, é um pouco difícil ver “milhões nisso” e eu não vejo nenhum motivo para vocês tirarem nosso Magistrado Chefe da questão samoana. As outras noventa mil acusações estranhas são todas verdadeiras e politicamente corretas. (nossa tradução)

mas ao discurso do autor do artigo (provavelmente ao próprio artigo). Além disso, principalmente no enunciado “The other ninety odd thousand charges are all true, and politically correct.” pode-se dizer que “ninety thousand” produz um efeito hiperbólico e “odd” (“estranho(s)”) confere um sentido negativo a “the other ninety thousand charges” (“as outras noventa mil acusações”). Assim, após elencar e rejeitar as acusações razoáveis (ter recebido ilegalmente salário, terra, lucro e glória), o enunciador busca deslegitimar as demais (noventa mil) acusações. O enunciado é, portanto, irônico, pois o enunciador afirma o contrário “do que realmente pensa” sobre as acusações. Conseqüentemente “politically correct” e “true” produzem sentidos correspondentes a “politically incorrect” e “false”. Como já foi dito, o sintagma “politically correct” pode significar estar de acordo com as leis, em última instância, com a Constituição. Ou seja, segundo o enunciador da notícia, Steinberger não deve ser tirado da questão samoana, pois se ele não recebeu indevidamente salário, terra, lucro ou glória (as acusações “verdadeiras”, “politicamente corretas”, isto é, as imputáveis legalmente), as outras noventa mil estranhas acusações são falsas e politicamente incorretas.

Antes de passar à análise dos sentidos que podem ser chamados de “negativos” (pelo menos a partir de um posicionamento “democrático”), apresentaremos duas ocorrências do sintagma “politically correct” juntamente com os adjetivos “morally” e “ethically” que podem ser interpretadas não só como indícios da “positividade” do sentido depreendido até aqui, mas também como indícios da “negatividade” que, a partir de então, os sintagmas objetos de estudo desta pesquisa podem suscitar fazendo referência a outras formas de governo.

No dia 13 de maio de 1917, enquanto a Primeira Guerra Mundial estava em curso, o jornal *The New York Times* noticiava⁵⁰ que uma reclamação fora feita no *United States District Attorney Cline* sobre um artigo do jornal *The Republican* que chamava o então presidente democrata Woodrow Wilson de ditador. No artigo alvo da reclamação são feitas especulações sobre os motivos da declaração de guerra ao Império Alemão. A notícia termina com o seguinte trecho:

“If our present position is ethically, morally, and **politically correct**, and is dictated by wise consideration of national welfare, why did we not take this position two years or more ago?”⁵¹ (nossos grifos)

⁵⁰ CALLS Wilson Dictator. *The New York Times*, Nova York, 13 mai. 1917. Disponível em: <query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9C0CE1DD123AE433A25750C1A9639C946696D6CF>. Acesso em: 29 mai. 2017.

⁵¹ “Se nossa atual posição é ética, moral e politicamente correta e ditada pela sábia consideração do bem-estar nacional, por que não assumimos essa posição há dois anos ou mais?”(nossa tradução)

Aqui, como nas primeiras ocorrências do sintagma destacado, pode-se dizer que “politically correct” significa estar de acordo com (sempre em última instância) a Constituição, pois o presidente precisou do aval do Congresso para declarar guerra. Nesse sentido, “ethically, morally (correct)” pode dizer respeito ao modo que cidadãos estadunidenses foram mortos em seus navios, atacados, sem aviso, por submarinos do Império Alemão. Ou seja, a posição dos Estados Unidos (“our position”) é moralmente e eticamente correta porque seus cidadãos foram mortos injustamente, sem serem avisados sobre o ataque e, por isso, é justo que os princípios estadunidenses sejam defendidos⁵². Consequentemente, o império Alemão se encontraria em uma posição eticamente, moralmente e politicamente incorreta. Além disso, levando em consideração que “politically correct” pode significar “democracia”, esse sentido pode fazer referência à relação entre democracia e monarquia (nesse caso, o Império Alemão), em que a última parece suscitar um sentido negativo. Como se verá a seguir a existência de outras formas de governo e a relação (inclusive o confronto) da “democracia estadunidense” com elas permitem o deslocamento de um sentido que pode ser considerado positivo para um mais negativo.

Em outra notícia⁵³ do dia 06 de julho de 1917 no jornal *The New York Times*, encontra-se também, apesar da inversão de alguns termos, o sintagma aspeado “morally, ethically, and politically correct” que é atribuído à fala de Charles R. Miller, editor do *The New York Times*, que elogia o primeiro-ministro da Grécia Eleftherios K. Venizelos, dizendo que ele é um estadista de primeira ordem.

Observe-se o sintagma em questão no seguinte trecho:

Mr. Miller said that persons in this country [United States] often felt reluctant to take sides in the politics of other countries about which they might not be fully informed, but that one [Venizelos] was sure to be “morally, ethically, and **politically correct**” if he took the side against German intrigue and manipulation wherever it manifested itself. ⁵⁴ (nossos grifos)

⁵² Now, therefore, I, Woodrow Wilson, President of the United States of America, do hereby proclaim to all whom it may concern that a state of war exists between the United States and the Imperial German Government; [...] and I do, moreover, earnestly appeal to all American citizens that they, in loyal devotion to their country, dedicated from its foundation to the principles of liberty and **justice**, uphold the laws of the land, and give undivided and willing support to those measures which may be adopted by the constitutional authorities in prosecuting the war to a successful issue and in obtaining a secure and **just** peace; (WILSON, 1917)

⁵³ LAUD Greek Premier. *The New York Times*, Nova York, 06 jul. 1917. Disponível em: <query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9502E6DC133BE03ABC4E53DFB166838C609EDE>. Acesso em: 29 mai. 2017.

⁵⁴ O Sr. Miller disse que as pessoas neste país [Estados Unidos] frequentemente se sentiram relutantes em tomar partido em relação às políticas de outros países sobre as quais não puderam ser inteiramente informados, mas

Em relação a “politically correct”, pode-se dizer que seu sentido, com alguns deslocamentos (é claro), é bastante semelhante àquele que se acabou de depreender. Principalmente se se levar em consideração o fato de a Grécia ter entrado ao lado da Tríplice Entente (Império Britânico, França e Império Russo) e contra a Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, e Império Otomano) na Primeira Guerra Mundial e também pelo fato de, após o reinado de Constantino I, a Grécia ter ser tornado uma república parlamentarista. Já o trecho aspeado “morally, ethically, and politically correct” pode ser interpretado como uma ilha textual, pois, de acordo com Maingueneau (2013 [2007], p. 193), esse conceito de Authier-Revuz diz respeito a mencionar e usar o fragmento de um discurso primeiro, introduzido pelo discurso indireto (“Mr. Miller **said** that...”). Sendo assim, as aspas podem sinalizar que o enunciador da notícia atribui a “responsabilidade” do fragmento a seu locutor.

Apesar de nossos esforços para encontrar o enunciado que possa ter dado origem ao sintagma “morally, ethically, and politically correct” (nessa ordem ou em outra), não foi encontrada nenhuma ocorrência precedente.

É importante destacar ainda que esse sentido primeiro continua a ser (re)produzido nas primeiras décadas do século XXI. Por exemplo, no dia 05 de agosto de 2015, o jornal *The New York Times* publica uma reportagem⁵⁵ sobre os debates, em virtude do 70º aniversário do bombardeamento das cidades de Hiroshima e Nagasaki, em torno da (não) necessidade do governo estadunidense usar bombas durante a Segunda Guerra Mundial. Da reportagem, destaca-se o seguinte trecho em que dois leitores do jornal expõem seus pontos de vista:

Mr. Joseph argues that any signals the Japanese sent in 1945 were aimed at negotiations, not a full surrender, “and that would have been disastrous.” Mr. Doolittle credits Truman’s decisiveness, saying, “it was **politically correct** and saved American lives and ended the war.”⁵⁶ (nossos grifos)

aquele [Venizelos] certamente era “moral, ética, e politicamente correto” se ele posicionasse contra a intriga e manipulação alemãs onde quer que se manifestassem. (nossa tradução)

⁵⁵ ANNIVERSARY of Hiroshima and Nagasaki revives debate over the atomic bomb . *The New York Times*, Nova York, 05 ago. 2015.

Disponível em: <nytimes.com/2015/08/06/world/asia/did-us-have-to-drop-atomic-bombs-on-hiroshima-and-nagasaki.html?_r=0>. Acesso em: 20 mai. 2017.

⁵⁶ O sr. Joseph argumenta que alguns sinais dados pelos japoneses em 1945 visavam negociações e não uma rendição completa, “e isso teria sido desastroso” . O sr. Doolittle reconhece a determinação de Truman dizendo: “foi politicamente correto, salvou vidas e deu fim à guerra”. (nossa tradução)

Como se nota, não só o sentido do sintagma em destaque é bastante semelhante àquele que acabamos de analisar acima (sobre a Primeira Guerra), como também os argumentos utilizados para justificar a entrada na guerra e/ou os ataques contra os adversários.

No Brasil, no dia 4 de maio de 2012, a *Folha de S. Paulo* publica uma notícia informando que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por sete votos a um, que o Programa Universidade para Todos (ProUni) era constitucional. Em relação ao voto contrário, diz-se o seguinte:

O único que votou pela inconstitucionalidade foi Marco Aurélio Mello. Ele argumentou que o poder público, com o ProUni, repassou a universidades privadas o que ele deveria fazer: abrir vagas para egressos da escola pública. “Meu compromisso não é com o **politicamente correto**. É com o **politicamente correto** que estiver harmônico com a Constituição”, disse. (SELIGMAN, 2012)(nossos grifos)

Segundo o ministro do STF, há dois tipos de “politicamente correto”. O primeiro (como se verá ao longo da análise) provavelmente diz respeito ao comprometimento com as “minorias” sociais (já que, segundo a notícia, parte das vagas do ProUni estava reservada aos negros, índios e deficientes físicos) e o segundo tipo está relacionado à “harmonia com a Constituição”, com o qual o ministro diz que se compromete.

Desse modo, tanto a análise dos enunciados feita até aqui como as demais ocorrências dos sintagmas estudados em nosso *corpus* permitem afirmar que o sentido depreendido pode ser (re)produzido principalmente em seu campo discursivo de “origem” (o político) com um valor “positivo” em língua inglesa e em língua portuguesa. Ou seja, apesar das diferenças entre as línguas e a despeito da influência das condições de produção, é possível expressar de modo semelhante, tanto do nível do enunciado quanto no nível da formulação (segundo os termos de Courtine), a relação que uma constituição pode manter com algo ou alguém. Apesar disso, a ocorrência desse sentido é cada vez menor nas duas línguas, talvez em virtude da emergência de sentidos “negativos” que os sintagmas estudados podem suscitar.

2.2.2. Democracia *versus* Ditadura: a emergência de um sentido “negativo”

Da análise que se fez das ocorrências de “politically correct” e “political correctness” pode-se dizer que seu sentido é positivo quando tem a Constituição estadunidense (a “democracia”) como referência. No entanto, quando os dois sintagmas remetem a outras formas de governo, como se verá a seguir, tal julgamento valorativo não se mantem.

No dia 31 de dezembro de 1934 é publicada uma notícia no jornal *The New York Times* que faz uma descrição da falta de liberdade no Estado totalitário alemão. Referindo-se mais especificamente aos jornalistas, o autor da notícia afirma o seguinte:

All journalists must have a permit to function and such permits are granted only to pure “Aryans” whose opinions are **politically correct**. Even after that they must watch their step.⁵⁷ (BIRCHALL, 1934)(nossos grifos)

O enunciado em questão é produzido por um correspondente estadunidense na Alemanha e a “descrição” que ele faz pode ser entendida como uma comparação (implícita) entre as “realidades” estadunidense e alemã (tomando a primeira como referência). Apesar disso, diferentemente das ocorrências apresentadas até aqui, “politically correct” não faz referência nem à constituição estadunidense, nem à democracia. Levando em consideração que somente o partido nazista estava autorizado a funcionar na Alemanha da época e, mesmo a Constituição de Weimar estando “em vigor” durante o período nazista, eram os “atos extrajudiciais” do partido que valiam, ou seja, “politically correct” significa estar de acordo com o partido nazista.

Já durante o período que ficou conhecido como Guerra Fria, nos Estados Unidos, os líderes do Partido Comunista estadunidense foram acusados de violar a lei Smith (Smith Act), que criminaliza atentados contra o governo. Em uma notícia do jornal *The New York Times* de 5 de abril de 1949, informa-se que o professor Louis F. Budenz da Universidade Fordham, antigo membro do partido, testemunha que os registros das convenções partidárias eram editados antes de serem publicados. Perguntada pelo juiz do que consistiam as edições, a testemunha, segundo o enunciatador da notícia, afirma o seguinte:

“The reports had to be ‘**politically**’ correct,” Mr. Budenz replied. “Foster’s report to the 1945 national convention was edited to take out his call for strikes and his attacks [sic] on Browder.”⁵⁸(PORTER, 1949)(nossos grifos)

Como se pode notar, as aspas duplas sinalizam que o fragmento citado deve ser interpretado como parte de uma interação oral autêntica (um julgamento). No entanto, a interpretação das aspas simples em “politically” é bem menos óbvia. Pelo fato mesmo de ser

⁵⁷ Todos os jornalistas devem ter uma autorização para trabalhar e tais autorizações são concedidas apenas a puros “arianos” cujas opiniões sejam politicamente corretas. Mesmo depois disso, eles devem tomar cuidado com o que fazem ou dizem. (nossa tradução)

⁵⁸ “Os relatórios tinham que ser ‘politicamente’ corretos”, respondeu o Sr. Budenz. “O relatório de Foster da convenção nacional de 1945 foi editado para retirar sua convocação para greves e seus ataques a Browder”. (nossa tradução)

uma interação verbal, o uso das aspas simples pode indicar, na escrita, que a palavra aspeada foi dita com alguma ênfase (por meio de elementos prosódicos, por exemplo) ou concomitantemente com gestos. Nesse caso, a responsabilidade pelas aspas é da testemunha e é para essa interpretação que os sinais gráficos apontam. No entanto, acreditamos que, se fosse esse o caso, o enunciador da notícia o teria descrito com mais detalhes em vez de relatar o dito com um simples “replied”, já que o trecho em questão foi considerado tão importante a ponto de ser destacado em discurso direto. Se se aceitar que a reponsabilidade pelas aspas pode ser atribuída ao enunciador jornalista, o que parece estar em causa é a dubiedade da representação que este último tem do lugar de Budenz (uma testemunha, um professor, um ex-membro do Partido Comunista)⁵⁹, ou seja, muito provavelmente o enunciador da notícia não considera que “politically correct” (com o primeiro sentido) seja um locução apropriada para um ex-membro do Partido Comunista usar, pois ela também pode significar (como se verá a seguir) estar de acordo com esse partido, sentido que não é possível depreender do enunciado, mas que, na (possível) percepção do enunciador da notícia, ameaça desestabilizar a relação unívoca entre o significante “politically correct” e seu sentido primeiro, tanto que há o uso das aspas para demonstrar que um dos constituintes do sintagma não está sendo utilizado em seu sentido “normal”.

A seguir serão apresentadas quatro ocorrências dos sintagmas estudados fazendo referência à União Soviética que contribuirão para interpretar a representação que posicionamentos conservadores possuem dos efeitos da conquista de direitos de grupos sociais como os negros, as mulheres e os homossexuais.

No dia 28 de novembro de 1954, no jornal *The New York Times* é publicada uma reportagem sobre a repercussão na imprensa indiana de um verbete da Grande Enciclopédia Soviética sobre Mahatma Gandhi. Segundo a reportagem,

The Large Soviet Encyclopedia is intended to be the authoritative source where the Soviet citizen can find both the technically correct and the **politically correct** line regarding any important person or facet of human knowledge. Since the Soviet line changes frequently, the first edition of this encyclopedia, issued volume by volume from the Nineteen Twenties to after World War II, contained many political “errors” by the late Nineteen Forties, and it was therefore decided to issue a new fifty-volume edition.⁶⁰ (SCHWARTZ, 1954)(nossos grifos)

⁵⁹ Isto tem a ver com o que Pêcheux (2010[1969], p. 82) chama de formações imaginárias.

⁶⁰ A Grande Enciclopédia Soviética tem a pretensão de ser a fonte oficial em que o cidadão soviético pode encontrar a diretriz tanto tecnicamente correta como politicamente correta em relação a qualquer pessoa importante ou aspecto do conhecimento humano. Como a diretriz soviética muda com frequência, a primeira edição dessa enciclopédia, publicada volume por volume abrangendo desde a década de 1920 até depois da

O primeiro aspecto a ser observado no uso de “politically correct” (como também de “technically correct”) é que, diferentemente das ocorrências anteriores, a predicação do substantivo “line” é feita pela adjunção da locução adjetival em vez do uso de um verbo de ligação (“to be”, “ser”, etc.), por exemplo. Além disso, pode-se notar no trecho que “politically correct line” é substituído pela anáfora “Soviet line” (que, por sua vez, remete à expressão idiomática “party line”⁶¹), ou seja, os dois sintagmas estão em relação de sinonímia e produzem um efeito de pré-construído semelhante. Desse modo, pode-se dizer que “politically correct” significa estar de acordo com a linha partidária soviética.

Em 03 de janeiro de 1955, o jornal *The New York Times* publica uma notícia sobre o Segundo Congresso da União dos Escritores Soviéticos que aconteceu em Moscou. De acordo com o enunciador da notícia, por meio dos anais do congresso pode-se perceber que

Soviet authors these days are greatly preoccupied with the fundamental dilemma of their profession: How to create literature that is **politically correct** according to the Communist party line and yet is diversified, colorful, robust and appealing to the readers.⁶² (DANIEL, 1955)(nossos grifos)

Assim como na ocorrência anterior, pode-se concluir que a referência à União Soviética e ao Partido Comunista nos enunciados que circulam dentro dos Estados Unidos parece fazer com que a predicação de “politically correct” seja cada vez mais específica, como em “politically correct according to the Communist party line”, talvez para que se diferencie do sentido que esse sintagma geralmente “tem” (estar de acordo com a democracia, com a constituição).

Apesar disso, a ocorrência do sintagma sem tal predicação pode figurar em enunciados no interior do partido comunista. Por exemplo, no dia 25 de fevereiro de 1956, em uma sessão secreta do 20º Congresso do Partido Comunista Soviético em Moscou, o primeiro secretário desse partido, Nikita Khrushchev, faz um discurso sobre Stalin. No dia 05 de junho do mesmo ano, o jornal *The New York Times* publica a tradução de um texto que teria sido

Segunda Guerra Mundial, continha muitos “erros” políticos de fins dos anos 1940 e, portanto, decidiu-se publicar uma nova edição de cinquenta volumes. (nossa tradução)

⁶¹ Segundo o dicionário *Longman*, “the official opinion of a political party or other organization, which its members are expected to agree with and support”.

⁶² Os autores soviéticos nos dias de hoje estão muito preocupados com o dilema fundamental de sua profissão: Como criar uma literatura politicamente correta de acordo com a diretriz do Partido Comunista e ainda diversificada, colorida, robusta e atraente para os leitores. (nossa tradução)

uma versão do discurso de Khrushchev⁶³. Mais especificamente em relação às ações de Lênin e Stalin, no documento há a seguinte asseveração

It is clear that here Stalin showed in a whole series of cases his intolerance, his brutality and his abuse of power. Instead of proving his **political correctness** and mobilizing the masses, he often chose the path of repression and physical annihilation, not only against actual enemies, but also against individuals who had not committed any crimes against the party and the Soviet Government.⁶⁴ (KHRUSHCHEV, 1956)(nossos grifos)

Assim como a forma adjetival “politically correct” fazendo referência à União Soviética, “political correctness” também significa estar de acordo com o Partido Comunista. No entanto, é possível afirmar que, comparando as ações de Stalin com as de Lênin, para Khrushchev, a falta de correção política do primeiro é bastante específica, pois ambos como chefes do governo lançaram mão de métodos violentos contra seus inimigos políticos, mas Stalin se voltou contra “indivíduos que não cometeram nenhum crime contra o partido ou o Governo Soviético” “em um momento em que a revolução já era vitoriosa”. Ou seja, os atos de Lênin são justificáveis, pois ocorreram durante a revolução. Já os de Stalin são injustificáveis, “politicamente incorretos”.

Uma ocorrência do sintagma “political correctness” que torna patente a concorrência entre os sentidos pode ser observada em (o que parece ser) um pequeno artigo de opinião⁶⁵ publicado no jornal *The New York Times* do dia 06 de maio de 1959 em que seu enunciador se posiciona a favor de um protesto público lançado por um grupo de professores de direito de universidades estadunidenses contra seis leis que à época estavam sendo avaliadas pelo subcomitê de Segurança Interna do Senado. Em relação à emissão de passaportes para aqueles considerados subversivos, no artigo, afirma-se o seguinte:

This is obviously an interference with citizens’ rights to travel abroad. We see no need to descend to the Soviet level and to make **political**

⁶³ Pouco importa discutir aqui a autenticidade do texto ou da correspondência de “political correctness” com sua contrapartida em russo. O que importa é o fato de que o sintagma estudado foi usado e produziu, de uma maneira ou de outra, (efeito de) sentido.

⁶⁴ É claro que aqui Stalin mostrou, em toda uma série de casos, sua intolerância, sua brutalidade e seu abuso de poder. Em vez de provar sua correção política e mobilizar as massas, ele escolheu muitas vezes o caminho da repressão e do extermínio, não apenas de inimigos reais, mas também de indivíduos que não haviam cometido nenhum crime contra o partido e o Governo Soviético. (nossa tradução)

⁶⁵ LAW professors speak. **The New York Times**, Nova York, 06 mai. 1959. Disponível em: <nytimes.com/1959/05/06/archives/law-professors-speak.html?_r=1>. Acesso em: 29 mai. 2017.

“correctness” in any way a prior qualification for the right to travel outside our boundaries.⁶⁶ (nossos grifos)

No trecho “descend to the Soviet level” pode-se perceber o recurso a uma metáfora espacial em que haveria um nível estadunidense (democrático) que estaria acima do nível soviético, instaurando-se, assim, uma comparação entre as formas de governo dos dois países e sugerindo que o nível de cima tem um valor positivo, ou mais positivo que o de baixo. Com a referência explícita ao “Soviet level”, “political ‘correctness’” pode significar estar de acordo com a política da União Soviética, ou seja, a aceitação da linha partidária do governo é um requisito prévio (“a prior qualification”) para ser um cidadão, para poder viajar ao exterior (enquanto os dissidentes são perseguidos, presos, mortos...). Além disso, assim como em uma ocorrência anterior, a interpretação do fragmento aspeado “correctness” também não é óbvia. O artigo, que não tem assinatura, possui trechos em discurso indireto e duas citações (discurso direto), abrindo a possibilidade para que as aspas de “correctness” sejam interpretadas como ilha textual (nesse caso a responsabilidade do fragmento seria do “protesto público” – que parece ser escrito - dos professores de direito). No entanto, como as duas citações são atribuídas aos professores, o fragmento aspeado pode ser atribuído ao “we” enunciador do artigo de opinião (“We see no need...”). Desse modo, pode-se interpretar essa marca de heterogeneidade mostrada como uma não coincidência do discurso consigo mesmo, isto é, quando um discurso é “afetado pela presença em si de outros discursos” (AUTHIER-REVUZ, 1998 [1992], p. 21) Em outras palavras: normalmente, para o enunciador, “political correctness” significa estar de acordo com a democracia, mas, ao mesmo tempo, na União Soviética, o mesmo significante significa estar de acordo com o Partido Comunista e é este último sentido que o enunciador tenta circunscrever e rejeitar, pois ele não vê necessidade (“We see no need..”) de “corrigir” a democracia em favor de um posicionamento político.

Assim como na língua inglesa, o primeiro sentido, que também aparece geralmente com um julgamento de valor positivo (quando há a relação entre a democracia e a ditadura, por exemplo), e o segundo sentido (com referência à União Soviética) podem ser (re)produzidos em língua portuguesa.

Por exemplo, no *Diário de notícias*, de 08 de junho de 1950, é publicado um artigo de opinião⁶⁷ assinado por “um observador político” com o título *As culpas do sr. Dutra* em

⁶⁶ Isso é obviamente uma interferência nos direitos dos cidadãos de viajarem para o exterior. Não vemos necessidade de descer ao nível soviético e de fazer a “correção” política, de alguma forma, uma qualificação prévia para o direito de viajar fora de nossas fronteiras. (nossa tradução)

⁶⁷ AS culpas do sr. Dutra. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1950. Disponível em:

que o presidente da república à época, Eurico Gaspar Dutra, é acusado pela dissidência do Partido Social Democrático (PSD) ao apoiar a candidatura de Cristiano Machado em vez da de Getúlio Vargas, de ser traidor por ter, dentre outras coisas, enfraquecido e desmoralizado o PSD e por ter, em outros momentos, apoiado Vargas. Além disso, o autor do artigo assevera

Mas não deixam de ter razão os chamados «anjos rebeldes» do PSD quando acusam o sr. Dutra de inabilidade política. Dessa inabilidade; aliás, não foi somente o PSD a única vítima, mas o próprio país, a própria democracia, que ainda hoje, cinco anos após o desmonte da ditadura, ainda se vê atormentados e ameaçados pelo tirano sobrevivente. Ao invés de desmascarar Getúlio, apagando sua influência com a realização de um governo administrativamente bom e **politicamente correto**, o que o sr. Dutra fez, através de erros de toda espécie, foi dar corpo ao «queremismo», fazendo do ex-ditador um mártir e um incompreendido... (grifos nossos)

Pode-se dizer que “politicamente correto”, no trecho destacado, tem o sentido “estar de acordo com a democracia”, como a referência direta a ela sugere. Além disso, pode-se afirmar que o sintagma tem um valor positivo, principalmente se se levar em consideração o uso do adjetivo “bom” (em “administrativamente bom”, que juntamente com o outro sintagma predicam “governo”). Pode-se observar também que há a comparação da democracia com a ditadura, cuja preterição pode ser explicada tendo como pano de fundo tanto o plano nacional com a Era Vargas e o plano internacional com a Segunda Guerra Mundial, que se sobrepõem, por exemplo, com as relações de Getúlio Vargas com o nazismo.

Em 16 de janeiro de 1963, o *Correio da Manhã* publica uma notícia informando sobre a resistência dos artistas soviéticos em seguir as diretrizes do Partido Comunista em relação à arte. Observe-se o trecho seguinte:

A posição do Governo soviético não se estende apenas às artes plásticas, mas também à literatura, ao cinema, à música. Toda criação artística deve ser **politicamente correta**. No entanto, grupos cada vez mais fortes lideram a corrente de maior liberdade de ação. Os sintomas notados nas exposições de outubro e novembro bem o atestam, apesar da atitude negativa da cúpula governamental. (MAURÍCIO, 1963)(nossos grifos)

Como se pode inferir, “politicamente correta” significa “de acordo com o Partido Comunista soviético”.

Após a análise dos trechos dos textos jornalísticos, pode-se dizer que, de modo geral, as ocorrências dos sintagmas em língua inglesa e em língua portuguesa fazendo referência à

União Soviética e à Alemanha nazista figuram principalmente nos enunciados de posicionamentos “democráticos”, no interior dos quais já se (re)produzia um sentido primeiro⁶⁸. A análise dos trechos também permite afirmar que tais posicionamentos utilizam a modalização autonímica e a predicação para distinguir dois sentidos (o positivo e o negativo). Além disso, as relações interdiscursivas que acontecem entre posicionamentos “democráticos” e “ditatoriais” parecem fazer com que os primeiros criem as seguintes representações e simulacros dos segundos: dissimulação (não diz suas “verdadeiras” intenções, não chama as coisas pelos seus “verdadeiros” nomes) e revisionismo (provê interpretações da arte e da história diferentes das do “senso comum”). Como se verá a seguir, tais representações são reproduzidas pelos posicionamentos conservadores em relação aos progressistas.

É importante dizer também que, em nosso *corpus*, não constam ocorrências dos sintagmas em língua portuguesa cujas predicação e modalização autonímica apontem para a disputa dos dois sentidos depreendidos como aconteceu nas ocorrências em língua inglesa.

2.2.3. Identidade e política: a constituição de um sentido dominante

Em 16 de setembro de 1971, o jornal *The New York Times* publica uma reportagem sobre a crescente aceitação da ideia, por detentos negros nas prisões estadunidenses, de que eles são prisioneiros políticos. Na reportagem, há a citação de um artigo da revista *The Black Scholar* de autoria do professor Robert Chrisman da San Francisco State College:

“It is of course obvious that mugging, theft, pimping and shooting dope are not themselves political actions, particularly when the victims are most often other black people.

“To maintain that all black offenders are, by their actions, **politically correct**, is a dangerous romanticism.

“Black antisocial behavior must be seen in and of its own terms and corrected for enhancement of the black community.”

But, he said, there is a political aspect.

“All black prisoners are therefore political prisoners,” he asserted, “for their condition derives from the political inequity of black people in America. A black prisoner's crime may or may not have been a political action against the state, but the state's action against him is always political.”⁶⁹ (FRASER, 1971)(nosso grifo)

⁶⁸ O sentido 2 também pode ser (re)produzido atualmente quando se faz referência, por exemplo, a partidos comunistas que governam algum país como o chinês.

⁶⁹ “É claramente óbvio que roubo, furto, alcovitagem e injeção de drogas não são elas mesmas ações políticas, particularmente quando as vítimas são, na maioria das vezes, outras pessoas negras.

“Afirmar que todos os criminosos negros são, por suas ações, politicamente corretos, é um romantismo perigoso. “O comportamento antissocial negro deve ser visto no interior e a partir das relações do grupo e corrigido para melhorar a comunidade negra”.

Apesar de em seu artigo Chrisman (1971) falar sobre a Constituição estadunidense, “politically correct” não pode ser identificado com o primeiro sentido que depreendemos acima (“estar de acordo com a constituição”), pois o autor defende que os negros não podem ser protegidos pela lei estadunidense, porque, apesar da escravidão e da discriminação serem revogadas por lei, “nós somos ainda as vítimas daquele racismo sancionado e encorajado pela Constituição” (CHRISMAN, 1971, p. 44)(nossa tradução)

A interpretação do sintagma deve levar em consideração que, naquelas condições de produção, o movimento pelos direitos civis dos negros estava em curso, principalmente sua vertente separatista, com a qual o enunciador do artigo parece concordar, pois acredita que “o comportamento antissocial negro deve ser visto no interior e a partir das relações do grupo e corrigido para melhorar a comunidade negra”. Sendo assim, afirmando que roubo, furto, alcovitagem e injeção de drogas não são atos políticos por eles mesmos (principalmente quando as vítimas são outros negros), o autor do artigo diz que defender a ideia de que todos os infratores negros são, por seus atos, politicamente corretos é um romanticismo perigoso. “Politically correct” pode significar, então, estar de acordo com o movimento pelos direitos civis. Isto é, Chrisman critica a ideia de que achar que todos os atos violentos dos negros são por seus direitos é uma idealização perigosa.

No dia 29 de julho de 1973, é publicada, no jornal *The New York Times*, uma carta de Al Carmines, autor da peça musical *The Faggot*⁷⁰, que comenta a resenha da peça feita por Martin Duberman. Com o fragmento “Politics is not art” como título⁷¹, a carta contém a seguinte afirmação:

I can assure him [Duberman] that there are four questions I did not ask in writing “The Faggot”:

- (1) How will “The Faggot” affect the gay community?
- (2) Does it adequately explain the gay life to “straights”?
- (3) Does it help the gay cause?
- (4) Is it **politically** liberated and **correct**?⁷² (CARMINES, 1973)(nosso grifo)

Mas, disse ele, há um aspecto político.

“Todos os prisioneiros negros são, portanto, prisioneiros políticos”, afirmou, “porque sua condição deriva da iniquidade política dos negros na América. O crime de um prisioneiro negro pode ou não ter sido uma ação política contra o estado, mas a ação do estado contra ele é sempre política”. (nossa tradução)

⁷⁰ Em inglês, palavra considerada ofensiva para designar o homossexual do sexo masculino.

⁷¹ O gênero discursivo carta tradicionalmente não possui título. No entanto, a sua transposição para o jornal foi acompanhada de uma sobreasseveração do seguinte trecho da carta: “I do not believe politics is art and I believe a confusion of those two human activities is a dangerous and ultimately catastrophic misunderstanding.”

⁷² Posso assegurar-lhe [Duberman] que há quatro perguntas que eu não fiz ao escrever “The Faggot”:

- (1) Como “The Faggot” afetará a comunidade gay?
- (2) Ela [a peça] explica adequadamente a vida gay para os “héteros”?

Na última pergunta, o enunciador da carta afirma que não se perguntou se a peça que escreveu era politicamente liberal e correta, ou seja, “politically correct” é estar de acordo com o liberalismo (social). Tanto é assim que, ainda na carta, “liberated” não é utilizado na predicação de “correct”:

Therefore, I am afraid that I am inoculated against the kind of seriousness that is more concerned with doing what is **politically correct** than with what is quick with life and truth.⁷³ (CARMINES, 1973)(nosso grifo)

Desse modo, pode-se dizer que, nesse caso, “politically” produz os meios efeitos de sentido de “liberated” e “politically correct” significa estar de acordo com o liberalismo.

No dia 14 de abril de 1974, o jornal *The New York Times* publica uma resenha do romance *Let's fall in love*, de Carol Hill. A resenhista afirma o seguinte em relação ao livro, que tem como personagem principal uma prostituta de luxo:

At its sometimes best, this comic novel is to the sexual and international politics of the seventies what Busby Berkeley musicals were to the Depression. Totally unrealistic, wildly exaggerated, and for just that reason refreshing—extravagant fantasy salted with self-irony. Look at us—our international lives a series of frightening flash points, hijackings, letter bombs, news of burned and starving children; our sexual lives tied to the plodding honesty of “persons,” determined to be **politically correct**, equal and open, while underneath “impotence” and “frigidity” snarl at each other like chained Dobermans.⁷⁴ (GOTTLIEB, 1974)(nosso grifo)

Reivindicando como lugar enunciativo a posição de mulher⁷⁵, a autora da resenha descreve a vida sexual da época como “tied to the plodding honesty of “persons”” (amarrada à laboriosa honestidade das “pessoas”). Nota-se, por meio da modalização autonímica em “persons”, que a autora da resenha tenta circunscrever e se distanciar da palavra. Com base

(3) Ela ajuda a causa gay?

(4) Ela é politicamente liberada e correta? (nossa tradução)

⁷³ Portanto, receio estar vacinado contra o tipo de seriedade que está mais preocupado em fazer o que é politicamente correto do que com o que é espontâneo na vida e na verdade. (nossa tradução)

⁷⁴ Às vezes, no seu melhor, esse romance cômico é para a política internacional e sexual dos anos setenta o que os musicais de Busby Berkeley foram para a Grande Depressão. Totalmente irrealista, descontroladamente exagerada, e por essa razão agradável - fantasia extravagante salgada com auto ironia. Olhe para nós - a nossa vida internacional uma série de pontos de combustão assustadores: sequestros, cartas-bomba, notícias de crianças famintas queimadas; nossa vida sexual limitada à laboriosa honestidade das “pessoas”, determinada a ser politicamente correta, igual e aberta, enquanto por debaixo disso a “impotência” e a “frigidez” rosnam uma com a outra como Dobermanns presos. (nossa tradução)

⁷⁵ O título da resenha é “Three women on men and women”, ou seja, Anne Gottlieb (a autora da resenha), Carol Hill (a autora do romance) e a protagonista Anna falam sobre homens e mulheres.

em algumas alusões ao feminismo no texto⁷⁶, é possível dizer que o recurso às aspas pode ser entendido como uma tentativa de distinção entre o lugar enunciativo da mulher e um lugar enunciativo feminista. Sendo assim, o uso das aspas, nesse caso, pode ser interpretado como uma não coincidência do discurso consigo mesmo, ou seja, como já se disse, quando um discurso é “afetado pela presença em si de outros discursos” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 21). Em outras palavras: “persons” seria uma designação utilizada por uma feminista, já que ela não implica nenhuma marcação de gênero, incluindo aquelas/aqueles que não são heterossexuais. Em contrapartida, “men” (a possível opção da autora da resenha) implicaria somente as mulheres heterossexuais.

Além disso, a palavra “persons” é predicada por “determined to be politically correct, equal and open”. Se se aceitar a interpretação que foi feita das aspas e levando em consideração que a autora da resenha faz menção à palavra “equal”, pode-se dizer que “politically correct” significa estar de acordo com o feminismo.

Das três ocorrências analisadas acima, pode-se perceber a referência direta ou indireta aos movimentos pelos direitos civis dos negros, das mulheres e dos homossexuais separadamente. Desse modo, apesar de se poder dizer que esse sentido (“estar de acordo com os movimentos dos direitos civis dos negros, das mulheres e dos homossexuais”) torna possível a emergência do sentido que se tornou dominante a partir do final da década de 1980 nos Estados Unidos e início da década de 1990 no Brasil, o primeiro sentido é mais restrito que o segundo. Isto é, enquanto o sentido depreendido aqui diz respeito somente a esses três grupos sociais, o sentido dominante, além desses três grupos, pode fazer referência concomitantemente aos indígenas, aos ambientalistas, aos imigrantes (ou estrangeiros) e aos deficientes. Além dessa referência, com o fim da União Soviética, supomos que toda aquela memória discursiva negativa ligada a esse inimigo externo da Guerra Fria parece ter sido deslocada para *um* inimigo interno: “the political correctness”/“o politicamente correto”.

No *corpus* em língua portuguesa, não há ocorrências dos sintagmas com esse sentido específico.

Os efeitos do sentido dominante serão analisados com mais detalhes nas seções *Caráter cristalizado* e *Caráter de referente social* mais à frente.

⁷⁶ A autora da resenha afirma que a personagem principal é ao mesmo tempo “sedenta por uma suave brutalidade masculina” e uma mulher poderosa, o que toda feminista quer se tornar. Além disso, a expressão “sexual politics” foi o título de um livro escrito pela feminista Kate Millett e publicado em 1970.

2.2.4. Entre o real e o comum: um sentido emergente

Diferente dos sentidos depreendidos até aqui, o sentido analisado a seguir parece não ter se constituído no campo político ou fazer referência a ele e, tomando como referência nosso *corpus*, pode-se afirmar que sua emergência é bastante recente em língua inglesa e em língua portuguesa.

No dia 19 de fevereiro de 1982, o jornal *The New York Times* publica um pequeno artigo de opinião⁷⁷ sem assinatura sobre um caso de uma mulher do estado de Nova York que perdeu a custódia de seus filhos por não ter cumprido sua obrigação religiosa para com eles, por ter se deitado com um homem com o qual mais tarde ela se casou, por ter ficado até tarde fora de casa e por ter deixado seu amigo desrespeitar o sabá ligando a televisão. O advogado do pai das crianças comemora a decisão da Court of Appeals alegando que o caso abre precedente para casos semelhantes. O autor do artigo, porém, pergunta:

Is it really in a child's best interests to be raised in a world where a parent is under constant pressure to prove herself fit? (One uses the feminine pronoun because to do otherwise might be **politically correct** but a factual lie.)⁷⁸(nossos grifos)

Sugerindo que as mulheres são mais cobradas que os homens no julgamento para receber a custódia dos filhos, o autor do artigo utiliza o pronome “herself” e em seguida comenta esse uso. O comentário metaenunciativo recai sobre um aspecto estritamente linguístico: em inglês, quando se fazem generalizações (inclusive no campo jurídico), os pronomes masculinos podem fazer referência tanto a alguém do sexo masculino como do sexo feminino, configurando-se como um pronome neutro. Sendo assim, o pronome reflexivo “esperado” de “parent” (que não possui gênero, podendo significar “pai” ou “mãe” e significando ambos no plural) é “himself”, não “herself”. O comentário metaenunciativo pode ser interpretado, então, segundo Authier-Revuz (1998, p. 23), como uma não-coincidência entre as palavras e as coisas, ou seja, apesar de a maioria dos falantes do inglês usarem o pronome masculino significando os dois sexos, é bastante provável que o autor do artigo considere que o convencional “himself” não possa fazer referência às mulheres, sendo necessário o pronome no feminino para designar a “verdadeira” relação entre “herself” e

⁷⁷ THE fitter parent. **The New York Times**, Nova York, 19 fev. 1982.

Disponível em: <nytimes.com/1982/02/19/opinion/the-fitter-parent.html> Acesso em: 29 mai. 2017.

⁷⁸ É, de fato, o melhor interesse da criança ser criada em um mundo onde uma mãe está sob pressão constante para provar-se apta? (Usa-se o substantivo feminino porque fazê-lo de outro modo, apesar de politicamente correto, seria uma mentira factual). (nossa adaptação)

seu(s) referente(s), principalmente no caso em que as mulheres são mais cobradas perante à justiça. Então, para justificar o uso do pronome feminino, o autor do artigo afirma que usar “himself” pode ser politicamente correto, mas seria uma mentira factual. Isto é, apesar de o uso generalizante dos pronomes masculinos ser uma prática comum entre os falantes da língua inglesa, ele não condiz com a realidade.

Desse modo, é interessante notar que, apesar da referência indireta ao campo jurídico, “politically correct” não está relacionado às leis, mas diz respeito à prática comum em relação à língua que faz com que “himself” possa fazer remissão tanto a alguém do sexo masculino quanto do sexo feminino. Portanto, o sintagma pode significar estar de acordo com uma prática comum.

Esse sentido pode ser depreendido mais claramente em uma reportagem publicada no jornal *The New York Times* no dia 20 de março de 1988 sobre a cantora e atriz estadunidense Cher:

By the time I hit college, Sonny & Cher were enjoying improbable success as hosts of their own TV show - a perfect example of the utter social schizophrenia of the early 70's. Cher (whom everyone took pains to describe as "not precisely beautiful") had somehow attained the quality of glamour - at a time when glamour was something no woman in her right mind would ever admit to aspiring to. Cher had the **politically correct** hair style of the decade - but no woman was actually supposed to look good with long bat-black tresses, parted with stiletto precision down the middle.⁷⁹ (BRUSH, 1988)(nosso grifo)

A autora da reportagem aponta alguns contrastes entre as características de Cher e o início dos anos 70 nos Estados Unidos (época em que se desenvolvia a segunda onda do feminismo): ela não era exatamente bonita, mas possuía glamour, qualidade que naquela época nenhuma mulher admitia almejar; ela tinha o penteado politicamente correto da década, mas nenhuma mulher deveria ficar bem com longas tranças preto-morcego separadas com uma precisão cirúrgica. Sendo assim, no trecho destacado da reportagem, o sintagma nominal “hair style” (“penteado”) é predicado por “politically correct” e por “of the decade”, ou seja, o que está em questão é um penteado bastante comum em uma determinada época. Aliás, por se

⁷⁹ Quando cheguei à faculdade, Sonny & Cher estavam desfrutando de um sucesso improvável como apresentadores de seu próprio programa de TV - um exemplo perfeito da absoluta esquizofrenia social do início dos anos 70. Cher (que todos se esforçavam para descrever como “não precisamente bonita”) de alguma forma adquiriu a qualidade do glamour – em um momento em que o glamour era algo que nenhuma mulher em seu juízo perfeito jamais admitiria aspirar. Cher tinha o penteado politicamente correto da década - mas nenhuma mulher deveria ficar bem com longas tranças preto-morcego separadas com uma precisão cirúrgica. (nossa tradução)

tratar do “campo da beleza”, os dois predicados parecem produzir um sentido semelhante a “fashionable” (da moda). Desse modo, “politically correct” pode significar estar de acordo com uma prática comum em uma determinada época.

No dia 14 de fevereiro de 1992, a *Folha de S. Paulo* publica a notícia⁸⁰ intitulada *Para Meneguelli, roteiro da Folha é politicamente correto* e que informa que uma denúncia foi feita ao Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica contra o jornal, cuja iniciativa de publicar as vagas de emprego poderia ser considerada como a criação de um monopólio na área de comunicação. Do início da notícia, lê-se o seguinte:

Jair Meneguelli, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), considera **politicamente correta** a publicação pela Folha de um roteiro de empregos. “A intenção pode estar **politicamente correta** ao ampliar as ofertas de vagas em um momento de crise econômica”, afirmou ontem.

Mas este objetivo só seria alcançado, disse ele, se o jornal fosse distribuído gratuitamente aos desempregados. (nosso grifo)

Apesar de à época o sentido dominante de “politicamente correto” já estar em circulação em língua portuguesa, o sintagma não significa “estar de acordo com as “minorias sociais””, pois, com exceção dessa ocorrência, o sentido dominante não faz referência aos desempregados como grupo social, muito provavelmente porque o estatuto de desempregado é relativamente transitório e menos duradouro que ser mulher, negro ou indígena, por exemplo.

Assim como nas ocorrências em língua inglesa, o que está em questão é a relação entre uma prática e o momento em que ela acontece. No caso da notícia, a publicação de um roteiro de emprego é considerada politicamente correta para um momento de crise econômica. Sendo assim, o enunciado parece estar sustentado em uma memória discursiva que (re)afirma que o que normalmente se faz em um momento de crise (para superá-la) é ampliar e divulgar as vagas de emprego.

No dia 05 de agosto de 1998, a revista *Veja* publica um artigo de opinião de Roberto Campos, à época embaixador e deputado federal. Com o texto intitulado *É difícil amar o próximo*, o autor afirma que “o sucesso objetivo na cura da pobreza deve ser o teste crucial da avaliação dos sistemas políticos e econômicos”. Comparando os Estados Unidos e a União Soviética, o autor diz o seguinte:

⁸⁰ PARA Meneguelli, roteiro da Folha é politicamente correto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 fev. 1992. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/02/14/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

Preconceitos e inverdades abundam. Tem-se, por exemplo, por **“politicamente correto”** dizer que o “capitalismo é bom para produzir”, mas que só o “socialismo sabe distribuir”. O primeiro se preocuparia com a produtividade material; o segundo, com a justiça social. **Politicamente correto**, talvez, mas historicamente errado. O capitalismo é superior em ambas as tarefas. (CAMPOS, 1998)(nossos grifos)

Do trecho destacado, notam-se duas ocorrências dos sintagmas estudados: um aspeado e o outro não. A afirmação de que é politicamente correto dizer que o capitalismo é bom para produzir e o socialismo é bom para distribuir pode significar que faz parte do senso comum considerar que o capitalismo tem características que o socialismo não tem e vice-versa. Além disso, são atribuídos enunciados, classificados como preconceitos e inverdades, ao senso comum, sendo, inclusive, colocados entre aspas (“capitalismo é bom para produzir”, “socialismo sabe distribuir”), cujo uso pode suscitar não só um distanciamento do autor do artigo em relação a eles, mas também uma suposta autenticidade desses enunciados. Apesar disso, não consideramos que o uso das aspas em “politicamente correto” possa ser interpretada como uma tentativa de distanciamento de um provável enunciador, pois o sintagma não faz referência a uma possível expressão do senso comum sobre a relação entre o capitalismo e o socialismo, mas, em vez disso, predica o verbo “dizer”. Desse modo, uma possibilidade de explicação para a modalização autonímica do sintagma é o fato de que “politicamente correto”, naquelas condições de produção, tinha se cristalizado com outro sentido e, para assinalar que o sintagma não deve ser interpretado com o sentido dominante, o enunciador lança mão das aspas. Tal recurso metaenunciativo pode ser interpretado como uma não coincidência entre as palavras e elas mesmas que, segundo Authier-Revuz (1998, p. 25), é o reconhecimento, por parte do enunciador, que as palavras podem ter mais de um sentido.

Já na segunda ocorrência de “politicamente correto”, a modalização do sintagma fica por conta do advérbio “talvez” (“Politicamente correto, talvez, mas historicamente errado”) que pode ser entendida como uma concessão ao ponto de vista do senso comum. No entanto, essa concessão provisória é completamente refutada por meio do “mas” e o autor do artigo argumenta que é historicamente errado considerar que o capitalismo se preocuparia com a produtividade material e o socialismo, com a justiça social, concluindo que o primeiro sistema econômico seria superior em ambas as tarefas. Esse tipo de refutação é chamado por Brandão (1998, p. 102) de concordância parcial, na qual um locutor, em um primeiro momento, finge concordar com o alocutário para refutá-lo veementemente.

Vale ressaltar ainda que a referência à história (“historicamente errado”) corrobora a análise que fizemos do sentido depreendido, pois temos a contraposição entre dizer algo considerando uma conjuntura (“politicamente correto”) e enunciar algo considerando uma série de acontecimentos, a história.

Desse modo, mais uma vez é possível afirmar que ambas as línguas, inglesa e portuguesa, apesar de suas diferenças e a despeito da influência das condições de produção, conseguem exprimir a relação entre uma prática e o momento em que ela acontece. No entanto, é necessário destacar também que esse sentido pode ser identificado com uma frequência bastante baixa.

Dentre os quatro sentidos analisados nesta seção (*Caráter discursivo*), somente um (aquele que sugerimos ser a conjunção entre a memória proveniente do sentido 2 “estar de acordo com o socialismo” e o sentido 3 “estar de acordo com os movimentos pelos direitos civis dos negros, das mulheres e dos homossexuais”) acompanha a cristalização do significante e se torna um referente social.

2.3. Caráter cristalizado

Segundo Krieg-Planque (2010, p. 61, 62, 81), a fórmula tem um caráter cristalizado, pois ela é sustentada por uma forma significativa relativamente estável, localizável na cadeia do enunciado e linguisticamente descritível. De acordo com Fiala (2016[2004], p. 144), a cristalização diz respeito à integração de uma expressão livre do discurso no sistema da língua, ou seja, a expressão de caráter neológico está em curso de lexicalização. Para Krieg-Planque, a forma significativa da expressão pode ser uma unidade lexical simples (por exemplo, “imigração”⁸¹), uma unidade lexical complexa (“direitos humanos”), uma unidade léxico-sintática (ou seja, a copresença de um ou mais elementos lexicais e de uma operação sintática, como a coordenação – “pão e X[circo, por exemplo]” -, a complementação ou a negação) ou uma sequência autônoma (*slogans*, pequenas frases ou toda e qualquer frase registrada na memória coletiva).

Apesar de a forma significativa poder se apresentar por meio desses quatro tipos, a autora considera que as estruturas de caráter relacional são preferidas para se tornarem fórmulas. Tal caráter relacional pode se manifestar por meio de nomes compostos (“sem-teto”), de sintagmas do tipo “nome+preposição+(artigo)+nome” (“crise de valores”), de

⁸¹ Todos os exemplos são do francês e da autora.

sintagmas nominais com adjetivos denominais (“preferência nacional”) e de nominalizações⁸² (“globalização”), tanto as criadas por meio de neologismo (“periferização”), quanto as associadas a adjetivos denominais (“inserção social”). Dentre as estruturas de caráter relacional, a pesquisadora destaca que esses dois últimos tipos, ou seja, os sintagmas nominais com adjetivos denominais e as nominalizações são ainda mais preferidos para alcançarem o estatuto de fórmula.

Dessa forma, os sintagmas “political correctness” e “politicamente correto”⁸³ podem ser classificados como unidades lexicais complexas, pois há dois elementos lexicais relacionados. Em “political correctness”, o substantivo “correctness” é determinado pelo adjetivo “political”, constituindo-se como um sintagma nominal que, por sua vez, pode ser classificado, segundo a nomenclatura de Krieg-Planque, como um sintagma nominal com adjetivo denominal. Já “politicamente correto” pode funcionar tanto como sintagma adjetival (quando “correto” é um adjetivo) quanto como sintagma nominal com adjetivo denominal (quando “correto” é um substantivo como em “O politicamente correto chega aos esportes”, título de uma notícia do jornal *Folha de S. Paulo* em 29 de março de 1997). É importante destacar que é possível a formulação “correção política” que foi amplamente utilizada para designar o primeiro sentido até o final da década de 1980 e que apareceu também nos primeiros artigos de jornais a noticiarem a “novidade” ou a “chegada” do “politicamente correto”, como tradução do sintagma nominal “political correctness”:

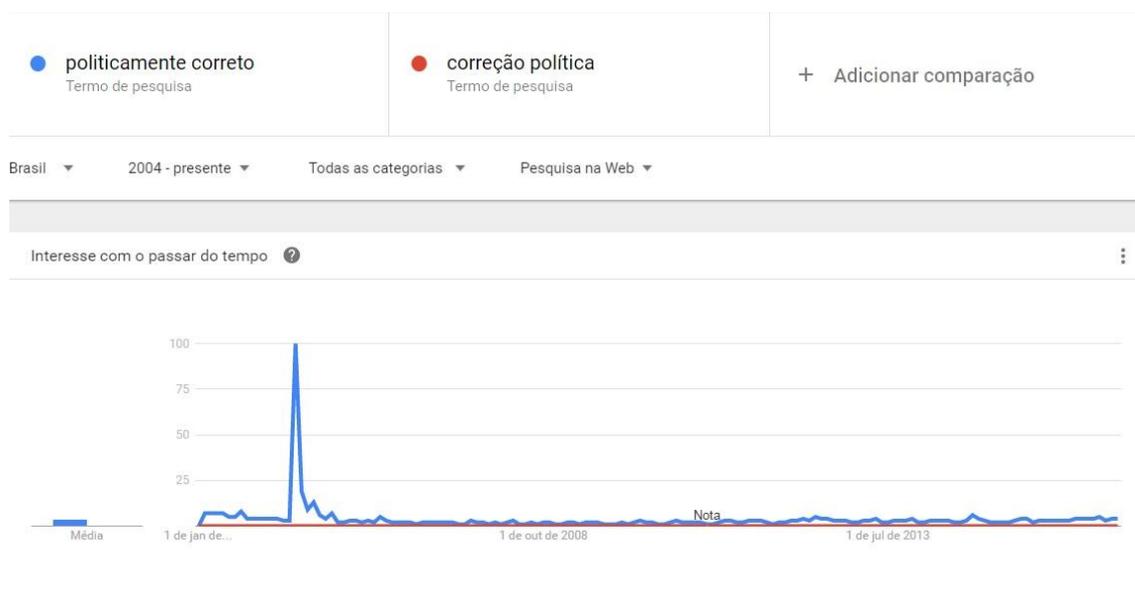
Os cerimoniais da nova etiqueta americana baseada no conceito de “Political Correctness” – ou “Correção Política” – chegam ao Brasil com a versão politicamente correta de um “hit” do cancionista infantil. (CARELLI, 1991)

Os seguidores da “Political Correctness” (em português, *correção política* - uma nova conduta americana) provavelmente ficariam chocados ao ouvir algumas expressões correntes entre os brasileiros como “Raimunda”, “Ricardão”, “programa de índio” ou “serviço de preto”. (PFANN, 1991)(grifos do autor)

⁸² Para Krieg-Planque (2010, p. 77), substantivos que produzem um efeito de sentido tal como se eles fossem resultado da transformação de enunciados verbais.

⁸³ Analisaremos aqui somente as formulações nominais, pois a autora só apresenta classificação para elas. Mas as formulações adjetivais “politically correct” e “politicamente correto/a(s)” podem ser analisadas como adjetivos determinados por advérbios.

Apesar de seu uso em um momento inicial, é o sintagma nominal “politicamente correto” que parece ser o mais utilizado⁸⁴. Tal constatação pode ser feita por meio de uma busca⁸⁵ pelos dois termos no Google. Enquanto “politicamente correto” aparece em aproximadamente 477.000 páginas em português no Brasil, “correção política” aparece em 8.230. Além disso, nota-se, no gráfico⁸⁶ a seguir, que as buscas feitas nessa ferramenta de pesquisa também apresentam mais ocorrências de “politicamente correto” do que “correção política”:



O gráfico mostra que o número de buscas pelo sintagma “politicamente correto” (representado pela linha azul) alcançou o ápice do gráfico no mês de maio de 2005⁸⁷, demonstrando um grande interesse dos usuários do Google. Logo após esse período, buscas pelo sintagma são feitas pelos usuários em um volume bem menor e variável. Enquanto isso, o volume de buscas pelo sintagma “correção política” (representado pela linha vermelha) é nula. Nesse caso, pode-se dizer que, pelo menos no português brasileiro, “politicamente correto” é o resultado de uma espécie de “derivação imprópria” que é preferida à formulação “correção política”. Além disso, pode-se afirmar que tal predileção demonstra também o

⁸⁴ Nos acervos da revista *Veja*, do jornal *Folha de S. Paulo* e os jornais de acesso livre da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, há poucas ocorrências de “correção política”.

⁸⁵ Lançou-se mão das aspas (o que restringe os resultados ao sintagma que aparece entre elas) e restringiu-se a busca ao Brasil e à língua portuguesa.

⁸⁶ O gráfico foi produzido pela ferramenta *Google Trends*, que permite pesquisar o volume de buscas por um ou mais termos feitas no Google ao longo do tempo.

⁸⁷ À época, foi lançado o livro *Politicamente Correto & Direitos Humanos* com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos durante o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva.

caráter de referente social, mais especificamente sua “notoriedade”. Ou seja, uma das formulações concorrentes é mais “conhecida” que as outras.

Segundo Krieg-Planque (2010, p. 62-65), enquanto o caráter cristalizado de unidades lexicais simples é tautológico, a estabilidade formal das estruturas mais complexas depende do processo de cristalização e não é tão evidente. Sendo assim, a autora defende que a análise de uma fórmula não deve ser demasiadamente formalista por dois motivos: primeiramente, a fórmula é a cristalização de múltiplas paráfrases. Por exemplo, Krieg-Planque (2003, p. 242-243) observa que antes de “purification ethnique” (“purificação étnica”) se tornar uma fórmula, houve, em um primeiro momento, ocorrências do sintagma “ethniquement pur” (“eticamente puro”), em seguida apareceram as formulações “nettoyage ethnique” (“limpeza étnica”), “épuration ethnique” (“depuração étnica”) e “purification ethnique” (“purificação étnica”) e, finalmente, somente esta última alcança o estatuto de fórmula. O segundo motivo para não se empreender uma análise muito formalista é o fato de a sequência identificada como fórmula poder ter variantes: morfológicas (“a periferia”, “as periferias”), morfossintáticas (“os excluídos”, “a exclusão”), novos sintagmas produzidos por operações de comutação, dos quais só a análise das condições de produção permite dizer se se trata de variantes de uma mesma fórmula, formulações não-concorrentes (que são semanticamente e/ou lexicalmente próximas, mas com funcionamento discursivo distinto), descristalizações, ou palavras-valise (por exemplo, a palavra “catastroïka” [“catastrophe”+“perestroïka”]).

É por esses dois motivos, portanto, que na reunião e na análise do *corpus* levaram-se em consideração não só os sintagmas nominais “political correctness” e “politicamente correto” (“correção política”), mas também os sintagmas adjetivais “politically correct”, “politicamente correto(s)”, “politicamente correta(s)”.

Além da análise do caráter cristalizado da fórmula se apresentar como uma “dificuldade” metodológica (já que uma fórmula pode ter variantes), Krieg-Planque (2010, p. 62-65) alerta que, devido à diversidade terminológica dos estudos sobre a cristalização, o levantamento dos seus resultados não é muito esclarecedor. De qualquer maneira, a autora se posiciona e, retomando estudos do campo das ciências da linguagem, afirma que há pelo menos dois modos de cristalização: o primeiro modo está relacionado à natureza da cristalização e o segundo modo diz respeito ao grau.

Em relação à natureza da cristalização, Krieg-Planque (2010, p. 64-65) afirma que há as cristalizações de ordem estrutural e as de ordem memorial. Enquanto as primeiras estão relacionadas a uma análise sistemática das expressões cristalizadas nos termos da língua e nas

categorias da gramática, as segundas se referem a um conjunto de enunciados ou fragmentos de enunciados que circulam em um determinado momento e que são percebidos como um todo. A autora diz ainda que essa distinção se torna adequada quando se leva em consideração que há um *continuum* entre essas duas ordens de cristalização e que ele está ligado ao engendramento da língua e do discurso. Desse modo, pode-se dizer que o polo das cristalizações de ordem estrutural corresponde às unidades lexicais simples e o polo das cristalizações de ordem memorial corresponde às sequências autônomas.

Já em relação ao grau de cristalização, Krieg-Planque (2010, p. 65-66) assegura que a maioria dos autores concorda que ele pode ser examinado por meio de critérios sintáticos (inseparabilidade, comutação, repetição parcial, explicitação de um denominador comum, etc.) e semânticos (não composicionalidade do sentido), que apontam para uma sequência mais ou menos cristalizada. Além disso, baseada nas conclusões dos estudos sobre nomes compostos de Maurice Gross, a autora diz que a cristalização pode ser tomada como um *continuum* em que os limites, sequência totalmente livre e sequência totalmente cristalizada, são menos bem servidos do que as zonas intermediárias.

Levando esses postulados em consideração, pode-se afirmar que “political correctness” e “politicamente correto” estão mais próximos do polo das cristalizações de ordem estrutural, pois, como já foi dito, os dois sintagmas podem ser classificados como unidades lexicais complexas, mais especificamente sintagmas nominais com adjetivos denominais. Além disso, como foi visto na análise de seu caráter discursivo, antes de produzir diversos sentidos, há ocorrências dos sintagmas em seu sentido “linguístico”, “normal” (principalmente no campo discursivo político), ou seja, eles não provêm de uma pequena frase, uma máxima, etc.

Já em relação ao grau de cristalização, pode-se dizer que os sintagmas nominais “political correctness” e “politicamente correto” são bastante cristalizados, pois, se se levar em consideração um critério semântico como a não composicionalidade do sentido, poder-se-á constatar que, em seu sentido “dominante”, ou seja, que diz respeito àquele ou àquilo que está de acordo com as “minorias sociais”, “political correctness” e “politicamente correto”, em uma análise puramente formal, não faz referência nem à “política”, nem à “correção”. Já em relação ao critério sintático da inseparabilidade, pudemos notar, na análise da propriedade discursiva, que algumas ocorrências dos sintagmas, antes de se tornar fórmula, poderiam ter uma das duas palavras aspeada, o que demonstra a possibilidade de separação. Já enquanto fórmula, apesar de ser possível a separação do sintagma (como veremos na análise do caráter

de referente social) para produzir outros sentidos, a tendência é o aspeamento de todo o sintagma.

Segundo Krieg-Planque (2010, p. 65), “purification ethnique”, “nettoyage ethnique” e “épuration ethnique” (“purificação étnica”, “limpeza étnica” e “depuração étnica”) podem ser colocados entre os extremos do *continuum* (estrutural/memorial) se se entenderem os dicionários, os índices remissivos e os glossários como critério de pertencimento relativo ao léxico. Mais especificamente em relação à fórmula “purification ethnique”, Krieg-Planque (2003, p. 334) afirma que, em virtude das expressões neológicas provenientes da fórmula, os comentadores do espaço público (dentre eles, os jornalistas) se engajam em designar sentido, ou *um* sentido, a uma variante da fórmula. A autora (2003, p. 342) destaca que é dessa forma que a imprensa contribui não só para colocar a fórmula em circulação, mas também para a circulação de certos sentidos que são reformulados nos textos normativos portadores de significação legítima (ou seja, dicionários, enciclopédias, etc.) Krieg-Planque afirma, então, que a circulação da fórmula parece representar um círculo em que o lexicógrafo cria uma entrada no dicionário com base nos artigos dos jornalistas que, por sua vez, trazem dos dicionários “o sentido adequado” (“bon sens”) para apresentar a seus leitores. Para ilustrar a afirmação da autora, podemos citar a aplicação da locução “politicamente correto” em uma frase dada pelo dicionário *Aurélio*:

“a peça [*The Real Thing*, de Tom Stoppard] denuncia o esquerdismo disfarçado de grande arte e prevê que o politicamente correto vai erodir a cultura.” (Lúcia Guimarães, em *O Globo*, em 09.04.2000)”(grifos do autor)

Para ilustrar “o fechamento do círculo”, há o artigo intitulado *Linguistically correct* da coluna *On Language*, publicado no jornal *The New York Times* em 05 de maio de 1991, cujo autor, apesar de discordar do sentido sugerido por um dicionário, de certa forma reconhece a relevância desse instrumento linguístico, citando-o:

The new Random House Webster’s College Dictionary (the use of Webster in the name of a dictionary is a form of marketing correctness) defines the term [politically correct] as “marked by or adhering to a typically progressive orthodoxy on issues involving especially race, gender, sexual affinity or ecology.”

I would edit that definition to denote politically correct as “an adverbially premodified adjectival lexical unit used to attack liberal conformity on

sexual, racial, environmental and other voguish issues.” (Maybe I should write a dictionary titled “Not Webster’s.”)⁸⁸(SAFIRE, 1991)

Pode-se afirmar, portanto, que os dicionários e as enciclopédias atestam não só a circulação consagrada de um sintagma, mas também a sua estabilidade estrutural. Sendo assim, eles podem comprovar o caráter cristalizado das fórmulas discursivas.

Dentre os principais dicionários de língua inglesa em suas versões *online* (*Cambridge*, *Collins*, *Merriam-Webster*, *Longman* e *Oxford*), o sintagma “politically correct” está registrado em todos. Já “political correctness” só não aparece em dois (*Cambridge*, *Merriam-Webster*). Nos dicionários do português brasileiro (*Aulete online*), *Aurélio*, *Houaiss* e *Michaelis online*), encontra-se o sintagma “politicamente correto” como locução da entrada “correto”. Nenhum dicionário registra a forma “correção política”. O dicionário *Michaelis* não apresenta nenhum dos dois sintagmas.

Em obras de referência especializadas, “political correctness” é encontrado no *Dictionary of American History* e na *International Encyclopedia of the Social Sciences*. No *site Wikipédia*, além de poder ter acesso ao artigo “Political correctness”/“Politicamente correto” em inglês e em português, ele está disponível em mais de quarenta línguas.

Mais especificamente em relação ao sentido, pode-se constatar o que Krieg-Planque postula sobre a estabilização de apenas um sentido, observando as definições dos dicionários. Segundo o dicionário *Merriam-Webster online*, “political correctness” é a forma nominal de “politically correct”, a qual o dicionário atribui duas definições uma “simples” e outra “completa”, respectivamente:

agreeing with the idea that people should be careful to not use language or behave in a way that could offend a particular group of people

conforming to a belief that language and practices which could offend political sensibilities (as in matters of sex or race) should be eliminated⁸⁹

⁸⁸ O novo Random House Webster's College Dictionary (o uso de Webster no nome de um dicionário é uma forma do mercadologicamente correto) define o termo [politicamente correto] como “marcado por ou aderir a uma ortodoxia tipicamente progressista em questões envolvendo especialmente raça, gênero, afinidade sexual ou ecologia”.

Eu editaria essa definição para designar politicamente correto como “uma unidade léxica adjetival adverbialmente pré-modificada usada para atacar a conformidade liberal em questões sexuais, raciais, ambientais e outras questões da moda”. (Talvez eu devesse escrever um dicionário intitulado “Not Webster’s”). (nossa tradução)

⁸⁹ Concordando com a ideia de que as pessoas devem ter cuidado para não usar a linguagem ou se comportar de uma forma que poderia ofender um determinado grupo de pessoas

Estar de acordo com a crença de que a linguagem e as práticas que poderiam ofender sensibilidades políticas (como em questões de sexo ou raça) devem ser eliminadas (nossa tradução)

O dicionário *Collins* apresenta uma entrada para o sintagma adjetival e outra para o sintagma nominal:

politically correct: demonstrating progressive ideals, esp by avoiding vocabulary that is considered offensive, discriminatory, or judgmental, esp concerning race and gender.

Political correctness is the attitude or policy of being extremely careful not to offend or upset any group of people in society who have a disadvantage, or who have been treated differently because of their sex, race, or disability.⁹⁰

O dicionário *Oxford* também apresenta uma entrada para cada sintagma:

politically correct: Exhibiting (or failing to exhibit) political correctness.

political correctness: The avoidance of forms of expression or action that are perceived to exclude, marginalize, or insult groups of people who are socially disadvantaged or discriminated against.⁹¹

Já o dicionário *Cambridge* apresenta duas acepções para o sintagma adjetival, uma britânica e uma estadunidense, respectivamente:

politically correct: Someone who is politically correct believes that language and actions that could be offensive to others, especially those relating to sex and race, should be avoided.

politically correct: avoiding language or behavior that any particular group of people might feel is[*sic*] unkind or offensive.⁹²

Finalmente, o dicionário *Longman* também apresenta uma entrada para cada tipo de sintagma:

politically correct: language, behaviour, and attitudes that are politically correct are carefully chosen so that they do not offend or insult anyone

⁹⁰ Politicamente correto: demonstrar ideais progressistas, especialmente evitando vocabulário considerado ofensivo, discriminatório ou julgador, especialmente em relação à raça e ao gênero.

Correção política é a atitude ou a política de ser extremamente cuidadoso para não ofender ou perturbar qualquer grupo de pessoas na sociedade que têm uma desvantagem, ou que tenham sido tratados de forma diferente por causa de seu sexo, raça ou deficiência. (nossa tradução)

⁹¹ Politicamente correto: Expor (ou não exibir) correção política.

Correção política: A recusa de formas de expressão ou ação que sejam percebidas como excludentes, marginalizadoras ou insultuosas em relação a grupos de pessoas socialmente desfavorecidas ou discriminadas. (nossa tradução)

⁹² politicamente correto: Alguém que é politicamente correto acredita que a linguagem e as ações que poderiam ser ofensivas para outrem, especialmente aquelas relacionadas ao sexo e à raça, devem ser evitadas.

politicamente correto: evitar linguagem ou comportamento que qualquer grupo particular de pessoas possa achar desagradável ou ofensivo. (nossa tradução)

political correctness: language, behaviour, and attitudes that are carefully chosen so that they do not offend or insult anyone – used especially when you think someone is too careful in what they say or how they behave⁹³

A partir das definições dos dicionários, pode-se observar que, apesar de algumas diferenças entre elas, há um consenso de que “political correctness” concerne à linguagem (“language”, “forms of expressions”, “vocabulary”) e ao comportamento (“behavior”, “attitude”, “practice”, “action”) que estão relacionados principalmente a questões de sexo (“sex”) e raça (“race”) que devem ser evitados por serem considerados ofensivos.

Em língua portuguesa, no dicionário *Houaiss* (2009), “politicamente correto” é tratado como uma locução pertencente ao verbete “correto”. Tal locução apresenta a seguinte acepção:

isento do que possa ofender ou prejudicar um grupo social, no que se refere a questões como raça, classe, sexo ou orientação sexual (diz-se de discurso, atitude etc.)

Também classificando o sintagma como uma locução do verbete “correto”, o dicionário *Aurélio* apresenta duas acepções:

1. Diz-se de atitude, comportamento, discurso etc., em que se procura substituir uma palavra ou expressão tida, social ou culturalmente, como ofensiva ou ultrajante por outra mais amena ou eufemística. 2. O pensamento, a atitude, o comportamento, o discurso, etc., politicamente correto

Segundo o dicionário *Aulete*, “politicamente correto” também tem duas acepções:

1 Que não ofende ou procura não ofender a sensibilidade ou a dignidade de pessoas de certos grupos sociais minoritários (inclusive étnicos, religiosos, sexuais etc.)
2 (Que se baseia na) convicção de que é um direito político dos vários grupos sociais a supressão de expressões ou atitudes que firam ou ofendam sua dignidade, ou que manifestem e disseminem preconceitos; p.ext.: tendência ou corrente dos que têm essa convicção.

⁹³ politicamente correto: linguagem, comportamento e atitudes que são politicamente corretas são cuidadosamente escolhidas para que não ofendam ou insultem ninguém
politicamente correto: linguagem, comportamento e atitudes que são escolhidas cuidadosamente para não ofender ou insultar ninguém - usado especialmente quando você acha que alguém é muito cuidadoso no que diz ou como se comporta (nossa tradução)

Assim como as definições em língua inglesa, as definições em língua portuguesa, apesar de também terem algumas diferenças entre elas, apontam para o mesmo sentido. É necessário relevar, portanto, que, apesar da existência de outros sentidos, inclusive mais antigos, para os sintagmas estudados, somente o sentido 3 prevalece nos dicionários e enciclopédias.

Outro aspecto digno de nota é o fato de a maioria das definições serem demasiadamente generalizantes. Por exemplo, para fazer remissão aos referentes que geralmente os sintagmas estudados nomeiam, os dicionários utilizam expressões como “others”, “a particular group of people”, “um grupo social” que mesmo predicados com locuções como “as in matter of sex and race” e “no que se refere a questão como raça, classe, sexo ou orientação sexual” podem fazer referência a qualquer outro grupo social além dos “minoritários”. Ou seja, as definições são tão gerais que se aproximam de definições como “etiqueta”/“etiquette” ou “decoro”/“decorum”, por exemplo.

Esse aspecto generalizante, também notado por Krieg-Planque em relação à fórmula “purification ethnique”, leva a autora (2003, p. 415) a classificá-la de categoria denominativa (“catégorie dénominative”), pois ela é “suscetível de fazer remissão a um conjunto não-finito de objetos” (nossa tradução). Sendo assim, a pesquisadora (2003, p. 439) explica que a possibilidade de “purificação étnica” se propagar para além da guerra da ex-Iugoslávia se dá por meio de analogia. Tal constatação também pode ser feita em relação aos sintagmas “political correctness” e “politicamente correto”, pois “originalmente” eles fazem referência aos negros, às mulheres e aos homossexuais, e em um segundo momento, os locutores parecem ver relações análogas no que diz respeito aos deficientes, aos idosos e às crianças, por exemplo, e lançam mão dos mesmos sintagmas para nomeá-los.

2.3.1. A sigla PC

Outra característica da cristalização é a concisão, ou seja, segundo Krieg-Planque (2010, p. 71), para que a fórmula possa circular, permitindo que ela seja reafirmada ou recusada, é necessária certa concisão. Desse modo, à medida que a sua circulação aumenta, a tendência é que as fórmulas tenham suas formas significantes reduzidas por siglação, apagamento de unidade lexical, aférese ou apócope. Por exemplo, “programa comum de governo do Partido Comunista Francês e do Partido Socialista” se tornou, finalmente, “programa comum”.

Em uma busca pelo sintagma “political correctness” e “politically correct” em dicionários, encontra-se a sigla “P.C.” e “PC”. Dos cinco dicionários consultados em inglês, somente o *Collins* não a apresenta. Em relação a “politicamente correto”, nenhum dicionário identifica uma sigla.

No *site Wikipedia*, apenas o artigo *Political correctness* contém a sigla, o artigo em português também não a apresenta. No entanto, os usos da sigla em jornais, por exemplo, demonstram que os jornalistas pressupõem que seus leitores a reconheçam. A primeira ocorrência em nosso *corpus* da sigla em inglês aparece no jornal *The New York Times* em uma reportagem sobre um estudante de teologia cristã que afirma o seguinte em relação à revisão da letra da canção natalina *God Rest Ye Merry, Gentlemen Folk* para *God Rest Ye Merry, Gentlefolk*:

“It avoids the issue,” he says, “because if you're dealing with your sexuality in a political way you're not dealing with yourself as a person. There's too much emphasis on being **P.C.** - politically correct.”⁹⁴(BLACK, 1986)(grifo nosso)

Apesar da ocorrência de “p.c.-ness”⁹⁵ para abreviar “political correctness”, a sigla mais utilizada também é “p.c.” como em:

Political correctness is self-servingly cutesy. After this Fourth [of July], **p.c.** should stand for what it really is — political control.⁹⁶(ROSENTHAL, 1991)(grifo nosso)

A sigla aparece também em lugares de destaque como os títulos de notícias: “Supreme & P.C. Court” (BAKER, 1991) e “P.C. 101” (TANENHAUS, 1998) (Os números 101 geralmente são usados para fazerem referência, por exemplo, a uma disciplina introdutória na universidade).

A primeira ocorrência⁹⁷ da sigla que encontramos no nosso *corpus* em português brasileiro é decorrente da tradução e do comentário de uma história-em-quadrinho publicada no jornal *The New York Times*:

⁹⁴ “Ela evita a questão”, diz ele, “porque se você está lidando com sua sexualidade de uma forma política você não está lidando com você mesmo como uma pessoa. Há muita ênfase em ser P.C. - politicamente correto.” (nossa tradução)

⁹⁵ “Central to **p.c.-ness**, which has roots in 1960's radicalism, is the view that Western society has for centuries been dominated by what is often called “the white male power structure” or “patriarchal hegemony.”” (BERNSTEIN, 1990)

⁹⁶ A correção política é pieguice autoindulgente. Depois do dia quatro [de julho], p.c. deve representar o que realmente é - controle político. (nossa tradução)

A personagem **PC** (pessoa politicamente correta) anuncia o seu novo livro: “Como discutir da forma politicamente correta”. (grifo nosso)

Assim como no inglês, a sigla também aparece em títulos: “PC ou não PC, eis a questão” (AUGUSTO, 1992) e “Aqui não tem PC” (RIBEIRO, 1992).

Além disso, pode-se perceber que, em um primeiro momento, o processo de siglação foi acompanhado por uma série de trocadilhos, já que “PC” é usado para designar outros referentes em outros campos discursivos. Nos Estados Unidos, o “jogo” com as siglas estava relacionado ao computador pessoal, que também se apresentava como algo relativamente novo na época. Observem-se os seguintes enunciados:

IF YOU THINK PC stands for personal computer, what do you think non-PC means? Anything that is not a PC? Students these days, while familiar with high technology, are using the term PC as an abbreviation for politically correct; non-PC for its opposite. The term has a leftist connotation and, more likely than not, is used by those who believe the university works hand in glove with the capitalist establishment.⁹⁸ (BERNSTEIN, 1988)

WHAT DOES "PC" stand for?

If your impulse is to blurt out "personal computer," you have gone software in the head. If those letters evoke memories of the Peace Corps, you are antediluvian (from "before the Flood," which makes you at least as old as Noah). A percentage of postcards from hypochondriacs will insist that the initials stand for the Latin direction *post cibum*, "after meals," the only digestively conducive time to pop certain pills.

Those of us with slinguistic Fingerspitzengefühl, however, know that the initials stand for the most controversial phrase on college campuses today: politically correct.⁹⁹ (SAFIRE, 1991)

⁹⁷ COMO ser politicamente correto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/07/23/5/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

⁹⁸ SE VOCÊ ACHA que PC significa personal computer [computador pessoal], o que você pensa que não-PC significa? Qualquer coisa que não é um PC? Os estudantes nos dias de hoje, familiarizados com alta tecnologia, estão usando o termo PC como uma abreviação de politicamente correto; não-PC para o seu oposto. O termo tem uma conotação esquerdista e, muito provavelmente, é usado por aqueles que acreditam que a universidade trabalha em harmonia com o establishment capitalista.

⁹⁹ O que significa “PC”?

Se o seu impulso é soltar “personal computer” [computador pessoal], você tem um programa a menos na cabeça. Se essas letras evocam memórias do Peace Corps [Corpo da Paz], você é antediluviano (de “antes do Dilúvio”, o que faz de você, no mínimo, tão velho quanto Noé). Uma porcentagem de cartões-postais de hipocondríacos vai insistir que as iniciais representam a prescrição latina *post cibum*, “depois das refeições”, o único momento digestivamente favorável para tomar alguns comprimidos.

Aqueles que, como nós, têm tato para gírias, no entanto, sabem que as iniciais representam a frase mais controversa nos campi universitários de hoje: politicamente correto. (nossa tradução)

No Brasil, as siglas estão relacionadas ao campo discursivo político, mais especificamente a nomes de partidos e a nomes de figuras públicas, que figuram nos trechos a seguir:

O primeiro ato “politicamente correto” no Brasil, vertente que poderia se chamar “PC” do B, acrescentou uma segunda estrofe a “Atirei o pau no gato”. Seu primeiro verso “corrigido” já adverte: “Não atire o pau no gato”. (CARELLI, 1991)

Nessa ocorrência, a interpretação do trocadilho (implícito) depende do leitor, que pode conhecer ou não o Partido Comunista do Brasil, PC do B. Tal hipótese de interpretação pode ser confirmada nas demais ocorrências em que a referência ao partido é explícita:

Em geral, Ieltsin e Gorbatchev foram polidos entre si e concordaram em quase todos os pontos. Parecem ter saído de um PC (Partido Comunista) para outro (Politicamente Correto): condenam o anti-semitismo e qualquer tipo de discriminação racial, são favoráveis à maior participação da mulher na sociedade, defendem total liberdade religiosa e de expressão. (SILVA, 1991)

O governo Collor durou menos do que o de Ribamar. Sua credibilidade atual é zero. Mas não entendo essa história de que ele é ladrão, de que um certo PC Farias, sempre referido alusivamente como PC, o que para mim é Partido Comunista ou politicamente correto, estaria, urbi et orbi, cobrando tributo para a caixinha do presidente. (FRANCIS, 1991)

Antes de mais nada, atenção. Não confunda o jeitinho de ser PC com o próprio PC, aquele amigo do presidente que acusam de ser politicamente incorreto. O PC de que estamos falando é uma corrente que tem conquistado as universidades norte-americanas, e cujos seguidores defendem acima de tudo o respeito à diferença racial, cultural e sexual.¹⁰⁰

Nos dois últimos excertos, há a alusão a Paulo César Siqueira Cavalcante Farias (PC Farias), que foi tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor que, por sua vez, sofreu um *impeachment* devido principalmente aos esquemas de corrupção conhecido como Esquema PC Farias ou Caso PC Farias. Além disso, no último trecho, é interessante notar que “politicamente incorreto” pode ser interpretado como “aquele que não age/está de acordo com as leis (a Constituição)”, confirmando a interpretação do primeiro sentido que depreendemos para o sintagma “politicamente correto” (aquele que age/está de acordo com a Constituição). (Cf. Caráter discursivo).

¹⁰⁰ GUIA para presentear as vítimas do estilo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 dez. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/12/22/73/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

2.4. Caráter de referente social

A terceira das principais propriedades da fórmula é o seu caráter de referente social. Segundo Krieg-Planque, esse caráter demonstra seu aspecto dominante em um determinado momento e espaço sociopolítico. Isto é, “a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92). Por exemplo, as fórmulas “Überfremdung” (do alemão, “influência e superpopulação estrangeiras”) e “xenofobia”, analisadas por Fiala e Ebel, dominaram as discussões sobre a limitação da imigração na Suíça durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, pois tanto aqueles que eram favoráveis quanto aqueles que eram contra a limitação da imigração discutiram sobre a existência (ou não) de uma/da “influência e superpopulação estrangeiras”, se os favoráveis à limitação eram xenófobos (ou não) e se os que eram contra eram (ou não) pouco patriotas.

A “notoriedade” desse signo é uma condição necessária para sua existência formulaica e os critérios que permitem avaliá-la são muitos e nenhum, sozinho, propõe uma conclusão definitiva. Dentre esses critérios, a autora apresenta o aumento da frequência do signo ao longo do tempo em um *corpus* estável e que esteja relacionado com um acontecimento discursivo (e não mundano), pois um fato natural pode fazer com que a palavra “avalanche” seja mais utilizada, por exemplo.

Sendo assim, observando a tabela abaixo, nota-se o aumento súbito e concomitante das ocorrências dos sintagmas “politically correct” e “political correctness” no jornal *The New York Times* a partir da década de 1990.¹⁰¹

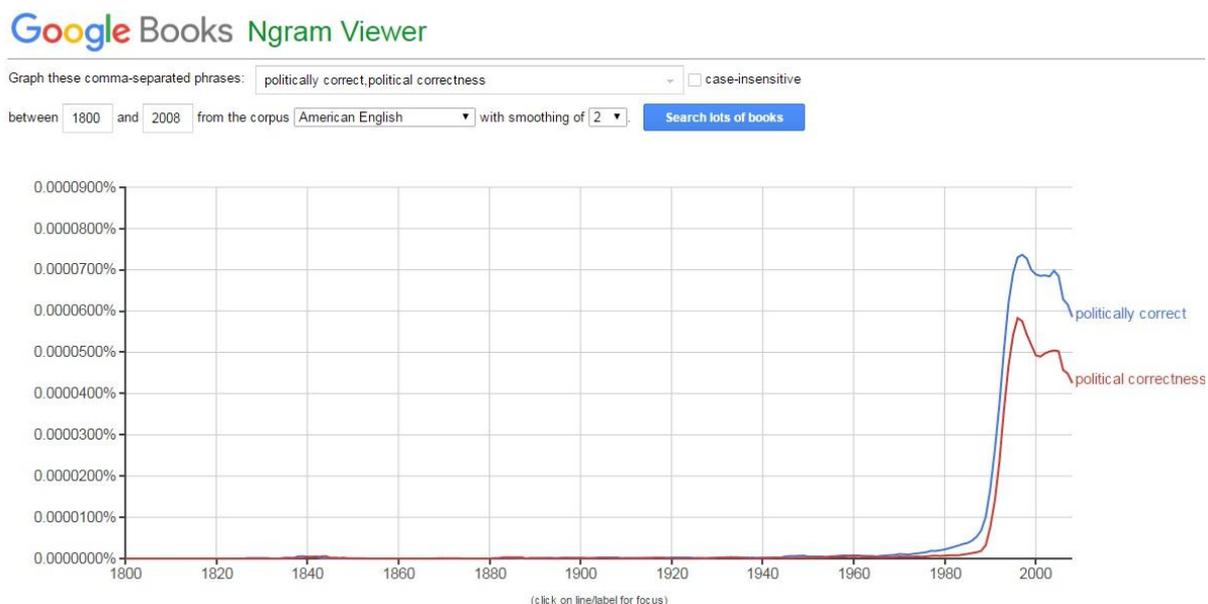
Década	politically correct	political correctness
1870-1879	1	0
1910-1919	2	0
1930-1939	2	0
1940-1949	2	0
1950-1959	4	2
1960-1969	2	0
1970-1979	13	2
1980-1989	50	3
1990-1999	1195	828
2000-2009	877	890
2010-2016	546	715

¹⁰¹ O jornal é publicado desde 1851, mas, por uma questão de relevância e espaço, inserimos somente as décadas em que houve alguma ocorrência de, pelo menos, um dos sintagmas.

Do mesmo modo, na tabela abaixo, pode-se observar o aumento repentino e simultâneo dos sintagmas “politicamente correto(s)”, “politicamente correta(s)” e “correção política” no jornal *Folha de S. Paulo* a partir da década de 1990, com a dominância do primeiro sintagma.¹⁰²

Década	politicamente correto(s)	politicamente correta(s)	correção política
1960-1969	0	0	3
1970-1979	1	2	3
1980-1989	5	11	2
1990-1999	515	187	47
2000-2009	503	157	85
2010-2016	343	57	24

Além de se poder constatar o momento em que os sintagmas se tornaram um referente social, é possível dizer, a partir das tabelas, que tanto em inglês quanto em português o sintagma adjetival é o mais utilizado. Essa “constante” também é observada em outros corpora, por exemplo, a biblioteca¹⁰³ dos livros digitalizados e digitais do *Google Books*, como mostra o gráfico a seguir:

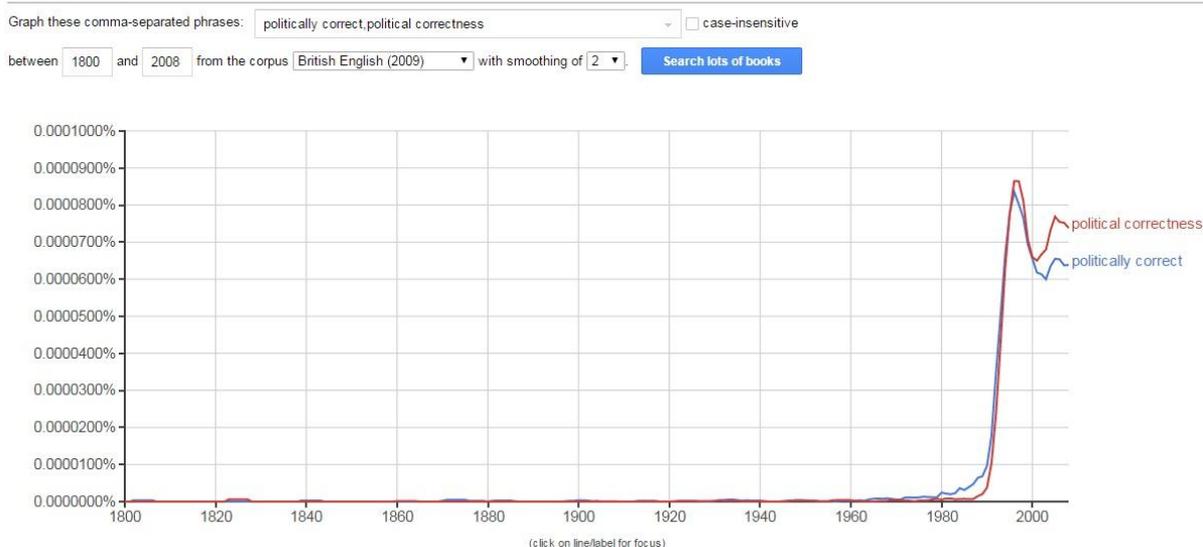


¹⁰² O jornal é publicado desde 1921. Assim como na tabela anterior, inserimos apenas as décadas em que constam ocorrências dos sintagmas.

¹⁰³ Ainda não estão disponíveis dados nem em português brasileiro, nem em português europeu.

Como esta pesquisa busca comprovar o caráter translinguístico das fórmulas, é relevante apresentar como os sintagmas em questão se comportam em outras condições de produção e em outras línguas. Por exemplo, na Grã-Bretanha, em inglês, apesar de as ocorrências de “politically correct” e “political correctness” também terem aumentado a partir da década de 1990, é este último sintagma que, a partir de 1995, predomina nos livros.

Google Books Ngram Viewer



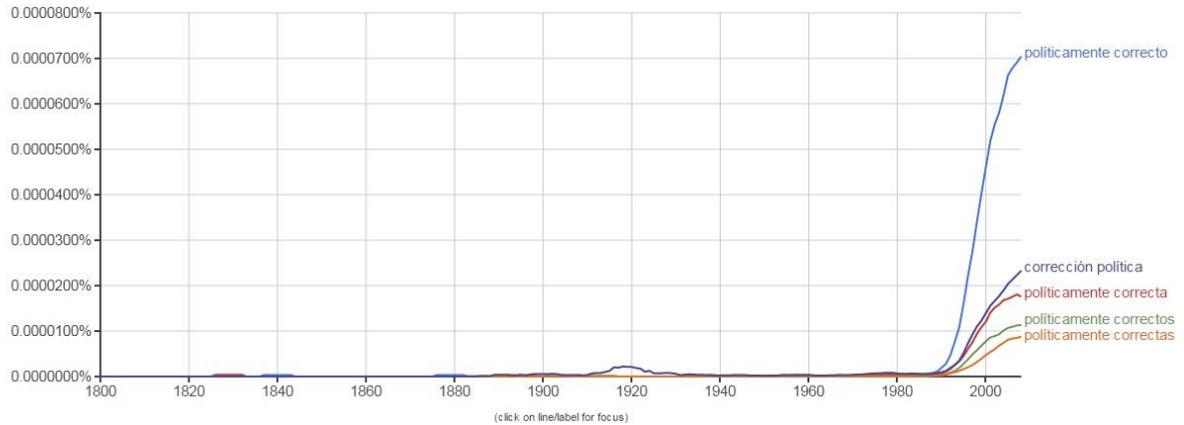
Em relação às condições de produção britânicas, é certo que elas não são tão semelhantes quanto as estadunidenses e as brasileiras e por isso podemos supor, por exemplo, que o referente “os estrangeiros/imigrantes” seja mais usado que “os indígenas”. Já em relação à influência estadunidense em CPs britânicas, poder-se-ia afirmar que ela possa estar ligada à hegemonia não só política e econômica, mas também cultural dos Estados Unidos.

Assim como em português brasileiro e inglês estadunidense, o gráfico referente aos livros escritos em espanhol mostra a predileção pela variante adjetival masculina a partir do início da década de 1990:

Google Books Ngram Viewer

Graph these comma-separated phrases: case-insensitive

between and from the corpus with smoothing of [Search lots of books](#)



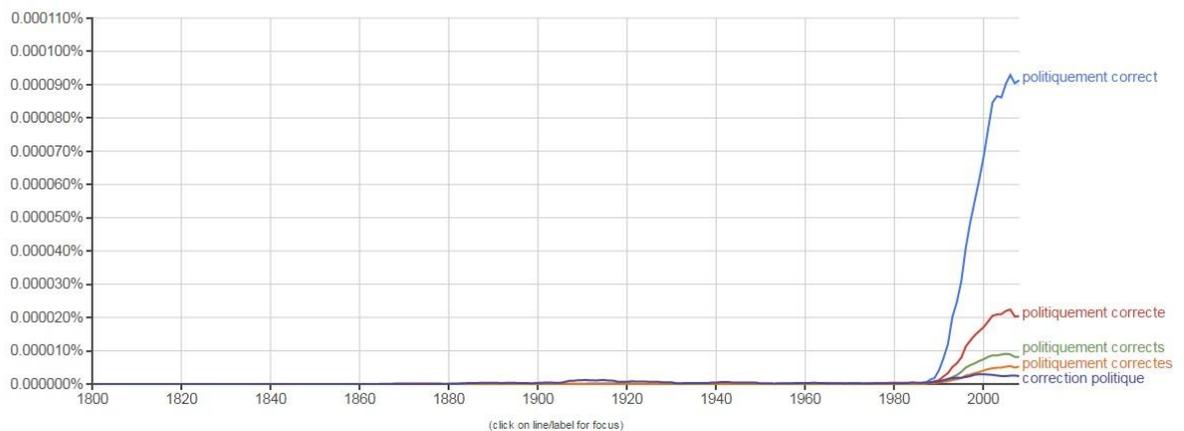
Como os países onde se fala espanhol estão concentrados principalmente nas Américas Central e do Sul e conheceram acontecimentos históricos bastante semelhantes àqueles dos Estados Unidos e do Brasil, podemos conjecturar que o aumento da frequência dos sintagmas em questão nessa língua pode ser explicado com base na semelhança entre as CPs.

Em francês, a variante adjetival masculina também tem sua frequência aumentada a partir da década de 1990:

Google Books Ngram Viewer

Graph these comma-separated phrases: case-insensitive

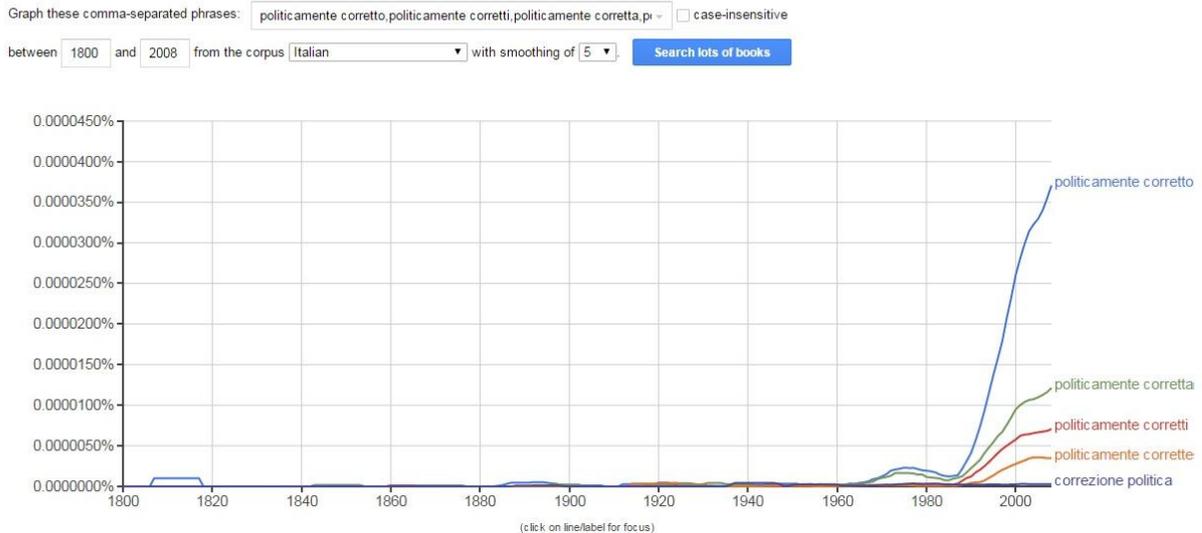
between and from the corpus with smoothing of [Search lots of books](#)



Assim como as condições de produção britânicas, podemos prever que as CPs francesas deem relevo mais aos referentes “os imigrantes/estrangeiros” do que “os indígenas” e que no Canadá e na Guiana Francesa a tendência seja a dos demais Estados americanos.

A variante adjetival masculina também é predominante em italiano a partir dos anos 1990:

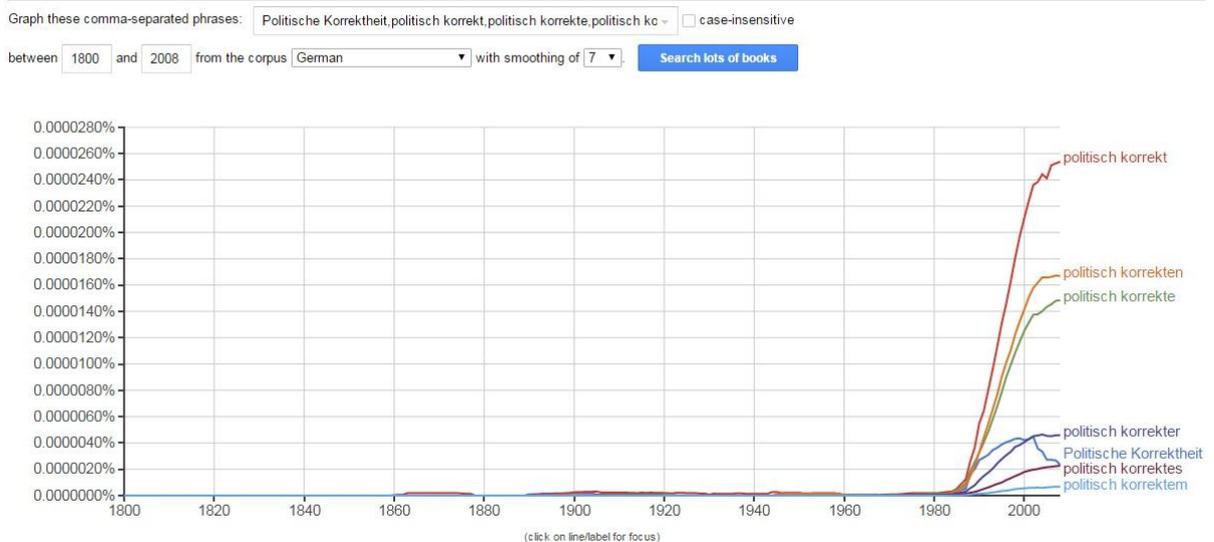
Google Books Ngram Viewer



Aqui também podemos levantar a hipótese da hegemonia política, econômica e cultural dos Estados Unidos para explicar o aumento da frequência dos sintagmas em questão.

Já em alemão, em que há mais variantes em virtude das declinações de caso, destacam-se as seguintes:

Google Books Ngram Viewer



Assim como em português brasileiro, o grande número de ocorrências do sintagma adjetival “politik korrekt” sugere que ele é utilizado principalmente como substantivo na posição de sujeito de uma oração, pois, em alemão, a maioria dos substantivos não é declinada no nominativo.

Os gráficos parecem apontar, portanto, ou que os sintagmas são utilizados principalmente na predicação, ou que eles sofreram uma “derivação imprópria”, superando a forma nominal derivada. Sendo assim, apesar de essa forma nominal ser identificada como a que produz o efeito de pré-construído, em virtude de seu grande número de ocorrências e de seu papel como predicado, o sintagma adjetival é talvez mais importante que o sintagma nominal.

Segundo Krieg-Planque (2010, p. 98-99), a fórmula enquanto referente social remete ao mundo e os índices dessa referência são as diversas formas de pressuposto, por exemplo, a utilização do artigo definido “(the) political correctness”, “a correção política” e “o politicamente correto”. No entanto, como o aumento da frequência e a cristalização principalmente dos sintagmas adjetivais foram acompanhados, como já foi demonstrado, da estabilização de apenas um sentido (aquele que aparece nos dicionários), esses sintagmas, na predicação de certos referentes, podem ser interpretados como efeito de sustentação e produzir efeito de pré-construído (valor *de re*, na análise de Fiala e Ebel), não só nos discursos conservadores, mas também nos discursos progressistas. Ou seja, a evidência de que as mulheres, os negros, os homossexuais, os imigrantes (ou estrangeiros), os indígenas, os ambientalistas e os deficientes tomados como referentes são “politicamente corretos” (com essa predicação constituindo um valor negativo) incita a resposta dos discursos que pretendem representar esses grupos sociais nos diversos campos discursivos.

Aliás, a reprodução dessa evidência explica em grande parte a circulação dos sintagmas em campos discursivos que até recentemente eram dominados por discursos conservadores. Por exemplo, a inclusão das disciplinas dos *Black studies*, *Women’s studies* e *Postcolonial studies* nas universidades estadunidenses a partir da metade da década de 1960 pode ser tomada como a contrapartida histórica da emergência de discursos liberais no “campo discursivo da crítica literária” e no campo discursivo literário. Sendo assim, com essas disciplinas sendo chamadas de “politically correct” pelos discursos conservadores, os discursos progressistas são constantemente incitados a negar a fórmula (em virtude de seu sentido negativo “evidente”), ou, como se verá na análise da sua propriedade polêmica, a reformular seu sentido.

Outra forma de pressuposto que, segundo Krieg-Planque (2010, p.98-99), demonstra a notoriedade da fórmula discursiva são as manchetes da imprensa de estrutura “X:Y”, em que X é um enunciado referencial (pressuposto) que remete a um mundo (geográfico ou nocional) supostamente conhecido pelo leitor, e Y constitui o enunciado informacional (novo) que justifica a publicação do artigo. Por exemplo, *Political correctness: new bias test?* (MCFADDEN, 1991), *‘Politically Correct’: A Handy Enemy* (PERRY, 1991) (títulos de artigos no jornal *The New York Times*) e *Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso* (SOARES, 1998) (título de um capítulo do livro *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*).

Além disso, pudemos observar que “politicamente correto” foi, de 1994 a 2004, uma rubrica na seção *Painel (Primeiro Caderno)* do jornal *Folha de S. Paulo*. Observem-se as seguintes ocorrências:

Politicamente correto

Foram afixados cartazes de “É proibido fumar” no 3º andar do Planalto, onde está o gabinete de FHC. Especula-se que é serviço de um malufista enrustido, de olho em 1998. Só falta aparecer cartaz de “É proibida reeleição”.¹⁰⁴

Politicamente correto 1

Na agenda da Cúria Metropolitana de São Paulo, o ano de 1998 é descrito como “498º da invasão portuguesa por Pedro Álvares Cabral, dito descobrimento” e o “506º da invasão colonial de Cristovão Colombo, dito descobrimento”.

Politicamente correto 2

Tema do programa da semana do Dia Internacional da Mulher (8 de março) do Conselho Estadual da Condição Feminina paulista: “Os direitos das mulheres são direitos humanos”.¹⁰⁵

Em relação à primeira nota, pode-se dizer que a inclusão da informação de que foram afixados cartazes proibindo fumar e a menção da não possibilidade da reeleição sugerem pelo menos duas interpretações: primeiramente, a proibição do fumo é uma ação “politicamente correta”, pois estaria de acordo com a “política” dos ambientalistas e, em segundo lugar, a não possibilidade da reeleição é “politicamente correta”, pois, na época, estava prevista em lei, na Constituição brasileira (e em suas emendas).

¹⁰⁴ **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 mai. 1996. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1996/05/16/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹⁰⁵ **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 fev. 1998. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1998/02/14/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

Já em relação às segunda e terceira notas, os números 1 e 2 acompanhando o sintagma “politicamente correto” corroboram seu estatuto de rubrica “oficial” no jornal, pois houve a necessidade de se usar a mesma rubrica para notícias diferentes e conseqüentemente o uso da numeração para diferenciá-las. Além disso, enquanto na segunda nota o fato de se usar “invasão” para fazer referência à chegada dos europeus às Américas seria um indício de concordância com a visão de mundo dos indígenas que seria “politicamente correta”, por esses últimos serem considerados uma “minoría”, na terceira nota, o simples fato da comemoração do dia internacional da mulher já contribui para a predicação, por meio da rubrica.

Assim como a alusão à reeleição na primeira nota suscitou duas interpretações, as notícias do campo político sob a rubrica “politicamente correto” produzem geralmente equívocos:

Politicamente correto

Michel Temer bateu o martelo. O projeto de parceria civil homossexual, de Marta Suplicy (PT-SP), deve ser votado no plenário da Câmara no dia 25.¹⁰⁶

Politicamente correto

O projeto de combate à corrupção eleitoral, de iniciativa popular deverá ser entregue a Temer (Câmara) no dia 10, às 15h. A proposta pode ser endossada na página da Internet www.cbjp.org.br até sábado.¹⁰⁷

Na primeira nota, apesar de estar em questão um projeto de lei, “politicamente correto” pode significar “estar de acordo com a demanda das “minorias sociais””, pois há referência aos homossexuais que são “minoría”. Já na segunda notícia, em que também está em causa um projeto de lei, “politicamente correto” pode ter o sentido “estar de acordo com a democracia” (assim como foi depreendido na análise do caráter discursivo), pois o projeto é de iniciativa popular.

De acordo com Krieg-Planque (2010, p. 95), outro critério para avaliar a propriedade de referente social da fórmula é a presença em tipos variados de discurso (orais, escritos, especializados, leigos, etc.). Dessa forma, para demonstrar a hipótese¹⁰⁸ que levantamos sobre a circulação de “politically correct” e “politicamente correto” e de seus efeitos de pré-construído, analisaremos sua presença nos diversos campos discursivos.

¹⁰⁶ **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 1997. Disponível em: < acervo.folha.uol.com.br/fsp/1997/06/12/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹⁰⁷ **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jul. 1999. Disponível em: < acervo.folha.uol.com.br/fsp/1999/07/28/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹⁰⁸ Cujá validade já pôde ser observada na pequena análise que acabamos de fazer sobre a rubrica do jornal.

Um acontecimento discursivo que talvez tenha contribuído de modo irreversível para que os sintagmas “politically correct” e “political correctness” se tornassem um referente social e conseqüentemente uma fórmula em língua inglesa foi o discurso do presidente George Bush em uma cerimônia de formatura na Universidade do Michigan no dia 4 de maio de 1991. Falando sobre a liberdade de pensamento e expressão, o presidente afirma:

Ironically, on the 200th anniversary of our Bill of Rights, we find free speech under assault throughout the United States, including on some college campuses. The notion of **political correctness** has ignited controversy across the land. And although the movement arises from the laudable desire to sweep away the debris of racism and sexism and hatred, it replaces old prejudice with new ones. It declares certain topics off-limits, certain expression off-limits, even certain gestures off-limits.¹⁰⁹ (BUSH, 1991)(nosso grifo)

O comentário do presidente sobre casos de discriminação entre professores e alunos ou entre os próprios alunos de algumas universidades estadunidenses (que a mídia já vinha noticiando, utilizando os sintagmas estudados) contribuiu para que não só esses casos se tornassem amplamente conhecidos mas também o sintagma “political correctness”, já que, após seu pronunciamento, colunistas e leitores de jornais (por exemplo, do *The New York Times*) passaram a comentar o posicionamento do presidente em relação à questão e a citar seu discurso.

Sendo assim, de um campo discursivo a outro, a partir do início da década de 1990, um dos lugares em que os sintagmas em questão figuravam e figuram recorrentemente são nas notícias, reportagens, entrevistas, resenhas e artigos de opinião publicados em jornais e revistas.

Por exemplo, em uma notícia publicada no jornal *The New York Times* no dia 22 de setembro de 1988, informa-se que o governador democrata Michael S. Dukakis, candidato à presidência à época, durante um comício, perde, para um bebê, na brincadeira de quem fica mais tempo sem piscar (*staring contest*). Ironicamente, o autor da notícia se pergunta o que aconteceria se o candidato cruzasse olhares com Mikhail Gorbachev (à época, secretário geral do Partido Comunista da União Soviética). Ainda segundo a notícia:

¹⁰⁹ Ironicamente, no 200º aniversário da nossa Declaração de Direitos, encontramos a liberdade de expressão sob assalto por todo os Estados Unidos, inclusive em alguns campi universitários. A noção de correção política produziu controvérsia por toda parte. E, embora o movimento decorra do desejo louvável de varrer os restos do racismo, do sexismo e do ódio, ele substituiu preconceitos antigos por outros novos. Ele declara certos tópicos proibidos, certas expressões proibidas, até certos gestos proibidos. (nossa tradução)

Unveiling a new program for prenatal care for poor women, Mr. Dukakis posed on a stage with pink and blue balloons and with a **politically correct** collection of adorable babies: one white, one black and one Hispanic.¹¹⁰ (DOWD, 1988)(grifo nosso)

Apesar de a notícia ser sobre uma campanha política e a despeito da alusão ao partido comunista, “politically correct” faz referência a “uma coleção de adoráveis bebês: um branco, um negro e um latino”. É bastante provável que essa predicação aconteça principalmente em virtude da presença de “representantes das minorias”, os negros e os latinos. Outro “motivo” para a predicação pode ser o fato de a mãe de um dos bebês, beneficiária do programa de pré-natal (e que fala no comício), ser uma mulher pobre.

O mesmo acontece em língua portuguesa. Por exemplo, em outubro de 2006, a seção *Radar* da revista *Veja* publica uma nota sobre a campanha à presidência de Luís Inácio “Lula” da Silva:

O programa de televisão do PT, que estréia na terça-feira, será apresentado por três âncoras no melhor estilo **politicamente correto** - um índio, uma negra e um branco, que representarão a diversidade étnica brasileira. (JARDIM, 2006)(grifo nosso)

Assim como na notícia em língua inglesa, o trecho acima demonstra que, apesar de estar em questão uma campanha presidencial, é o fato de dois âncoras da campanha serem um índio e uma negra que se pode explicar a predicação “politicamente correto”.

Como se pode perceber da análise acima, a simples menção de uma “minorias” implica a predicação “politically correct” e “politicamente correto(a)”. Tal predicação é resultante do que Pêcheux (2009 [1975], p. 101) chama de efeito de sustentação, ou seja, a relação de implicação entre duas propriedades (“o que é α é β ”). *Grosso modo* e em outras palavras: ser (ou estar a favor de) mulher/negro/homossexual/indígena/ambientalista/imigrante/deficiente é ser politicamente correto(a). Tanto que, se algum elemento de um desses grupos sociais não apresentar a propriedade dessa “evidência”, há estranhamento. Por exemplo, no dia 23 de fevereiro de 1992, o jornal *The New York Times* publica uma reportagem em que é apresentada a polêmica em torno da canonização de Pierre Toussaint, um negro que nasceu e escolheu continuar sendo escravo (em um momento em que os escravos estavam se rebelando no Haiti) e se mudou com seus donos para Nova York onde, mesmo após perderem sua

¹¹⁰ Divulgando um novo programa de pré-natal para mulheres pobres, Dukakis posou em um palco com balões cor-de-rosa e azuis e com uma coleção politicamente correta de bebês adoráveis: um branco, um negro e um latino. (nossa tradução)

fortuna, continuaram a contar com a lealdade de Toussaint. Após a morte de seus donos, ele se devotou aos pobres. Ainda de acordo com a reportagem,

“The only problem with Toussaint is that he is not **P.C.**” or **politically correct**, said the Rev. Thomas J. Wenski, director of the Pierre Toussaint Haitian-Catholic Center in Miami. “He was not naive to the existence of racism inside and outside the church. That he could still love the church, warts and all — maybe that's why JP2 [Pope John Paul II] is pushing him.”¹¹¹ (SONTAG, 1992)(grifo nosso)

No trecho destacado, ao se afirmar que o único **problema** com Toussaint é que ele não era politicamente correto, assume-se que há a necessidade de, por ser negro (e escravo), ser politicamente correto.

Reconhecer o efeito de sustentação dessa predicação contribui para a interpretação de ocorrências dos sintagmas estudados cujos sentidos não são tão óbvios. Por exemplo, no dia 04 de fevereiro de 1990 é publicada no jornal *The New York Times* uma resenha de uma exposição de fotos intitulada *Seeking a suitable way to approach the issue of AIDS* e assinada por Richard B. Woodward. O autor da resenha começa seu texto citando o curador da exposição:

“How do you deal with AIDS in pictures?” asks Marvin Heiferman. “Do you show those suffering from the disease, depress everyone, and let the audience gawk at a bunch of sick people? Or do you try to raise issues and hopes, even though that may seem too **politically correct**?”¹¹² (WOODWARD, 1990)(nossos grifos)

Ao longo de toda a resenha, não há menção explícita a nenhuma “minoria” que poderia “justificar” o uso de “politically correct” e, a princípio (pelo menos não se encontram dados semelhantes em nosso *corpus*), não há relação direta entre lidar positivamente com a AIDS e ser politicamente correto. No entanto, se levarmos em consideração que até recentemente os homossexuais do sexo masculino eram considerados o grupo de risco sujeito a contrair o vírus HIV, podemos sugerir que a alusão a esse grupo pode se constituir como

¹¹¹ “O único problema com Toussaint é que ele não é P.C.” ou politicamente correto, disse o Rev. Thomas J. Wenski, diretor do Pierre Toussaint Haiti-Catholic Center em Miami. “Ele não era ingênuo em relação à existência de racismo dentro e fora da igreja. Tanto que ele ainda podia amar a igreja, com seus erros e tudo - talvez seja por isso que o Papa João Paulo II está o apoiando”. (nossa tradução)

¹¹² “Como você lida com a AIDS em imagens?”, pergunta Marvin Heiferman. “Você mostra os que sofrem com a doença, deprime todo mundo e deixa o público observar um bando de pessoas doentes? Ou você tenta levantar questões e esperanças, mesmo que isso possa parecer muito politicamente correto?” (nossa tradução)

“prova” para o uso de “politically correct”. Sendo assim, no texto, destaca-se o seguinte parágrafo:

Larry Clark's three portraits of a teen-age boy unashamed of his sexuality, Art Kane's untitled portrait of a masked man who hides his identity while proud of his manhood, and Andres Serrano's stop-action shot of ejaculate are rare instances in the show where the photographers directly addressed the issue of male desire and AIDS.¹¹³ (WOODWARD, 1990)

O sintagma “male desire” (“desejo masculino”) faz referência ao desejo de alguém do sexo masculino. No entanto, como existem homens que se sentem atraídos por outros homens, o sintagma pode ser interpretada como uma alusão aos homossexuais.

Em língua portuguesa, no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 22 de março de 1998, na seção *Dinheiro*, acompanhada de um modelo de cueca, há a seguinte nota¹¹⁴:

Underwear tem bolso para preservativo

Nada mais **politicamente correto** do que guardar o preservativo em lugar de fácil acesso. A Maju, empresa de moda íntima, está lançando uma cueca com um pequeno bolso lateral para guardar a famosa camisinha. O underwear que chega ao mercado com preço de R\$ 7, será mostrado na Íntima, feira de confecção que começa hoje em São Paulo. Informações sobre a peça: tel. (047) 334-1078.

Levando em consideração a interpretação usual que é feita da relação entre os homossexuais e a AIDS na ocorrência do sintagma “politically correct”, o uso de “politicamente correto” na predicação de uma cueca que tem um bolso para guardar um preservativo faz sentido na medida em que este último evita o contágio de doenças sexualmente transmissíveis como o vírus HIV cujo grupo de risco de contaminação são os homossexuais que, por sua vez, são “politicamente corretos”.

No dia 24 de dezembro de 1989, comentando um artigo, a seguinte carta é enviada ao editor do jornal *The New York Times*:

TO THE EDITOR: I am puzzled. What do Henry Spira's cats eat? A survey of the cat-food shelves at my local supermarket shows no cat food, canned or dry, that does not contain animal products. After sharpening their claws on

¹¹³ As três fotos de Larry Clark de um adolescente sem vergonha de sua sexualidade, a foto sem título de Art Kane de um homem mascarado que esconde sua identidade enquanto se sente orgulhoso de sua masculinidade e a captura em stop-action de Andres Serrano de uma ejaculação são raros casos na exposição em que os fotógrafos abordaram diretamente a questão do desejo masculino e da AIDS. (nossa tradução)

¹¹⁴ UNDERWEAR tem bolso para preservativo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 mar. 1998. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1998/03/22/73/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

Mr. Spira's **politically correct** Naugahyde furniture, do his cats hunt, kill and eat mice? Rats? Birds? ROBERT BARRETT San Francisco¹¹⁵
(BARRETT, 1989)(nosso grifo)

Assim como no caso da cueca politicamente correta, a interpretação pode ser feita da mesma forma, recorrendo ao interdiscurso: os móveis Naugahyde são feitos com couro sintético, poupando o uso de couro de animais, o que significaria defender o meio ambiente ou os direitos dos animais, sendo, portanto, politicamente correto.

Obviamente, não só o efeito de sustentação pode ser percebido em outros campos discursivos por meio de outros *médiuns*, mas também o efeito de pré-construído produzido pela nominalização “o politicamente correto”. Por exemplo, em uma transmissão do programa *Pânico no rádio* do dia 28 de junho de 2016¹¹⁶, há uma discussão entre o humorista Gregório Duvivier (no estúdio da rádio Jovem Pan, em São Paulo) e o deputado e pastor Marco Feliciano (de Brasília, por telefone) em que os dois debatem sobre humor e religião:

Marco Feliciano: O meu problema com o Duvivier é que eu queria saber por que que ele não faz uma charge, ou faz um humor com o islã, com o Estado Islâmico, com Maomé. Por que faz só com o cristianismo?

Gregório Duvivier: Bom, porque não tem nenhum deputado islâmico roubando meu dinheiro, senhor.

Marco Feliciano: Faz com o cristianismo, faz com o pessoal evangélico porque todo mundo é tranquilo. Porque ninguém vai pro embate. Ninguém vai pra briga. Então, pode fazer humor. Faz humor como quiser. O brasileiro tá precisando sorrir. O **politicamente correto** destruiu o nosso país. Esse é a verdade. O **politicamente correto** acabou conosco.

Gregório Duvivier: Sabe o que destrói nosso país, senhor? A bancada evangélica. (nosso grifo)

A interpretação de “o politicamente correto”, na relação entre os campos religioso e humorístico, deve levar em consideração que o cristianismo é tido como a religião da maioria dos brasileiros e, conseqüentemente, as demais religiões são tidas como minoritárias (como o islã). Desse modo, defendendo o cristianismo¹¹⁷, Marco Feliciano reclama de Duvivier não satirizar religiões minoritárias, o que, pode ser interpretado pelo pastor como “estar de acordo

¹¹⁵ PARA O EDITOR: Estou perplexo. O que os gatos de Henry Spira comem? Uma pesquisa nas prateleiras de comida para gatos em um supermercado aqui perto de casa não mostra nenhuma comida para gato, enlatada ou seca, que não contenha produtos de origem animal. Depois de afiar suas garras nos móveis Naugahyde politicamente corretos do Sr. Spira, seus gatos caçam, matam e comem camundongos? Ratos? Pássaros? ROBERT BARRETT São Francisco (nossa tradução)

¹¹⁶ **PÂNICO no rádio**. São Paulo: Jovem Pan, 28 jun. 2016. Programa de rádio. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=4IZBf_SHUU0](https://www.youtube.com/watch?v=4IZBf_SHUU0)>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹¹⁷ É interessante notar que, ao se defender o cristianismo como um todo, as contradições do campo discursivo “cristão” são recalçadas, pois geralmente o “discurso católico romano” polemizou ou polemiza com o “discurso protestante” (e vice-versa), por exemplo, sobre a “verdadeira” interpretação da bíblia.

com as minorias”, conseqüentemente, ser “politicamente correto”. Feliciano conclui, portanto, que “o politicamente correto destruiu o país [, ...] acabou conosco”, ou seja, “o desrespeito pela maioria destruiu o país, acabou conosco”.

O efeito de pré-construído também é reproduzido na relação entre o campo humorístico e o campo político. Por exemplo, em uma entrevista para o programa *Na moral*¹¹⁸ transmitido em 13 de setembro de 2013 pela rede *Globo* e apresentado por Pedro Bial, o humorista Renato Aragão compara a censura da ditadura militar no Brasil e o politicamente correto:

Renato Aragão: Olha, vocês reclamam... o comediante de hoje de... por causa do **politicamente correto**. Porque vocês não passaram pela fase da ditadura.

Pedro Bial: Pois é... compara essas duas ditaduras: a ditadura militar e a ditadura do **politicamente correto**.

Renato Aragão: Não tem como comparar, não é? Porque na ditadura era muito pior. Você tinha que fazer um esquete. Por exemplo, meu esquete. TV Tupi naquela época. Você tinha que fazer o ensaio. O ensaio geral pra censura. Não era o ensaio geral pro diretor. Era o ensaio geral pra censura. Você ia fazer seu esquete. Ficavam três sargentões ali assistindo e a gente tinha que fazer... e não... primeiro antes pra censura pra censurar o script. Tá! O carimbo. “Isso não pode”. Ao vivo ele [sic] viam pra cá pra censurar. Você imagina o constrangimento do comediante pra fazer um ensaio pra três sargentos ali e tá fazendo aqui uma piada, vai... e eu... piada pra palhaço. Não tinha nada a ver com ditadura, com política, com coisa alguma...

Pedro Bial: Mas vem cá: eles não riam?

Renato Aragão: Não... Não.

Pedro Bial: Porque o censor... eu fico imaginando o censor vendo uma comédia. Ele deve se segurar pra não rir.

Renato Aragão: Não, eles tinham que fazer tipo. Eles tinham que fazer tipo. Não podia rir. Eles queriam rir. Mas quando a gente falava uma coisa que eles achavam que não era pertinente para o momento da ditadura. “Opa! Essa não pode. Essa piada não pode.”

Pedro Bial: Na hora?

Renato Aragão: Na cara da gente...pô, que constrangimento. Como é que a gente ia cortar uma coisa que já veio cortada da censura. Era muito difícil. Muito difícil, Pedro. Agora você chega pro **politicamente correto** e você vai se esgueirando por aqui, fazendo como não ferir a ninguém. Nem o preto, nem o branco, nem o gordo, nem o magro, mas contra a política é difícil. (grifo nosso)

Mais que a produção de um efeito de pré-construído, a comparação entre a ditadura militar e o politicamente correto suscita, nesse último, um “efeito de realidade”, relacionada, em menor grau, segundo o humorista, com a da ditadura. É interessante notar que, para esse

¹¹⁸ **NA moral**. Rio de Janeiro: Globo, 13 set. 2013. Programa de televisão. Disponível em: <globoplay.globo.com/v/2821210/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

efeito se (re)produzir, alguns pré-construídos como o de que o politicamente correto é a nova etiqueta americana foi (deve ser) apagado da memória discursiva. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos: o pré-construído de que o politicamente correto é o novo macarthismo¹¹⁹ (“new McCarthyism”) ou o macarthismo da esquerda (“McCarthyism of the left”) foi apagado para que o sentido dominante de “political correctness” pudesse ser reproduzido. Sendo assim, pelo menos em relação ao estudo de uma fórmula, a produção dessas designações no momento de sua emergência e seu posterior apagamento parece atestar a propriedade dominante da fórmula, isto é, ao emergir, a fórmula provoca, por exemplo, a predicação de palavras de diversos campos discursivos que são usadas para lhe atribuir sentido(s): **nova etiqueta americana, new McCarthyism, McCarthyism of the left**, etc.

No campo discursivo “acadêmico-científico”, “political correctness”/“politicamente correto” também produz efeitos de evidência como no livro (em inglês e traduzido para o português) *Bem-vindo ao deserto do real* do filósofo e sociólogo esloveno Slavoj Žižek, no qual o autor aborda o 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Do livro, destaca-se o seguinte trecho:

A atitude **politicamente correta** característica é enfatizar, com sintomática insistência, que os ataques terroristas nada têm a ver com o verdadeiro Islã, uma grande e sublime religião – não seria mais apropriado reconhecer a resistência do Islã à modernização? (ZIZEK, 2011[2002], p. 162)(nosso grifo)

Para interpretar o trecho, deve-se levar em consideração que, nos Estados Unidos, o islã pode ser considerado uma religião minoritária e que, após 11 de setembro de 2001, houve esforços para distinguir a organização fundamentalista islâmica al-Qaeda (responsáveis pelos ataques terroristas) de outras vertentes do islã, muito provavelmente para que os muçulmanos estadunidenses não sofressem com retaliações (como de fato sofreram). Desse modo, o filósofo esloveno, considerando que essa atitude é politicamente correta, sugere que o islã de modo geral pode ter uma parcela de culpa, pois é resistente à modernização.

No campo acadêmico-científico, o efeito de pré-construído é tão forte que o “politicamente correto” se torna praticamente um conceito com que alguns escritores trabalham, fazendo com que eles monopolizem o uso do sintagma. Esse é o caso do filósofo

¹¹⁹ Segundo o dicionário Houaiss (2009), “prática política que se caracteriza pelo sectarismo, notadamente anticomunista, inspirada no movimento dirigido pelo senador Joseph Raymond McCarthy (1909-1957), durante os anos 1950, nos E.U.A.”

brasileiro Luís Felipe Pondé nos seus livros *Guia politicamente incorreto da filosofia* e *Guia politicamente incorreto do sexo*¹²⁰.

Os sintagmas estudados também podem aparecer no “campo discursivo musical”. Por exemplo, em língua inglesa, segundo os sites AZLyrics e MetroLyrics, há pelo menos trinta e cinco músicas em que figura o sintagma “politically correct” e três em que o sintagma “political correctness” ocorre. Além disso, o primeiro sintagma é o título de uma das músicas de trabalho (*single*) da banda de rock estadunidense SR-71 lançada em 2001 e há ainda o álbum de músicas intitulado *Politically End Correct* do cantor de rap Sy Ari Da Kid lançado em 2015.

Nesse campo, há certa recorrência dos sintagmas nos gêneros musicais rock, rap e country. Desse último gênero, uma das músicas mais conhecidas talvez seja a da cantora de country Shania Twain, *Man! I feel like a woman*¹²¹ em que se destaca a seguinte estrofe:

No inhibitions - make no conditions
Get a little outta line
I ain't gonna act **politically correct**
I only wanna have a good time¹²²
(TWIN; LANGE, 1997)(nosso grifo)

O sintagma “politically correct” parece reproduzir o sentido “estar de acordo com uma prática comum em uma determinada época”. Desse modo, o verso “I ain’t gonna act politically correct” pode ser interpretado como “eu não vou me comportar como a maioria das mulheres”, pois a intérprete (os autores da música) só quer se divertir (“I only wanna have a good time”).

Na música *White Privilege II* do cantor de rap Maklemore, encontram-se os seguintes versos: “So what the fuck has happened to my voice if I stay silent when black people are dying/Then I’m trying to be **politically correct**?”¹²³ Neles, a menção a “black people” permite

¹²⁰ Além dos dois livros de Pondé, há mais cinco livros de outros autores que fazem parte da série “guia politicamente incorreto” (*Guia politicamente incorreto da história do mundo*, *Guia politicamente incorreto do futebol*, *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, *Guia politicamente incorreto da economia brasileira*, *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República* e *Guia politicamente incorreto da América Latina*). O sintagma “politicamente incorreto” sendo derivado da fórmula “politicamente correto”, ao figurar nos títulos dos livros, testemunha também o caráter de referente social. Em relação ao seu sentido, “politicamente incorreto”, em oposição a uma das representações ligadas à fórmula, por exemplo, a censura, pode representar algo “sem censura”, “verdadeiro”.

¹²¹ A música fez parte da trilha sonora da novela brasileira *Laços de Família* (2000).

¹²² Sem inibições, não faço exigências/Saio um pouco fora da linha/Eu não vou agir politicamente correta/Eu só quero me divertir. (nossa tradução)

¹²³ Mas que porra acontece com a minha voz se eu ficar em silêncio enquanto os negros estão morrendo / Quer dizer que eu estou tentando ser politicamente correto? (nossa tradução)

identificar o sentido dominante (“estar de acordo com as minorias”) que é questionado, pois, como já dissemos, ele é percebido como negativo e, por meio da pergunta, o intérprete também põe em dúvida se a designação “politically correct” que outros provavelmente lhe atribuem é válida.

Já na música *Bully* do cantor de rap gospel (*Christian rap*) Da’ Truth, destacam-se os seguintes versos: “All this **political correctness**/We call it abomination/Y’all call it progressive/Can’t tell me that it’s natural/Two men that are in love/Stand up for holy matrimony”¹²⁴. Nesse trecho da música, a locução “two men that are in love”, ou seja, homossexuais, também permite depreender o sentido dominante do sintagma “political correctness”, que é rejeitado, pois o intérprete da música (o autor) o considera uma abominação.

No verso “I’m not **politically correct** ‘cause, bitch, I ain’t no politician” da música *Out do ya* do cantor de rap Gucci Mane, o sentido do sintagma em negrito, apesar de poder ser relacionado ao sentido primeiro (“estar de acordo com a constituição”), é de certa forma inédito em nosso *corpus*, pois dele depreende-se que ser politicamente correto corresponde a ser político. Pode-se chamar esse sentido de “subjetivo”, uma vez que ele não é a repetição de um sentido em uma série.

A análise das músicas revela que seus intérpretes e/ou autores rejeitam os sintagmas “politically correct” e “political correctness” com seu sentido dominante. O que muda de uma ocorrência para outra é o modo como o sintagma é interpretado, o que, por sua vez, parece estar relacionado a como o intérprete se percebe ou é percebido. Por exemplo, é interessante notar que na música do rapper Maklemore, que é branco e sensível à causa dos homossexuais¹²⁵ e dos negros (já que sua música *White Privelege II* denuncia o privilégio dos brancos), o sintagma “politically correct” faça referência aos negros e, nas músicas dos outros rappers, que são negros, o mesmo sintagma ou sua forma nominal faz referência aos homossexuais e aos políticos. Ou seja, parece que esses “deslocamentos de referentes” são uma espécie de fuga à resposta que a fórmula incita.

Segundo os sites *Vagalume* e *Letras* (do portal Terra), em português, há ocorrência de “politicamente correto” nos títulos de, pelo menos, cinco músicas e ocorrências de sintagmas derivados em quatro músicas (“Manifesto Politicamente Incorreto”, “Minha música

¹²⁴ Todo esse politicamente correto / Nós chamamos de abominação / Todos vocês chamam de progressista / Não podem me dizer que é natural / Dois homens que estão apaixonados / Queiram o santo matrimônio

¹²⁵ O músico abordou o tema da homossexualidade na música *Same Love* que obteve repercussão após seu vídeo ser premiado no Video Music Awards da MTV.

politicamente correta” e “Teoricamente correto”). Além disso, há ocorrências do sintagma “politicamente correto(a)” nas letras de pelo menos seis músicas. Assim como nos Estados Unidos, os sintagmas são recorrentes nos gêneros musicais rock, rap e música regional.

Na música *Comadre SERASA* do grupo gaúcho Garotos do Fandango, observa-se a seguinte estrofe:

Eu já tô loco de nojo dessas moda de hoje em dia
Tão saindo do armário, tchê, virou mania
Até os beijo de novela que antigamente era errado
Diz que agora é certo, hum, papo furado
Politicamente correto andam falando que é
Home casando com home e até muié com muié

É possível notar no trecho destacado a comparação entre duas épocas (“hoje em dia”/“agora” e “antigamente”). Sendo assim, apesar da menção aos homossexuais (“home casando com home e até muié com muié”), pode-se identificar o sintagma “politicamente correto” com o sentido “de acordo com uma prática comum em uma determinada época”. Desse modo, essa estrofe pode significar que, apesar de ser comum nos dias de hoje pessoas do mesmo sexo se casar, o autor da música não considera essa prática certa.

Já na música *Não vamos parar* do cantor de rap gospel DJ Alpiste, encontram-se os seguintes versos: “Eu quero ser o mais **politicamente correto**/Eu apenas distingo o errado do certo”. Em nossa análise, o sintagma “politicamente correto” nesse trecho, diferentemente da música anterior, tem um sentido positivo e é aceito. Devido a sua inscrição no campo religioso, pode-se supor que o sintagma esteja relacionado ao respeito com todos os demais.

Nos filmes, assim como no campo midiático, as ocorrências dos sintagmas estudados raramente são polêmicas, reproduzindo seu sentido dominante. Segundo o site *Subzin*, há 413 ocorrências dos sintagmas “politically correct” e “political correctness” em 343 filmes e episódios de séries. A primeira ocorrência figura no filme *I, Claudius* (1976) e a última ocorrência, na série *Through the wormhole*, no episódio *Are we all bigots?* (2015)¹²⁶.

Por exemplo, na série *The X Files* (*Arquivo X*), no episódio *Ghost in the machine* (1992), dentro de um prédio onde ocorreu uma morte, os agentes Dana e Fox (personagens principais), após entrarem no elevador e escutarem a mensagem “subindo” (“going up”), comentam:

¹²⁶ No Brasil, não há um site dos diálogos dos filmes brasileiros. No entanto, a maioria dos filmes e séries (em que o site estadunidense apontou as ocorrências) foi reproduzida no Brasil. Na análise, demos preferência a eles.

Agente Dana Katherine: Must be for the visually impaired.
Agente Fox William: How do you like that? A **politically correct** elevator.¹²⁷

No diálogo, o sintagma “politically correct” pode ser interpretado em seu sentido dominante (“estar de acordo com as minorias sociais”) como sugere a referência aos deficientes visuais (“visually impaired”). Sendo assim, pelo fato de uma mensagem gravada ser reproduzida avisando onde o elevador está, o que ajuda os deficientes visuais a se localizarem, implica na predicação do elevador como “politicamente correto”. Além disso, a predicação de “elevador” por “politically correct” sugere ironia, já que esse tipo de predicação não é tão comum.

Na série *Spin City*, no episódio *A river runs through me* (1998), um chefe indígena doa para o prefeito de Nova York uma tigela, pertencente a seu povo e encontrada nas escavações onde ele vai construir um cassino. No entanto, antes de ser repassado a um museu, o artefato se quebra e o prefeito pede que o chefe indígena volte à prefeitura onde é recebido pelo político e um de seus secretários:

Prefeito Randall Winston: I can't express how sorry we are. We know it's an ancient Indian artifact.
Secretário Carter Heywood: Indian American, sir.
Chief Phill: I'll be honest. I'm an Indian and I get tired of all this **political correctness**.¹²⁸

Ao se referir ao artefato com a palavra “Indian”, o prefeito é avisado por seu secretário de que a palavra “politicamente correta” seria “Indian American”. No entanto, o chefe indígena comenta que, apesar de ser (ou por ser) indígena, ele se cansa do politicamente correto. Desse modo, mesmo o enunciado do diálogo destacado não sendo autêntico (pois foi escrito por um roteirista), há a reprodução do pré-construído “os índios são politicamente corretos” do qual o personagem tenta se desvincular.

Já nos filmes *Nymphomaniac (Ninfomaníaca)* (2013) (Volumes I e II), em que um homem, Seligman, após encontrar uma mulher desacordada na rua, Joe, a leva para casa dele onde ela conta suas aventuras sexuais. Enquanto Joe se caracteriza como ninfomaníaca, Seligman diz ser virgem e assexual. O debate em torno do “politicamente correto” é iniciado

¹²⁷ Agente Dana Katherine: Deve ser para os deficientes visuais.

Agente Fox William: O que você acha disso? Um elevador politicamente correto. (nossa tradução)

¹²⁸ Prefeito Randall Winston: Eu não consigo expressar o quão tristes estamos. Sabemos que é um antigo artefato indígena.

Secretário Carter Heywood: Nativo americano, senhor.

Chefe Phill: Eu vou ser honesto. Eu sou um índio e eu fico cansado de todo esse politicamente correto. (nossa tradução)

quando Joe se refere a dois irmãos negros imigrantes com a palavra “negro”¹²⁹ e Seligman a adverte que a palavra não é “politicamente correta”. Em resumo, Joe considera que, assim como as pessoas, o politicamente correto é covarde e hipócrita, opinião da qual Seligman discorda. Nesse sentido, enquanto Joe seria “politicamente incorreto”, Seligman seria “politicamente correto”. Se levarmos em consideração que no final do filme, Seligman tenta fazer sexo com Joe enquanto ela dorme, podemos identificar o pré-construído de que os “politicamente corretos” são dissimulados. Na análise do sentido “estar de acordo com o partido comunista” foi possível depreender a dissimulação como uma representação dos comunistas. Sendo assim, a nossa hipótese de que a memória discursiva desse sentido foi deslocada para o sintagma “politicamente correto” com seu sentido dominante parece se confirmar.

No campo literário também é possível a ocorrência do sintagma “politicamente correto”. Por exemplo, no dia 02 de maio de 2014, no blog ZeneLPibral, a seguinte imagem é publicada com o título “Poesia Concreta: “Politicamente Correto?””:

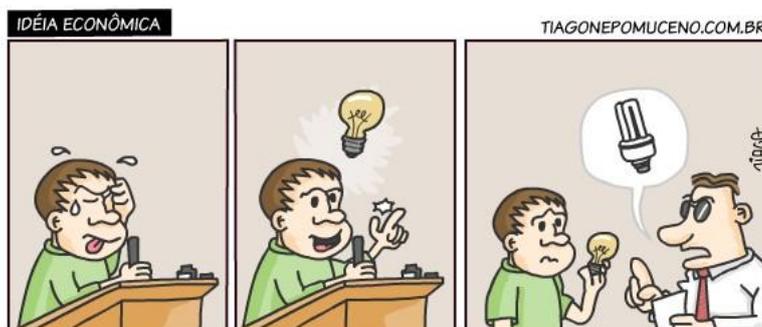


Levando em consideração que o título do poema é “Politicamente Correto?” e a única diferença entre o título e o poema propriamente dito é o acréscimo dos dois pontos e uma vírgula e adotando o procedimento normal de leitura da esquerda para a direita de cima para baixo, podemos supor que os espaços não preenchidos nas doze linhas que compõem o poema

¹²⁹ “Negro” assim como “nigger”, em inglês, geralmente são evitadas por serem consideradas ofensivas aos negros.

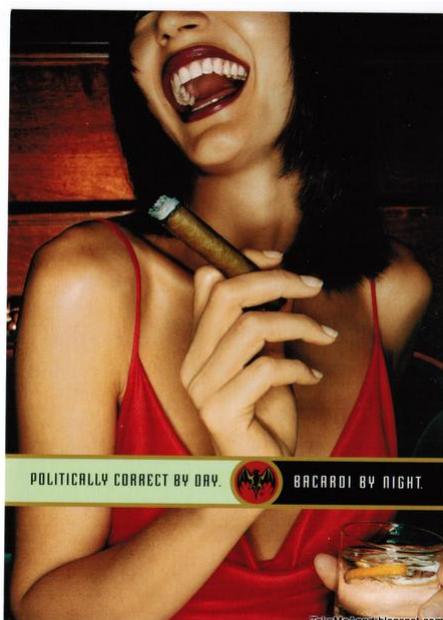
poderiam ser preenchidos pelas partes constituintes do sintagma do título, ou inversamente: originalmente, o poema consistiria de doze repetições de “POLITICAMENTE CORRETO?” cujas partes constituintes foram apagadas, produzindo o texto que se apresenta ao leitor. Dessa forma, à palavra “política” são adicionados dois pontos como se ela estivesse para ser definida. Em seguida, a possível definição de política, “mente” (que pode ser interpretada como a forma verbal conjugada na terceira pessoa do singular) é repetido onze vezes, sugerindo a recorrência dessa ação. E, finalmente, “correto?” pode ser interpretado como um pedido de confirmação (“não é?”) daquilo que se acabou de definir.

Além da materialização da fórmula em cadeias significantes verbais, é possível encontrar o uso da fórmula inclusive em outras materialidades discursivas como a imagem, confirmando o postulado de Krieg-Planque (2010, p. 81) que a noção de fórmula é discursiva e não somente linguística. Observe-se a imagem a seguir:



Na charge, a representação da lâmpada incandescente no segundo quadro e a sugestão de sua troca no último quadro pode fazer alusão ao fato de que, por durar mais, a lâmpada fluorescente poluiria menos o meio ambiente, sendo, portanto, “ecologicamente correta”. Nota-se aqui o funcionamento discursivo do politicamente correto, ou seja, a sugestão de troca da lâmpada considerada nociva ao meio ambiente por outra que seria menos nociva reativa uma memória relativa à “troca de palavras” do “politicamente correto”. Além disso, se levarmos em consideração que o título da charge é “Ideia econômica” e que o personagem repreendido é um homem branco (provavelmente) heterossexual (o suposto alvo das “minorias”), a charge pode se constituir como uma crítica às ideias do grupo que o personagem representa, ou seja, apesar de um suposto esforço para ser criativo e original (consideremos as gotas de suor do primeiro quadro), a ideia que surge é ultrapassada e ofende outros grupos sociais.

Do campo publicitário, pode-se citar como exemplo a seguinte propaganda da fabricante bebidas alcoólicas Bacardi, que circulou em revistas e jornais estadunidenses a partir de dezembro de 1999:



Enquanto no plano verbal da propaganda, instaura-se a oposição entre o dia e a noite (“by day” *versus* “by night”), no plano imagético, só é apresentada a noite, o que sugere que a mulher esteja em uma festa e segura um copo, certamente com alguma bebida da marca Bacardi (“Bacardi by night”). A isso, somam-se outros elementos: o charuto e o sorriso da mulher, ou seja, com essas associações, aquele(a) que vê a propaganda é levado(a) a supor que ao tomar Bacardi ele(a) poderá relaxar e se divertir. Inversamente, durante o dia, no cotidiano, ser politicamente correto(a) seria chato, pois, por exemplo, como os ambientalistas (politicamente corretos) conseguiram aprovar leis que evita(ria)m a poluição do ar e protege(ria)m a saúde dos seres humanos, não é permitido fumar em todos os lugares.

Outra campanha publicitária em que o sintagma “politically correct” ocorre é a do refrigerante *Diet Pepsi*¹³⁰ que circulou na televisão e no cinema a partir de maio de 2007. O texto da propaganda é reproduzido abaixo:

These days you have to be “politically correct”. For example, in a recent test more diet cola drinkers said Diet Pepsi has more cola taste than Diet Coke. That doesn’t mean you should say Diet Coke is stinky. Just say, it’s “cola deprived”. And don’t say Diet Coke has cooties. Say, compared to Diet Pepsi, it’s “cola taste challenged”. For those who think we’re being too harsh we offer our heartfelt “politically correct” apologies. Yeah, right.¹³¹

¹³⁰ Disponível em: <visualcomforts.com/project/diet-pepsi-politically-correct>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹³¹ Atualmente você tem que ser “politicamente correto”. Por exemplo, em uma pesquisa recente, mais consumidores de refrigerante de cola *diet* disseram que *Pepsi Diet* tem mais sabor de cola do que *Coca Diet*. Isso não significa que você deve dizer que a *Coca Diet* é fedorenta. Basta dizer, é “carente de cola”. E não diga que a

Ao citar uma pesquisa em que os consumidores de refrigerante diet teriam afirmado que a Pepsi Diet tem mais sabor de cola que a Coca Diet, instaura-se, na propaganda, uma diferença entre as marcas: a Pepsi seria superior (“a maioria”) e a Coca inferior (“a minoria”). Como, segundo o comercial, nos dias de hoje o “politicamente correto” se impõe, sugere-se que em vez de dizer que a Coca Diet é “stinky” ou “has cooties”, pode-se dizer que ela é “cola deprived” e “cola taste challenged”. No entanto, como no campo publicitário, um produto é promovido por uma empresa para que seu consumo aumente (e não o de seu concorrente), podemos dizer, então, que o comercial é irônico e que a apresentação de designações mais amenas para a suposta falta de sabor de cola da Coca Diet é, na verdade, um recurso para desqualificar esse último produto, chamando-o de fedorento e nojento. Além disso, como já foi visto na análise de outras ocorrências, as aspas em “politically correct” (que, no comercial, são inseridas pelo movimento dos dedos indicador e médio de duas mãos em volta do sintagma), segundo Authier-Revuz (1998, p. 21) são uma forma de heterogeneidade mostrada e marcada que pode ser interpretada como uma não coincidência entre o discurso consigo mesmo, isto é, “politically correct” é uma expressão que a Pepsi não usaria, mas que é imposta nos dias de hoje. Aliás, o aspeamento do sintagma é um indício da ironia do comercial, pois o sentido dominante do sintagma não é aceito, devendo ser colocado em dúvida por meio das aspas.

Em língua portuguesa, em 1995, a revista *Veja* publica em suas páginas sua própria propaganda (Anexo B) com o enunciado “Em jornalismo, não existe “politicamente correto”. Só existe “correto”” associado a uma fotografia de um lápis vermelho atingindo o centro de um alvo. Evocando, assim, o discurso jornalístico que geralmente se afirma como neutro e imparcial, a revista rejeita o sintagma “politicamente correto” por meio das aspas, asseverando que só existe “correto”, também aspeado, o que demonstra que a palavra também não é considerada adequada para nomear aquilo que, em jornalismo, é chamado de fatos, verdade.

Além do sintagma estudado, também podemos encontrar seus compostos em propagandas. Esse é o caso do comercial¹³² do carro Citroën C3 Pure Tech que começou a ser transmitido na televisão a partir de setembro de 2016. Segundo o comercial, o Citroën C3

Coca Diet dá sapinho. Diga, em comparação com *Pepsi Diet*, é “deficiente de gosto de cola”. Para aqueles que pensam que estamos sendo muito duros, oferecemos nossas mais sinceras desculpas “politicamente corretas”. É, tá bom. (nossa tradução)

¹³² Disponível em < [youtube.com/watch?v=mTniTechH7bQ](https://www.youtube.com/watch?v=mTniTechH7bQ)>. Acesso em: 29 mai. 2017.

Pure Tech tem “o motor mais econômico do país; nota máxima em economia (pelo INMETRO); até 32% mais econômico; revisão de um real por dia”, sendo classificado como “o compacto economicamente correto”. O uso desse último sintagma sugere que, além de gastar menos combustível, o carro também produz menos gases poluentes, ou seja, ele é ecologicamente correto que, por sua vez, também é um composto da fórmula.

O sintagma “politicamente correto” também pode ocorrer em campos discursivos improváveis como o da astrologia. No dia 29 de março de 1996, o jornal *Tribuna da Imprensa* publica a seguinte previsão¹³³ para o signo de Virgem:

VIRGEM (23/8 a 22/9) Regente: Mercúrio. Apesar de ser um simpatizante do “**politicamente correto**”, o virginiano deve lutar para vencer os preconceitos. É que hoje você pode ter momentos desconcertantes por causa disso.

Como pode ser depreendido da previsão, “ser um simpatizante do “politicamente correto”” pode significar que, apesar de ter preconceitos, o virginiano os dissimula e não os enfrenta e por isso ele deve lutar para vencê-los. Já o aspeamento do sintagma pode ser interpretado como uma não coincidência do discurso consigo mesmo, pois “politicamente correto” é uma locução que não é usada na astrologia. Ela é tomada de empréstimo de outro(s) campo(s) discursivo(s).

Outro critério para avaliar a notoriedade de um sintagma candidato ao estatuto de fórmula, segundo Krieg-Planque (2010, p. 93), é a sua produtividade lexicográfica, ou seja, a produção de derivados e compostos de uma fórmula consiste na aceitação de que ela é suficientemente conhecida para que a criação lexical seja admitida por um leitor-interlocutor.

Em 2008, o videoclipe¹³⁴ da música *Política mente, correto?*¹³⁵ do grupo de rap 1A+ é publicado no canal do *Youtube* de Dan Reis, diretor do vídeo. A música pode ser interpretada como um protesto contra a violência policial e a corrupção política. Além disso, a eleição é apresentada como enganação (“Política mente eu sei/Corretamente votei/No paralelo, no inferno me vi outra vez/O circo tá armado, personagens escalados”). O autor da música também parece apontar, por meio do refrão, uma solução anarquista (“Meu voto é nulo”) para

¹³³ HORÓSCOPO. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1996. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/154083_05/36108>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹³⁴ Disponível em: <youtube.com/watch?v=ZADqIGew5Z8> Acesso em: 29 mai. 2017.

¹³⁵ O nome da música aparece como *Política mente correto* em *blogs* de músicas de rap. O sintagma segmentado dessa forma sugere que a política mente de um modo correto, mas, levando em consideração a letra da música, acreditamos que o título do vídeo é mais adequado e por isso o analisaremos.

a situação: o fim do Estado (Político e política/Vai morrer!). De qualquer modo, aconselha-se “os velhos viciados em dinheiro que afundam o Brasil” que “gaste[m] a grana que rouba[m], mas guarde[m] pro seu[s] velório[s]”, indicando a morte como fim inevitável. Assim como no poema já analisado, o sintagma cristalizado “politicamente correto” é segmentado de modo que a primeira palavra se torna uma constatação (política mente) e a inserção da vírgula e do ponto de interrogação no título da música (correto?) indica um pedido de confirmação do interlocutor.

Já em outubro de 2010, no *Guia da Folha*, a peça intitulada *Politicamente ou correto?* do projeto humorístico *Terça Insana* é apresentada como um evento cultural na cidade de São Paulo. Em cartaz durante o período das eleições presidenciais, segundo a criadora do projeto¹³⁶, o título busca sugerir a impossibilidade de ser politicamente e correto ao mesmo tempo. Sendo assim, a política seria por si só negativa (imoral, incorreta) e o sintagma “politicamente correto” seria uma contradição.

No dia 18 de maio de 2012, a *Folha de S. Paulo* publica a coluna de Marcelo Coelho intitulada *Politicamente fascista*. O texto é sobre o pedido de desculpas do comediante Danilo Gentili que publicou uma piada sobre judeus no Twitter. Além disso, o colunista comenta uma apresentação do comediante no show intitulado *Politicamente incorreto* e afirma que o título do show é um rótulo que vende e que “[s]er “politicamente incorreto”, no Brasil de hoje, é um motivo de orgulho”. No entanto, o colunista considera que “[o] rótulo “politicamente incorreto” acaba sendo uma forma eufemística, bem educada e aceitável (isto é, “politicamente correta”) de se dizer reacionário, direitista e fascistoide”. Desse modo, o título da coluna sugere que “politicamente incorreto”, que, por si só, já é derivado formalmente da fórmula “politicamente correto”, deve ser entendido como “politicamente fascista” (outro derivado da fórmula).

Nas redes sociais, os compostos e derivados do sintagma são utilizados para nomear perfis. Por exemplo, há uma página no *Facebook* chamada *Gospelmente correto* que publica vídeos de músicas evangélicas, trechos da bíblia e notícias relacionadas ao evangelismo. Em inglês, há uma página *Politically erect* que critica o politicamente correto. No *Tumblr*, existe um perfil com o título *Sexualmente correto politicamente ereto*.

Um aspecto da fórmula “purification ethnique” que Krieg-Planque (2003, p. 421) nota e que consideramos poder ser um indício do caráter de referente social (apesar de a pesquisadora não ter dado consequência a ele na formalização do conceito) é a sua capacidade

¹³⁶ Disponível em: <[youtube.com/watch?v=Pvd2i5KYpYc](https://www.youtube.com/watch?v=Pvd2i5KYpYc)>. Acesso em: 29 mai. 2017.

de nomear diversos acontecimentos retrospectivamente, o que a pesquisadora chama de propagações retrospectivas (“propagations rétrospectives”), ou seja, quando uma fórmula faz remissão, *a posteriori*, a acontecimentos ocorridos antes de sua aparição.

Em nosso *corpus* podemos identificar tal capacidade na ocorrência do sintagma estudado em uma resenha sobre uma exposição de pinturas intitulada *War, Resistance and Politics: Dusseldorf Artists 1910-1945* publicada no jornal *The New York Times* no dia 23 de março de 1990. Na resenha, o autor observa que

The exhibition reflects the hunger for **political correctness** that has become such a factor in esthetic taste. At the end of the show, there is a sense that the Dusseldorf avant-garde, which is promoted as the subject of the show, was only interesting to the museum insofar as it produced artists whose progressive politics helped them appreciate the nightmare of the Jews.¹³⁷
(BRENSON, 1990)(nossos grifos)

No trecho, o resenhista afirma que o “politicamente correto” tem se tornado um fator importante no gosto estético (no início dos anos 1990, época em que os sintagmas já tinham se tornado fórmula) e sugere que a única razão pela qual o Museu Judaico de Nova York aceitou a exposição é a percepção de que os artistas da cidade alemã de Düsseldorf foram adeptos de uma política progressista e sensíveis ao sofrimento dos judeus na Alemanha nazista. Sendo assim, apesar de “political correctness” poder ser identificado com o sentido dominante, o referente que “autoriza” o uso do sintagma são “os judeus” e não “as mulheres”, os “negros” e “os homossexuais” (que, aliás, não são citados). Parece, então, que o resenhista considera que há uma relação análoga entre esses últimos grupos e o primeiro que o permite classificar a exibição de politicamente correta.

Já no Brasil, respondendo positivamente à pergunta “[O] Ocidente deve enviar tropas terrestres para combater o Estado Islâmico?” da seção *Tendências/Debates* da *Folha de S. Paulo* de 28 de novembro de 2015, um tenente-coronel do Exército argumenta que “a vitória do Ocidente na guerra contra o terror depende da derrota do seu inimigo interno: os dogmas do politicamente correto”. Ainda segundo o tenente-coronel,

Há mais de 2.000 anos, o estrategista chinês Sun Tzu identificou os cinco defeitos básicos de um líder durante a guerra: a precipitação, a hesitação, a

¹³⁷ A exposição reflete a fome pelo politicamente correto que se tornou um fator tão importante no gosto estético. No final da mostra, há uma sensação de que a vanguarda de Düsseldorf, que é promovida como tema da mostra, era apenas interessante para o museu na medida em que produziu artistas cuja política progressista os ajudou a serem sensíveis ao pesadelo dos judeus. (nossa tradução)

irascibilidade, a excessiva complacência e a preocupação com as aparências (o **politicamente correto** contemporâneo). De todos eles, este último é recorrente nos governantes ocidentais, zelosos em preservar a imagem pessoal junto à opinião pública. (PEREIRA, 2015)(nossos grifos)

Assim como a incisa permite interpretar, o autor da resposta sugere que a preocupação com as aparências, um dos defeitos básicos de um líder na guerra identificado por Sun Tzu há mais de 2000 anos na China, corresponde ao “politicamente correto contemporâneo”. Ou seja, Sun Tzu “prevê” que “o politicamente correto contemporâneo” é um defeito básico dos líderes ocidentais na guerra contra o terrorismo do Estado Islâmico.

2.5. Caráter polêmico

A quarta propriedade da fórmula é o seu caráter polêmico. Segundo Krieg-Planque, “o caráter polêmico da fórmula é indissociável do fato de que ela constitui um referente social: é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100). Ou seja, a fórmula é portadora de questões sociopolíticas, de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais e, por isso, põe em jogo vários aspectos da existência das pessoas, fazendo que os atores-locutores polemizem por uma descrição do real. As fórmulas, portanto, fazem parte da história.

Para a autora, as questões que as fórmulas trazem com elas são variadas do mesmo modo que as maneiras de os locutores responderem a elas também as são. A questão pode estar relacionada tanto ao fato de uma fórmula estar monopolizada por uma formação discursiva (FD) adversária (nesse caso, a medida seria apropriar-se dela, modificando ou a neutralizando por meio do procedimento da retorção) quanto ao fato de que a propriedade de uma fórmula que uma FD gostaria de reclamar como sua é reivindicada pela FD adversária.

Esses dois fatos puderam ser observados em estudos anteriores nossos (BELO, 2014)¹³⁸. O objetivo desse trabalho era analisar a polêmica que se instaura no documentário *O riso dos outros* (ARANTES, 2012), examinando, principalmente, os objetos de discurso¹³⁹ “humor”, “caricatura”, “piada”, “politicamente correto”, “patrulha” e “liberdade de expressão”, que circulavam em duas formações discursivas, materializadas nas inúmeras falas veiculadas pelo filme. Em síntese, para a primeira FD, a qual denominamos *FD a favor do*

¹³⁸ Aliás, foi a partir deles que surgiu a hipótese de que a expressão “politicamente correto” poderia ser uma fórmula.

¹³⁹ Objeto de discurso tomado na acepção de Sitri (1998 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 352).

humor sem limites, o humorista não é visto nem como formador de opinião, nem sendo responsabilizado sobre o que diz, tendo somente a função de divertir as pessoas. Já a *FD contra o humor sem limites* defende que o humorista tem responsabilidade sobre o que fala, pois as piadas (principalmente as caracterizadas como preconceituosas) representam a opinião de quem as faz.

No que diz respeito mais especificamente ao objeto de discurso “politicamente correto”, a *FD a favor do humor sem limites* atribui a ele sentidos negativos. Por exemplo, nessa *FD*, o objeto de discurso em questão pode caracterizar aquele(a) que considera inapropriado dizer “coisas que você faz pelo humor e faz pra rir mesmo”¹⁴⁰, ou seja, chato, sem senso de humor. Já na *FD contra o humor sem limites*, o objeto de discurso “politicamente correto” não tem o mesmo sentido. Notem-se os dois enunciados pertencentes a essa *FD* transcritos a seguir:

Ana Maria Gonçalves: A pessoa que quer contestar tudo isso, ela é colocada hoje em dia como alguém que é **careta**, né? E enquanto que é **realmente o contrário**, né? Eu acho que a gente deveria pensar nessa **inversão de sentidos** em que foi aplicada essas duas expressões, né? O “politicamente correto” e o “politicamente incorreto”. (grifos nossos)

Antônio Prata: Então, quando você faz uma piada “politicamente incorreta”, no sentido... quando você é racista, **‘cê não tá fazendo nada de transgressor**, nada de transgressor. Você ‘tá assinando embaixo da realidade. Você ‘tá falando assim: “O mundo é desigual e eu ‘tô rindo disso.” (grifos nossos)(ARANTES, 2012)

Para a *FD contra o humor sem limites*, “politicamente correta” é uma pessoa careta que faz piadas preconceituosas, pois, de acordo com o enunciado de Antônio Prata, ela não está fazendo nada de transgressor, mas agindo de acordo com (rindo de) uma realidade desigual (a de uma sociedade racista, por exemplo)¹⁴¹. Desse modo, a *FD contra o humor sem limites* refuta o sentido que a *FD a favor do humor sem limites* atribui a esse objeto de discurso, investindo essa expressão de outro sentido. Há, portanto, uma rejeição, por parte da *FD contra o humor sem limites*, da expressão “politicamente correto” e sua atribuição à *FD* antagonista.

¹⁴⁰ Nany People: “Nós vivemos num momento muito complicado. O tal do politicamente correto ‘tá dando nas cabeças já, né? Assim, é **muito chato** porque, assim, **tem coisas que você faz pelo humor e faz pra rir mesmo**.” (ARANTES, 2012) (grifos nossos)

¹⁴¹ Esse sentido pode ser identificado com aquele que depreendemos na análise do caráter discursivo da fórmula: “estar de acordo com uma prática comum em uma determinada época”.

A análise empreendida nesta pesquisa permite afirmar que nos diversos campos discursivos os sintagmas estudados investidos do sentido dominante são utilizados principalmente pelos discursos conservadores para designar os discursos progressistas ao mesmo tempo em que, inversamente, os primeiros se autodesignam como “politicamente incorretos”. Sendo assim, no caso da análise do documentário, a *FD a favor do humor sem limites*, que pode ser considerada um discurso conservador, monopoliza, nas palavras de Krieg-Planque, “politicamente incorreto”. Lançando mão do procedimento de retorção¹⁴², a *FD contra o humor sem limites* reivindica o sintagma “politicamente incorreto” (ou seja, que não está de acordo, por exemplo, com uma prática racista) para si ao mesmo tempo em que atribui a predicação “politicamente correto” (ou seja, que está de acordo com o racismo) à FD antagônica.

As discussões em torno dos limites do humor podem ser consideradas, portanto, efeitos dos dispositivos que controlam a circulação dos discursos no campo humorístico, que, segundo Possenti (2003, p. 105), podem ser mais ou menos institucionais. Por exemplo, enquanto os discursos conservadores reclamam seu direito de liberdade de expressão, os discursos progressistas defendem o direito de certos grupos sociais não serem discriminados, ou seja, ambos os posicionamentos recorrem a dispositivos do campo jurídico para regularem uns aos outros e é dessa forma que as polêmicas só giram em torno da “censura” ou da “discriminação”.

Krieg-Planque (2010, p.108) afirma que o caráter polêmico é, sobretudo, determinado pelos usos que são feitos das fórmulas, principalmente nas operações metadiscursivas opacificantes. Sendo assim, ao longo da análise dos outros três caracteres da fórmula foi possível observar que, antes mesmo do sintagma “politically correct” se tornar fórmula, seu uso já era polêmico como evidenciou, por exemplo, a modalização autonímica e a predicação na concorrência dos sentidos “democrático” e “soviético” e que essa polêmica, após os sintagmas em inglês e português se tornarem fórmulas, acirrou-se ainda mais.

2.6. Fórmulas, destacamento e *ethos*

Em virtude da extensão do nosso *corpus*, pudemos identificar algumas “constantes enunciativas” que fizeram surgir hipóteses que servem não só para explicar o modo como as fórmulas operam, mas também para produzir argumentos adicionais que sustentam a tese da existência de um caráter translinguístico das fórmulas discursivas.

¹⁴² Esse procedimento diz respeito à “refutação em que se faz com que os argumentos do adversário se voltem contra ele próprio” (HOUAISS, 2009)

Durante a seleção do *corpus* em jornais e revistas, foi possível perceber que parte das ocorrências dos sintagmas em questão se dava em enunciados destacados por meio do discurso direto, de ilhas textuais e de “olhos” de reportagens, entrevistas e artigos de opinião. Esse fato suscitou a hipótese de que o jornalista destaque enunciados que contenham esses sintagmas polêmicos, que são as fórmulas discursivas. Sendo assim, acreditamos que sua presença em enunciados destacados pode se constituir como um critério de destacabilidade.

Segundo Maingueneau (2013, p. 227), há alguns critérios que levam um enunciado a ser destacável em um texto, dentre eles “se o fragmento possui um valor generalizante” e “se sua enunciação mostra uma “amplificação” da figura do enunciador, que parece mais enfática, que mostra sua posição sobre um problema debatido”. Desse modo, se levarmos em consideração que afirmar ou negar uma fórmula corresponde a se posicionar em relação a pelo menos um dos lados de uma polêmica, podemos supor que a simples ocorrência de uma fórmula em um enunciado já atende aos critérios generalizante e enfático.

Por exemplo, no dia 24 de junho de 1990, o jornal *The New York Times* publica uma notícia¹⁴³ sobre a substituição de textos clássicos dos cursos de escrita para os alunos ingressantes na Universidade do Texas por casos judiciais relacionados aos direitos civis dos negros e deficientes. Na notícia, a fala do professor de inglês Alan Gribben, é destacada do jornal dos estudantes da universidade por meio do discurso direto:

“I cannot think of a more drastic change in curriculum from whatever perspective I look at it,” said Mr. Gribben, who has taught at the university for 17 years. “It forgoes all choice of materials for the graduate students. And you cannot tell me that students will not be inevitably graded on **politically correct** thinking in these classes.”¹⁴⁴ (grifos nossos)

Já no dia 28 de outubro de 1990, em uma coluna intitulada *The rising hegemony of the politically correct* (A crescente hegemonia dos politicamente corretos), na seção *Ideas and trends* (Ideias e tendências), publicada no jornal *The New York Times*, a fala do professor é retomada novamente por meio do discurso direto:

¹⁴³ A civil rights theme for a writing course. **The New York Times**, Nova York, 24 jun. 1990. Disponível em: <nytimes.com/1990/06/24/nyregion/a-civil-rights-theme-for-a-writing-course-campus-life-texas.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

¹⁴⁴ “Não consigo pensar em uma mudança mais drástica no currículo de qualquer perspectiva que eu olhe para ele”, disse o sr. Gribben, que ensina na universidade há 17 anos. “Ele dispensa toda a escolha de materiais pelos estudantes de pós-graduação. E você não pode me dizer que os alunos não serão inevitavelmente avaliados em relação ao pensamento politicamente correto nessas aulas.” (nossa tradução)

“You cannot tell me that students will not be inevitably graded on **politically correct** thinking in these classes,” Alan Gribben, a professor of English, said at the time the change was being discussed.¹⁴⁵ (BERNSTEIN, 1990)(grifos nossos)

Em um momento em que a frequência do uso dos sintagmas “politically correct” e “political correctness” estava aumentando em virtude dos embates entre conservadores e progressistas em diversas universidades, a fala do professor é retomada destacando-se somente o enunciado que contém o primeiro sintagma, o que significa atribuir-lhe um posicionamento nos embates. Além disso, o apagamento da conjunção “and” do enunciado original, que dá indício de que algo foi dito antes, contribui para que a fala do professor seja percebida como autônoma e suficiente.

Um exemplo contundente de que as fórmulas discursivas podem ser consideradas indício de destacabilidade é encontrado na revista *Veja* de 08 de fevereiro de 2012, mais especificamente em uma entrevista com Ivan Sartori, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Da entrevista destaca-se o seguinte “olho”:

“O juiz é obrigado a dar exemplo, ser **politicamente correto**. Não existe ‘jeitinho’ brasileiro para juiz. Qualquer pessoa pode experimentar um cigarro de maconha. Eu não posso, porque sou juiz.” (nossos grifos)

No entanto, a resposta transcrita de Sartori foi a seguinte:

Além disso, [o juiz] tem de ter retidão absoluta em sua conduta. Não pode existir “jeitinho” brasileiro para juiz. Qualquer pessoa pode experimentar um cigarro de maconha. Eu não posso, sou juiz. (SARTORI, 2012)

Da comparação entre os dois trechos, resultam: 1) o apagamento de “Além disso, tem de ter retidão absoluta em sua conduta.” e a inclusão, em seu lugar, de “O juiz é obrigado a dar exemplo, ser politicamente correto.”; 2) a mudança de modalização: de “Não **pode** existir “jeitinho” brasileiro para juiz.” para “Não existe ‘jeitinho’ brasileiro para juiz.”, ou seja, da possibilidade da não existência à certeza da não existência; 3) a adição de “porque” em “Eu não posso, [porque] sou juiz.”, explicitando uma justificativa. Mas o mais interessante é a ocorrência de “politicamente correto”, que não tem contrapartida no enunciado “original”.

¹⁴⁵ “Você não pode me dizer que os alunos não serão inevitavelmente avaliados em relação ao pensamento politicamente correto nessas aulas,” Alan Gribben, um professor de inglês, disse quando a mudança estava sendo discutida. (nossa tradução)

Sendo assim, seja lá quem for que fez essas modificações no enunciado “original”, deixando-o mais generalizante e enfático, incluiu a fórmula “politicamente correto”, na qual muito provavelmente foram vistas tais características. Ou seja, a fórmula, por ser dominante, chama a atenção, divide opiniões e merece lugar de destaque.

Já em relação ao ethos discursivo, pudemos concluir que, quando a fórmula “political correctness”/“politicamente correto” está investida de seu sentido dominante, a sua negação, por enunciadores do interior de discursos conservadores, é acompanhada de um ethos que chamaremos de sincero e a sua reformulação, por parte de enunciadores no interior de discursos progressistas, produz um ethos que chamaremos de altruísta.

Segundo Maingueneau (2008c, p. 18-19),

O ethos de um discurso resulta da interação de diversos fatores: ethos pré-discursivo, ethos discursivo (ethos *mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca a sua própria enunciação (ethos *dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. [...] O *ethos efetivo* construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias. (grifos do autor)

A seguir analisaremos quatro enunciados, dois em língua inglesa, dois em língua portuguesa, dois pertencentes aos discursos conservadores, dois pertencentes aos discursos progressistas, nos registros oral e escrito, de diferentes gêneros do discurso.

No dia 06 de agosto de 2015, o canal Fox transmitiu o debate¹⁴⁶ entre os candidatos republicanos à presidência dos Estados Unidos. Na primeira parte do debate, os candidatos respondem individualmente a perguntas diferentes feitas pelos moderadores (três âncoras do canal Fox News). Desse modo, a jornalista Megyn Kelly faz ao empresário Donald Trump, apesar das várias interrupções desse último, a seguinte pergunta:

Mr. Trump, one of the things people love about you is you speak your mind and you don't use a politician's filter. However, that is not without its downsides, in particular, when it comes to women. You've called women you don't like “fat pigs, dogs, slob, and disgusting animals”. [...] Your Twitter account has several disparaging comments about women's looks. You once told a contestant on *Celebrity Apprentice* it would be a pretty picture to see her on her knees. Does that sound to you like the temperament of a man we should elect as president, and how will you answer the charge

¹⁴⁶ **First Republican primary debate**. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=mL3WKWMnytk](https://www.youtube.com/watch?v=mL3WKWMnytk)>. Acesso em: 29 mai. 2017.

from Hillary Clinton, who was likely to be the Democratic nominee, that you are part of the war on women?¹⁴⁷

O candidato responde o seguinte:

The big problem this country has is being **politically correct**. I've been challenged by so many people and I don't frankly have time for total **political correctness**. And to be honest with you, this country doesn't have time either. This country is in big trouble. We don't win anymore. We lose to China, we lose to Mexico both in trade and at the border. We lose to everybody. Frankly what I say and oftentimes it's fun, it's kidding, we have a good time. What I say is what I say. And honestly, Megyn if you don't like it, I'm sorry. I've been very nice to you although I could probably not be based on the way you have treated me, but I wouldn't do that. But you know what? We, we need strength, we need energy, we need quickness and we need brain in this country to turn it around. That I can tell you right now.¹⁴⁸

No trecho, “political correctness” é rejeitado, pois Trump o considera “um grande problema” e “uma perda de tempo”. Sendo assim, o candidato, ao mencionar a fórmula, ameniza a acusação de ser preconceituoso contra as mulheres, pois o “politicamente correto” suscita exagero por parte dos progressistas. Além disso, a reiteração das expressões “frankly” (“francamente”), “to be honest with you” (“para ser honesto com você”), “honestly” (“honestamente”) sugere que seu enunciador busque manter uma imagem sincera de si, daquele que diz o que pensa, mesmo ofendendo alguém.

No dia 04 de julho de 2015, a *Folhinha* publica o seguinte texto:

¹⁴⁷ Sr. Trump, uma das coisas que as pessoas adoram em relação a você é que você fala o que pensa e não usa o filtro de um político. No entanto, isso tem suas desvantagens, em particular, quando se trata de mulheres. Você chamou mulheres de que você não gosta de “porcas gordas, cachorras, desleixadas e animais nojentos”. [...] Sua conta no Twitter tem vários comentários depreciativos sobre a aparência das mulheres. Você disse uma vez a uma concorrente no [programa] *Celebrity Apprentice* que seria uma bela visão vê-la de joelhos. Isso soa para você como o temperamento de um homem que devemos eleger como presidente, e como você responde à acusação de Hillary Clinton, que provavelmente será a candidata democrata, que você faz parte da guerra contra as mulheres?

¹⁴⁸ O grande problema que este país tem é ser politicamente correto. Eu fui desafiado por tantas pessoas e eu francamente não tenho tempo para o politicamente correto. E para ser honesto com você, este país também não tem tempo. Este país está encrencado. Nós não ganhamos mais. Perdemos para a China, perdemos para o México tanto no comércio quanto na fronteira. Perdemos para todos. Francamente, o que eu digo e muitas vezes é divertido, é brincadeira, nós nos divertimos. O que eu digo é o que eu digo. E, honestamente, Megyn, se você não gosta, me desculpe. Eu fui muito legal com você, embora eu provavelmente não deveria ser baseado na maneira como você me tratou, mas eu não faria isso. Mas quer saber? Nós precisamos de força, precisamos de energia, precisamos de rapidez e precisamos de cérebro neste país para transformá-lo. Isso eu posso te dizer agora. (nossa tradução)

IDEIAS... DO LUCAS

Politicamente correto deixa as coisas chatas

LUCAS PROTA CRIPPA, 10
COLUNISTA DA FOLHA

E se eu disser que a Chapeuzinho Vermelho morre no final? Ou que as irmãs da Cinderela cortaram o calcanhar para que o pé entrasse no sapatinho? E que um dos três porquinhos come o lobo mau!?!?

Desculpe se estraguei sua infância, mas as histórias desse jeito ficam muito mais emocionantes, né? Pois saiba que elas são as originais, mas foram modificadas, principalmente por produtoras de filmes como a Disney.

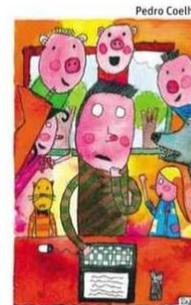
Na origem, as histórias eram mais para adultos do

que para crianças. Depois, mais crianças começaram a ler essas histórias e, com o surgimento dos filmes, as coisas tiveram que ficar com menos cenas trágicas.

Eu até entendo isso. Só que tudo ficou mais chato por causa do politicamente correto. Nem posso mais cantar a musiquinha do

“Atirei o Pau no Gato”. Agora ela tem que começar com “Não Atire o Pau no Gato”. Por que estragar a música? Até parece que alguém atiraria um pau no gato só por causa dela...

Tenho que confessar: até eu estou com medo. E se acham meu texto politicamente incorreto?



SEJA COLUNISTA DA "FOLHINHA" Envie um texto com mil caracteres para folhinha@uol.com.br, com nome, idade e "Ideias..." na linha de assunto; o colunista muda a cada mês

A peculiaridade da publicação é o fato de ela ser escrita por crianças e ter como público-alvo também as crianças. Dessa forma, o autor do texto apresenta as versões originais (“verdadeiras”) das histórias infantis que ele considera que sejam desconhecidas e choquem seus leitores (“Desculpe se estraguei sua infância,...”). No texto, a fórmula “politicamente correto” é rejeitada, pois ele “deixa as coisas chatas”. No entanto, o enunciador também tem medo que seu texto seja considerado politicamente incorreto. Desse modo, ele busca estabelecer ao mesmo tempo uma imagem de sincero (“Tenho que confessar:...”) e de inocente e frágil (“Nem posso mais cantar a musiquinha...”, “estou com medo”), explorando o ethos pre-discursivo de criança, que não poderia ser responsabilizada por seus possíveis preconceitos (de ser politicamente incorreta). De qualquer maneira, ao contar as versões originais das histórias infantis e mesmo que isso fira a sensibilidade de outras crianças, o ethos que emerge é de um enunciador de uma “sinceridade bruta”, assim como aquela de Donald Trump.

Já no dia 12 de janeiro de 2016, o presidente estadunidense Barack Obama profere o discurso sobre o estado da União¹⁴⁹ (feito anualmente, todo presidente deve apresentar um relatório do estado da nação e suas propostas legislativas para o ano). De sua fala, observa-se o seguinte trecho:

And that’s why we need to reject any politics — any politics that targets people because of race or religion.

Let me just say this. This isn’t a matter of **political correctness**. This is a matter of understanding just what it is that makes us strong. The world respects us not just for our arsenal, it respects us for our diversity and our openness and the way we respect every faith. His Holiness, Pope Francis, told this body from the very spot I’m standing on tonight that “to imitate the hatred and violence of tyrants and murderers is the best way to take their

¹⁴⁹ **2016 State of the Union Adress**. Disponível em: <youtube.com/watch?v=cCXSO-3mt5I>. Acesso em: 29 mai. 2017.

place.” When politicians insult Muslims, whether abroad, or fellow citizens, when a mosque is vandalized, or a kid is called names, that doesn’t make us safer. That’s not telling it what — telling it like it is, it’s just wrong. It diminishes us in the eyes of the world.¹⁵⁰

O presidente afirma que rejeitar qualquer política que atinja as pessoas por causa de raça ou religião não é uma questão do politicamente correto, mas uma questão de entender o que os tornam mais fortes: não só seu arsenal, mas também a diversidade, a abertura e o respeito por toda religião. Além disso, no que concerne à religião, para propor uma interpretação do enunciado, é necessário relevar que há muitas especulações sobre a religião de Obama (apesar de se apresentar como cristão, ele seria muçulmano, tendo sido visto também em igrejas evangélicas). Sendo assim, ao evocar o Papa Francisco (que “disse a este congresso do mesmo lugar onde eu estou de pé nesta noite...”) e ao citar as palavras do pontífice, o enunciador demonstra o respeito à diversidade religiosa, que ele consegue se colocar no lugar do outro, que ele é altruísta. Outro indício de “abnegação” do enunciador pode ser identificado no uso recorrente, ao longo do discurso, das formas da primeira pessoa do plural (“we”, “us”) e de construções como “let me”, que sugerem respeito e consideração ao seu interlocutor.

Finalmente, no dia 28 de abril de 2014, a *Folha de S. Paulo* publica a seguinte coluna do humorista Gregório Duvivier:

¹⁵⁰ E é por isso que precisamos rejeitar qualquer política - qualquer política que atinja as pessoas por causa de raça ou religião.

Deixe-me apenas dizer isso. Não se trata de uma questão do politicamente correto. Trata-se de compreender o que é que nos torna fortes. O mundo não nos respeita apenas pelo nosso arsenal, ele nos respeita pela nossa diversidade e pela nossa abertura e pela forma como respeitamos toda fé. Sua Santidade, o Papa Francisco, disse a este congresso do mesmo lugar onde eu estou de pé nesta noite que “imitar o ódio e a violência de tiranos e assassinos é a melhor maneira de tomar seu lugar”. Quando políticos insultam muçulmanos, sejam estrangeiros, ou concidadãos, quando uma mesquita é vandalizada, ou uma criança é ofendida, isso não nos torna mais seguros. Isso não diz o que - diz como é, é errado. Isso nos diminui aos olhos do mundo. (nossa tradução)

CARO GREGÓRIO-MAIS-VELHO, quem te escreve desse endereço do zipmail é o Gregório de 13 anos de idade. Quero muito ser você quando eu crescer, rrsrs. Falando sério: não queria que você se transformasse numa pessoa careta. Existe uma patrulha do politicamente correto que não para de crescer. Como eu quero que você seja comediante, eu acho que você tem que lutar contra essa hipocrisia do politicamente correto. Queria que você botasse o dedo na ferida e falasse umas verdades que ninguém tem coragem de dizer. Por exemplo, estou escrevendo um texto bom. Diz assim: todo o mundo pertence a uma minoria. A pessoa ou é negra ou parda ou deficiente ou gay ou mulher ou tudo junto (se for tudo junto é o Michael Jackson, hahaha). Eu, que sou homem, branco, heterossexual, ateu, acabo fazendo parte de uma minoria ínfima. Por que é que não fazemos o dia nacional da consciência branca,

hahaha? Ou a passeata do orgulho hétero, kkkkk? Por que toda feminista é feia, rrsrs? Bom, você já tem material para um stand-up.

Caro Gregório-mais-novo, eu virei aquilo que você mais odeia. Você ainda não sabe disso, mas você é reacionário. Só que você tem a sorte de conviver com pessoas progressistas. Isso é uma sorte. Mas é, também, uma falta de sorte (nisso a gente se parece: eu também não falo a palavra azar. Merda). Você confunde o mundo com as pessoas ao seu redor: artistas, feministas, humanistas, ativistas. Você acha que ser contra es-

Orgulho hétero

GREGORIO DUVIVIER

Mas é bom explicar uma coisa: minoria é um conceito político, e não demográfico

sas pessoas é ser contra a corrente. Más notícias (você talvez ache que são boas). O mundo, assim como você, é machista, racista e homofóbico. Não cabe aqui inserir números e gráficos que provam isso. E eu não quero encher sua caixa do zipmail, que lota tão rapidinho. Mas é bom explicar uma coisa: minoria é um conceito político, e não demográfico. O Senado tem 81 senadores dos quais ape-

nas um se declara negro ou pardo. Nenhum deles se declara gay. Gays são espancados todo dia por serem gays. Você acha que inventou o “Orgulho branco”, mas esse era o slogan da Ku Klux Klan. Suas piadas são mais velhas que o mundo. Ouve o Milôr, de quem você gosta tanto: “Uma coisa é ser o rei dos palhaços, outra é ser o palhaço dos reis”. Quanto às mulheres: você não vai pegar ninguém sendo machista. Você reclama que as mulheres não gostam de você, mas você parece que não gosta delas. Lê um pouco sobre feminismo antes de odiar o feminismo. Ah, e pare de usar onomatopeias de risada.

A coluna se constrói como a correspondência de e-mails entre o Gregório-mais-novo e o Gregório-mais-velho. Na primeira mensagem, o “Gregório de 13 anos” pede à sua versão mais velha que ele não seja, no futuro, politicamente correto (“careta”, “hipócrite”). No entanto, esse último, por sua vez, responde dizendo que ele se tornou o que o Gregório-mais-novo mais odeia (“politicamente correto”). É interessante notar que na segunda mensagem não há a ocorrência da fórmula. Ou seja, houve uma reformulação do sintagma, pois, apesar de eles estarem falando da “mesma coisa” e serem “a mesma” pessoa, eles se referem a ela de modo diferente. O Gregório-mais-velho ressalta que sua versão mais nova não é original quanto pensa e que os grupos aos quais ele é contra sofrem realmente com a violência. Desse modo, o colunista, ao expor e criticar seus antigos preconceitos, demonstra não só que seu antigo ponto de vista é infantil e injusto, como também ele é altruísta ao não fazer piadas com aqueles que já sofrem com a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos sentidos das ocorrências dos sintagmas “politically correct” e “politicamente correto” (e suas variantes morfossintáticas) em língua inglesa e em língua portuguesa nos diversos campos discursivos permite afirmar que não só os dois sintagmas são fórmulas discursivas, mas também que elas têm um caráter translinguístico, pois dizem respeito a “estados de coisas semelhantes”, fazem referência aos “mesmos” grupos sociais, estão relacionadas direta ou indiretamente aos mesmos acontecimentos históricos e/ou discursivos. Ou seja, com exceção do terceiro sentido, que faz referência especificamente aos movimentos pelos direitos civis das mulheres, dos negros e dos homossexuais (que se desenvolveram mais fortemente nos Estados Unidos), os demais sentidos são produzidos tanto em língua inglesa quanto em língua portuguesa: o primeiro sentido (“estar de acordo com a Consituição”) geralmente tem o sentido positivo e é produzido principalmente no campo político; o segundo sentido (“estar de acordo com a ditadura/o partido comunista”) geralmente é negativo quando figuram em discursos “democráticos”; o quarto sentido (“estar de acordo com uma prática em determinada época”) é mais recente e aparentemente pode aparecer em qualquer campo discursivo. O sentido dominante (“estar de acordo com as minorias”) é reproduzido principalmente nos discursos conservadores. É provável que esse sentido tenha “passado” da língua inglesa para a língua portuguesa principalmente por meio de jornais, revistas, filmes e séries. Além disso, os sintagmas em questão, na predicação das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos imigrantes (ou estrangeiros), dos indígenas, dos ambientalistas e dos deficientes, podem ser interpretados como efeito de sustentação e produzir efeito de pré-construído, tanto nos discursos conservadores, como nos discursos progressistas. Isso faz com que esses grupos sociais, enquanto referentes, se tornem catalizadores, nos campos discursivos, não só da fórmula, mas também de polêmicas.

Sendo assim, os discursos conservadores, lançando mão desses sintagmas que são percebidos negativamente e identificados como exagero, chatice e dissimulação, para se referirem aos discursos progressistas nos diversos campos discursivos produzem a partir desses últimos e, pelo fato mesmo da dominância das fórmulas discursivas, impõem um simulacro. Isso significa que elas buscam tornar aceitável, por exemplo, que seja exagero utilizar as autodenominações que “as minorias” propõem, que seja falta de senso de humor não rir de piadas que sejam consideradas preconceituosas por “essas minorias” e que elas, por trás dessas práticas de “censura”, estejam unidas em torno de propósitos comuns

inconfessáveis: destruir a literatura, o humor, o cinema; desvirtuar a interpretação da história; conquistar mais “privilégios”; implantar uma “ditadura do politicamente correto”.

Assim como o *Estado Totalitario* italiano tornou aceitável, na Alemanha, o holocausto; *xenophobie* incitou os partidários anti-estrangeiros na Suíça a se defenderem da acusação de serem preconceituosos, colocando em xeque a discussão sobre uma “superpopulação estrangeira”; e *purification ethnique* responsabilizou os nacionalistas sérvios de terem teorizado e praticado uma purificação étnica contra os bósnios muçulmanos durante a guerra da ex-Iugoslávia, entendemos que “politically correct” e “politicamente correto” tentem deslegitimar, nos Estados Unidos e no Brasil, as conquistas de direitos recentes de grupos sociais que há menos de um século não tinham direito efetivo ao sufrágio.

Desse modo, portanto, consideramos que os sintagmas “politically correct” e “politicamente correto” não são úteis para descrever o funcionamento discursivo dos discursos progressistas, pois eles reproduzem efeitos de pré-construído dos discursos conservadores, o que, para um analista, significa se posicionar em favor desses últimos.

Já as hipóteses de que a ocorrência de uma fórmula em enunciados destacados pode ser considerada um critério de destacamento e a de que a negação ou a reformulação de uma fórmula está relacionada com a manutenção de ethe específicos para discursos antagônicos, apesar de confirmarem a tese da existência de um caráter translinguístico das fórmulas discursivas, devem ser testadas em outros *corpora* para terem sua validade atestada.

REFERÊNCIAS

Referências teóricas

AGOSTINHO. **A cidade de Deus**: contra os pagãos, parte II: livro XI a XXII. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

_____. De O capital à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, L.; RANCIERE, J.; MACHEREY, P. **Ler O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 1 v.

ARANTES, Pedro. **O riso dos outros**. 2012. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=uVyKY_qgd54](https://www.youtube.com/watch?v=uVyKY_qgd54)>. Acesso em: 29 mai. 2017.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 19, pp. 25-42, dez. 1990.

_____. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

BELO, J. F. Análise discursiva da polêmica no documentário O riso dos outros. In: **V Colóquio da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso**, 2014, São Carlos. Trabalhos Completos ALED Brasil. São Carlos: UFSCar, 2014. v. 1. Disponível em:

<revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/view/40/35>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição (1824). Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso: 29 mai. 2017.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, EdUFSCar, 2009.

_____. A proibição das palavras: a reescritura dos manuais escolares nos Estados Unidos. In: **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Clara Luz, 2006.

FAIRCLOUGH, N. “Political Correctness’: the Politics of Culture and Language.” **Discourse & Society**, Londres, vol. 14, n. 1, 2003.

FAYE, J.-P. **Introdução às linguagens totalitárias**: teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FIALA, P. Cristalização. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FIALA, P. Fórmula. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FIALA, P. ; BOUTET, J. ; EBEL, M. Relations paraphrastiques et construction sociale du sens. Analyse d'une formule dans les discours xénophobes. **Modèles linguistiques**, Lille, tomo IV, fasc. 1, 1982, p. 39-79.

FOUCAULT, M. Retornar à história. In: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. (Ditos & escritos, II).

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso**: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 43-64, jul./dez. 1990.

_____. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**: vol. 1: as bases conceituais. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KEYSSAR, Alexander. **The right to vote**: the contested history of democracy in the United States. Nova York : Basic Books, 2000.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **Purification ethnique**: une formule et son histoire. Paris: CNRS Editions, 2003.

_____. **A noção de "fórmula" em análise do discurso**. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Fórmulas e lugares discursivos: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, A.R. & SALGADO, L. (org) **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo, SP: Pontes, 1997.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008c.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MILNER, J-C. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PAIVA, M. A. P. **Direito político do sufrágio no Brasil**: (1822-1982). Brasília: Thesaurus, 1985.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969].

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

_____. Introduction. **Langages**. Paris, n. 37, 1975.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999 [1983].

POSSENTI, S.. Limites do humor. In: **Letras** (Santa Maria), Santa Maria (RS), v. 26, p. 103-110, 2003.

_____. Durações históricas e sua relação com público e privado. In: LARA, G. P. ; LIMBERTI, R. P. (org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo, Contexto, 2015, p. 49-60.

PUECH, C.; RADZYNSKI, A. La langue comme fait social: fonction d'une évidence. **Langages**, Paris, n. 49, 1978.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012a.

_____. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012b.

Referências do arquivo

A civil rights theme for a writing course. **The New York Times**, Nova York, 24 jun. 1990.

Disponível em: <nytimes.com/1990/06/24/nyregion/a-civil-rights-theme-for-a-writing-course-campus-life-texas.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ANNIVERSARY of Hiroshima and Nagasaki revives debate over the atomic bomb . **The New York Times**, Nova York, 05 ago. 2015.

Disponível em: <nytimes.com/2015/08/06/world/asia/did-us-have-to-drop-atomic-bombs-on-hiroshima-and-nagasaki.html?_r=0>. Acesso em: 20 mai. 2017.

A RIVER RUNS THROUGH ME. Spin city. Disponível em: <subzin.com/quotes/S40872934e/Spin+City/A+River+Runs+Through+Me/OF+ALL+THIS+POLITICAL+CORRECTNESS>. Acesso em: 29 mai. 2017.

AS culpas do sr. Dutra. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 jun. 1950. Disponível em: <memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pagfis=3071>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ASSEMBLÉA Geral. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 10 mai. 1884. Disponível em: <memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_07&PagFis=10331&Pesq=>>.

Acesso em: 29 mai. 2017.

AUGUSTO, S. PC ou não PC, eis a questão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mar. 1992.

Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/03/15/72/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

AULETE Digital. Disponível em: <aulete.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BAKER, D. Supreme & P.C. Court. **The New York Times**, Nova York, 03 ago. 1991.

Disponível em: <nytimes.com/1991/08/03/opinion/observer-supreme-pc-court.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BARRETT, R. Pressuring perdue. **The New York Times**, Nova York, 24 dez. 1989.

Disponível em: <nytimes.com/1989/12/24/magazine/l-pressuring-perdue-126989.html>.

Acesso em: 29 mai. 2017.

BERNSTEIN, R. The rising hegemony of the politically correct. **The New York Times**, Nova York, 28 out. 1990. Disponível em: <nytimes.com/1990/10/28/weekinreview/ideas-trends-the-rising-hegemony-of-the-politically-correct.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

_____. Youthspeak. **The New York Times**, Nova York, 11 dez. 1988. Disponível em: <nytimes.com/1988/12/11/magazine/on-language-youthspeak.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BIRCHALL, F. T. Personal liberty vanishes in Reich. **The New York Times**, Nova York, 31 dez. 1934. Disponível em: <query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9E0DE4DF1F3CE23ABC4950DFB467838F629EDE&legacy=true>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BLACK, D. The callings. **The New York Times**, Nova York, 11 mai. 1986. Disponível em: <nytimes.com/1986/05/11/magazine/the-callings.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL, B. **A Revolução Pacífica**. 05 ago. 2014. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-revolucao-pacifica/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRENSON, M. Avant-Garde Dusseldorf in tumult and in horror. **The New York Times**, Nova York, 23 mar. 1990. Disponível em: <nytimes.com/1990/03/23/arts/review-art-avant-garde-dusseldorf-in-tumult-and-in-horror.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRUSH, S. Cher: Yes? No? (Check only one). **The New York Times**, Nova York, 20 mar. 1988. Disponível em: <nytimes.com/1988/03/20/arts/cher-yes-no-check-only-one.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BUSH, G. Remarks at the University of Michigan Commencement Ceremony in Ann Arbor. 04 mai. 1991. Disponível em: <presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=19546>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CALLS Wilson Dictator. **The New York Times**, Nova York, 13 mai. 1917. Disponível em: <query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9C0CE1DD123AE433A25750C1A9639C946696D6CF>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CAMBRIDGE Dictionary. Disponível em: <dictionary.cambridge.org/us/>. Acesso em: 29 mai. 2017

CAMPOS, R. É difícil amar o próximo. **Veja**. São Paulo, 05 ago. 1998. Disponível em: <acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32972?page=22§ion=1>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CARELLI, W. ‘Politicamente correto’ chega ao Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/07/28/15/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CARMINES, A. ‘Politics is not Art’. **The New York Times**, Nova York, 29 jul. 1973. Disponível em: <nytimes.com/1973/07/29/archives/drama-mailbag-politics-is-not-art.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CHEGOU o C3 com o novo motor PureTech. Disponível em <youtube.com/watch?v=mTniTech7bQ>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CHRISMAN, R. Black prisoners, white law. **The Black Scholar**. v. 2, n. 8/9, p. 44-46, abr./mai. 1971.

COELHO, M. Politicamente fascista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/05/18/21/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

COENEN, D. T. Chisholm v. Georgia (1793). In: **New Georgia Encyclopedia**. Disponível em: <georgiaencyclopedia.org/articles/government-politics/chisholm-v-georgia-1793>. Acesso em: 26 nov. de 2016.

COLLINS English Dictionary. Disponível em: <collinsdictionary.com>. Acesso em: 29 mai. 2017.

COMO ser politicamente correto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/07/23/5/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

CRIPPA, L. P. Politicamente correto deixa as coisas chatas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 jul. 2015. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/07/04/32/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

DANIEL, C. Dilemma plagues writers in soviet. **The New York Times**, Nova York, 03 jan. 1955. Disponível em: <nytimes.com/1955/01/03/archives/dilemma-plagues-writers-in-soviet-it-is-how-to-adhere-to-party-line.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

DAVIS, R.; DOTSON, X. **Out do ya**. Disponível em: <metrolyrics.com/out-do-ya-lyrics-gucci-mane.html>; Acesso em: 29 mai. 2017.

DICTIONARY of American History. Disponível em: <encyclopedia.com/social-sciences-and-law/sociology-and-social-reform/sociology-general-terms-and-concepts/political#1G23401803309>. Acesso em; 29 mai. 2017

DIET PEPSI. Disponível em: <visualcomforts.com/project/diet-pepsi-politically-correct>. Acesso em: 29 mai. 2017.

DOWD, M. Eyeball to eyeball, and Dukakis blinks. **The New York Times**, Nova York, 22 set. 1988. Disponível em: <nytimes.com/1988/09/22/us/campaign-trail-eyeball-to-eyeball-and-dukakis-blinks.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

DUVIVIER, G. Orgulho hétero. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2014. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/04/28/21/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. **Alexander Chisholm, Executors v. Georgia** (2 U.S. 419). Apelante: Alexander Chisholm. Apelado: Estado da Georgia. Washington, 18 de fevereiro de 1793. Disponível em: <caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/2/419.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRANCIS, P. Diário da Corte. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 04 nov. 1991. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/154083_05/10445>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FRASER, C. G. Black prisoners embrace new view of themselves as political victims. **The New York Times**, Nova York, 16 set. 1971. Disponível em: <nytimes.com/1971/09/16/archives/black-prisoners-embrace-new-view-of-themselves-as-political-victims.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FROM the Pacific Coast. **The New York Times**, Nova York, 19 dez. 1875. Disponível em: <query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9D0CE3DB1030EF34BC4152DFB467838E669FDE>. Acesso em: 29 mai. 2017.

GHOST IN THE MACHINE. **The X-files**. Disponível em: <subzin.com/quotes/S43843af6d/The+X+Files/Ghost+in+the+Machine/How+about+that%3F+A+politically+correct+elevator.>. Acesso em: 29 mai. 2017.

GOTTARDO, R. **Comadre SERASA**. Disponível em: <letras.mus.br/garotos-do-fandango/comadre-serasa/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

GOTTLIEB, A. Let's fall in love. **The New York Times**, Nova York, 14 abr. 1974. Disponível em: <nytimes.com/1974/04/14/archives/lets-fall-in-love-by-carol-hill-268-pp-new-york-randomhouse-595.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

GUIA para presentear as vítimas do estilo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 dez. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/12/22/73/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HORÓSCOPO. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1996. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/154083_05/36108>. Acesso em: 29 mai. 2017.

INTERNATIONAL Encyclopedia of the Social Sciences. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com/social-sciences-and-law/sociology-and-social-reform/sociology-general-terms-and-concepts/political#1G23045301966>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

JARDIM, L. A estrela da campanha do PT. **Veja**, São Paulo, 16 ago. 2006. Disponível em: <acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32516?page=44§ion=1> Acesso em: 29 mai. 2017.

KHRUSHCHEV, N. Text of Speech on Stalin by Khrushchev as Released by the State Department. **The New York Times**, Nova York, 05 jun. 1956. Disponível em: <nytimes.com/1956/06/05/archives/text-of-speech-on-stalin-by-khrushchev-as-released-by-the-state.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

LAMBERT, S.; PEEBLES, C. **Bully**. Disponível em: <azlyrics.com/lyrics/datruth/bully.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

LAUD Greek Premier. **The New York Times**, Nova York, 06 jul. 1917. Disponível em: <query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9502E6DC133BE03ABC4E53DFB166838C609EDE>. Acesso em: 29 mai. 2017.

LAW professors speak. **The New York Times**, Nova York, 06 mai. 1959. Disponível em: <nytimes.com/1959/05/06/archives/law-professors-speak.html?_r=1>. Acesso em: 29 mai. 2017.

LEWIS, R.; HAGGERTY, B.; REYNOLDS, G. L.; GRIFFIN, L. **White privilege II**. Disponível em: <metrolyrics.com/white-privilege-ii-lyrics-macklemore-ryan-lewis.html> Acesso em: 29 mai. 2017.

LONGMAN Dictionary of Contemporary English Online. Disponível em: <ldoceonline.com>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MAURÍCIO, J. Prossegue a “polêmica” estética na URSS. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 16 de jan. 1963. Disponível em: <memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=36230>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MCFADDEN, R. D. Political correctness: new bias test?. **The New York Times**, Nova York, 05 mai. 1991. Disponível em: <nytimes.com/1991/05/05/us/political-correctness-new-bias-test.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MERRIAM-Webster Dictionary. Disponível em: <merriam-webster.com>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MOURA, C. B. de. O projecto do estado servil do sr. conselheiro Manoel de Souza é «só seu». **A Patria**, Rio de Janeiro, 02 dez. 1884. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/830330/13356>. Acesso em: 29 mai. 2017.

NA moral. Rio de Janeiro: Globo, 13 set. 2013. Programa de televisão. Disponível em: <globoplay.globo.com/v/2821210/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

NÃO vamos parar. Disponível em: <letras.mus.br/dj-alpiste/836847>. Acesso em: 29 mai. 2017.

NASCIMENTO, V. **20 verdades que meninos gays querem contar para mulheres heterossexuais**. Disponível em: <buzzfeed.com/victornascimento/meninos-gays-querem-falar-para-mulheres?utm_term=.paP1arDwk&bffbrazil#.txpDE7JjB>. Acesso em: 02 jun. 2017.

NEPOMUCENO, Tiago. Idéia econômica. Disponível em: <ilustradores.ning.com/photo/ideia-economica>. Acesso em: 29 mai. 2017.

NYMPHOMANIAC. Disponível em: <www.subzin.com/quotes/M82040a0ca/Nymphomaniac%3A+Vol.+II/It%27s+not+what+you+call+politically+correct.>. Acesso em: 29 mai. 2017.

OXFORD Dictionaries. Disponível em: <en.oxforddictionaries.com>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PÂNICO no rádio. São Paulo: Jovem Pan, 28 jun. 2016. Programa de rádio. Disponível em: <youtube.com/watch?v=4IZBf_SHUU0>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PARA Meneguelli, roteiro da Folha é politicamente correto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 fev. 1992. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/02/14/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PEREIRA, D. L. Dogmas do politicamente correto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 nov. 2015. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/11/28/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PERRY, R. J. ‘Politically correct’: a handy enemy. **The New York Times**, Nova York, 27 mai. 1991. Disponível em: <nytimes.com/1991/05/27/opinion/l-politically-correct-a-handly-enemy-880391.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PFANN, P. Você sabe o que é ser politicamente correto?. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1991. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/154083_05/9238>. Acesso em: 29 mai. 2017.

Poesia Concreta: “Politicamente Correto?”. Disponível em: <zenelpibral.blogspot.com.br/2014/05/poesia-concreta-politicamente-correto.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICAMENTE correto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 mai. 1996. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1996/05/16/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICAMENTE correto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 1997. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1997/06/12/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICAMENTE correto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jul. 1999. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1999/07/28/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICAMENTE correto 1. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 fev. 1998. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1998/02/14/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICAMENTE correto 2. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 fev. 1998. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1998/02/14/2/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICAMENTE ou correto. Disponível em: <youtube.com/watch?v=Pvd2i5KYpYc>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PORTER, R. Budenz sees reds politburo puppets. **The New York Times**, Nova York, 05 abr. 1949. Disponível em: <query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9F03E3DA133CE23BBC4D53DFB2668382659EDE&legacy=true>. Acesso em: 29 mai. 2017.

POLITICALLY CORRECT BY DAY. Bacardi by night. Disponível em: <takeapart.blogspot.com.br/2009/08/mx-racks-bacardi-1.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

REIS, Dan. **Política mente, correto?**. Disponível em: <youtube.com/watch?v=ZADqlGew5Z8> Acesso em: 29 mai. 2017.

RIBEIRO, R. J. Aqui não tem PC. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 mar. 1992. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/03/29/21/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ROSENTHAL, A. M. Suicide on the fourth. **The New York Times**, Nova York, 5 jul. 1990. Disponível em: <nytimes.com/1991/07/05/opinion/on-my-mind-suicide-on-the-fourth.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

SAFIRE, W. Linguistically Correct. **The New York Times**, Nova York, 05 mai. 1991. Disponível em: <nytimes.com/1991/05/05/magazine/on-language-linguistically-correct.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

SARTORI, I. “99% dos juízes são sérios”: depoimento. 08 fev. 2012. São Paulo: **Revista Veja**. Entrevista concedida a Laura Diniz.

SCHWARTZ, H. Moscow rewrites biography. **The New York Times**, Nova York, 28 nov. 1954. Disponível em: <nytimes.com/1954/11/28/archives/moscow-rewrites-biography.html>. Acesso em: Acesso em: 29 mai. 2017.

SELIGMAN, F. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4 mai. 2012. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/05/04/15/>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SILVA, C. E. L. Boris Ieltsin e Gorbachev dão show na TV. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 7 set. 1991. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/09/07/5/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

SMITH, S. H. Debate on the passage of the bill for raising an additional military force. **The National intelligencer and Washington advertiser**, Washington, 08 jun. 1808. Disponível em: <chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83045242/1808-06-08/ed-1/seq-1/> Acesso em: 29 mai. 2017.

SOARES, L. E. Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso. In: **Filosofia analítica, pragmatismo e ciência**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

SONTAG, D. Canonizing a slave: saint or Uncle Tom?. **The New York Times**, Nova York, 23 fev. 1992. Disponível em: <nytimes.com/1992/02/23/nyregion/canonizing-a-slave-saint-or-uncle-tom.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

TANENHAUS, S. P.C. 101. **The New York Times**, Nova York, 8 nov. 1998. Disponível em: <nytimes.com/1998/11/08/books/pc-101.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

THE fitter parent. **The New York Times**, Nova York, 19 fev. 1982. Disponível em: <nytimes.com/1982/02/19/opinion/the-fitter-parent.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

TERÇA INSANA: Politicamente ou correto?. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/10/22/31/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

THE fitter parent. **The New York Times**, Nova York, 19 fev. 1982. Disponível em: <nytimes.com/1982/02/19/opinion/the-fitter-parent.html> Acesso em: 29 mai. 2017.

TWAIN, S.; LANGE. **Man! I feel like a woman**. Disponível em: <vagalume.com.br/shania-twain/man-i-feel-like-a-woman.html> Acesso em: 29 mai. 2017.

UNDERWEAR tem bolso para preservativo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 22 mar. 1998. Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/fsp/1998/03/22/73/>. Acesso em: 29 mai. 2017.

VEJA. Disponível em: <acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33138?page=122§ion=1>. Acesso em: 29 mai. 2017.

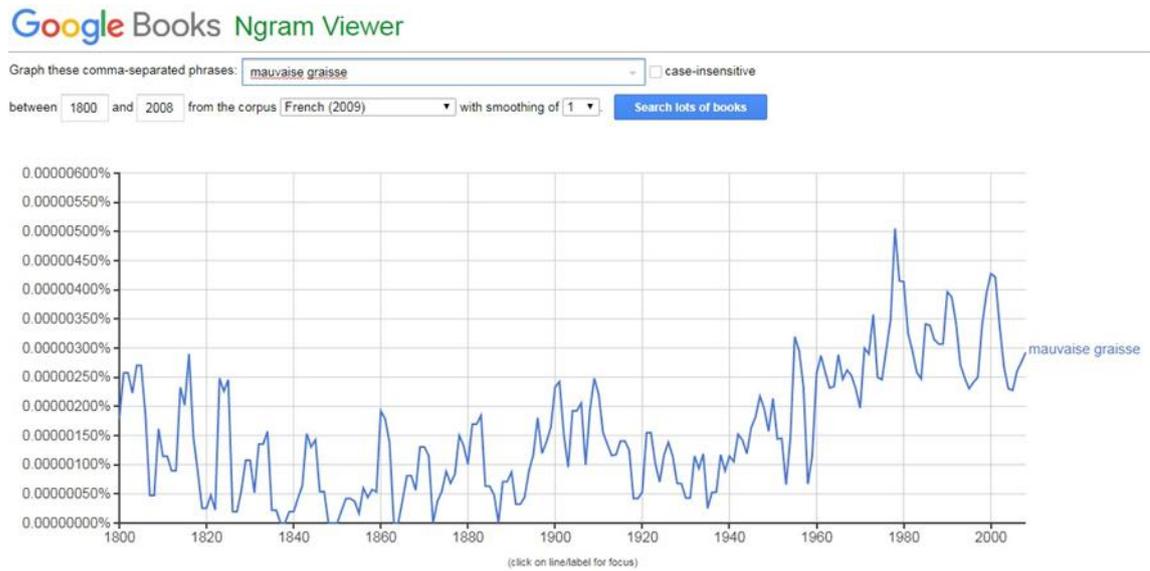
WIKIPEDIA. Disponível em: <en.wikipedia.org>. Acesso em: 29 mai. 2017.

WILSON, Woodrow. Proclamation 1364—Declaring That a State of War Exists Between the United States and Germany. 06 abr. 1917. Disponível em: <presidency.ucsb.edu/ws/?pid=598> Acesso em: 29 mai. 2017.

WOODWARD, R. B. Seeking a suitable way to approach the issue of AIDS. **The New York Times**, Nova York, 04 fev. 1990. Disponível em: <nytimes.com/1990/02/04/arts/art-seeking-a-suitable-way-to-approach-the-issue-of-aids.html>. Acesso em: 29 mai. 2017.

ANEXOS

Anexo A



Anexo B



